(…) quando se fala de defesa da soberania e da integridade territorial nacionais, admite-se a possibilidade extrema da guerra. E, quando se fala de guerra, é preciso serenidade e bom senso. Os argumentos têm que ser claros, objetivos e baseados na inteligência e nas informações seguras. Na discussão do tema, não há lugar para declarações bombásticas e ações passionais.

ISBN 859039341 - 0
9 788590 393412

Sergio A.de A.Coutinho

CADERNOS DA LIBERDADE

GRUPO INCONFIDÊNCIA

SERGIO AUGUSTO DE AVELLAR COUTINHO

CADERNOS DA LIBERDADE

Uma visão do mundo diferente do senso comum modificado

GRUPO INCONFIDÊNCIA

CADERNOS

DA

LIBERDADE

OFEREÇA OU INDIQUE ESTA OBRA A UM AMIGO

Para adquirir este livro, envie um cheque nominal cruzado, no valor de R$ 25,00 em favor de
Grupo Inconfidência
CP 3370 - Cep: 30140-970
Belo Horizonte/MG

e-mail: ginconfi@vento.com.br
Telefax: 31.3344.1500

Sergio Augusto de Avellar Coutinho

CADERNOS DA LIBERDADE

Uma visão do mundo diferente do senso comum modificado

- 2003 -

Grupo

Sografe

Belo Horizonte - 2003

Copyright @ 2003 by Sergio Augusto de Avellar Coutinho

Capa:
Heloisa Helena Coutinho / Gustavo de Araújo Corrêa
Ilustrações:
Simone Oliveira Paes Leme
Ilustração da Capa:
Escultura da artista plástica ANÁDIA BERNACHI
Acervo do Clube Militar Rio
Digitação e Diagramação: Allender Guilherme
Márcio Guilherme
Liliane Pires da Costa

Impressão: Sografe

C871 Coutinho, Sergio Augusto de Avellar, 1932-
Cadernos da liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado / Sergio Augusto de Avellar Coutinho.
Belo Horizonte : Ed. Sografe, 2003.
244 p.

ISBN n. 85-903934-1-0
Inclui bibliografia

1. Comunismo. 2. Política. 3. Nova ordem mundial. I. Título.

CDD 320.532

MFA CRB-7 2009

Grupo

PREFÁCIO

Jarbas Passarinho

Sérgio Coutinho figura entre os mais abalizados conhecedores das doutrinas sociais e políticas contemporâneas. Este livro é a prova não só de quem estuda como de quem tem a capacidade de analisar, com equilíbrio que desafia a crítica facciosa, a evolução do socialismo nas suas duas vertentes: a democrática, no pluralismo partidário, e a tirânica, em que só há dois partidos políticos: o que está no poder e o que está nos cárceres, se sobreviveu às sevicias do Estado policial e delator. A que, no pluralismo democrático, existe na Europa, ora no poder, ora na oposição, e a que teve seu carro-chefe na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus satélites e, ainda assim, não se dá por vencida.

Nos três cadernos temáticos que compõem o livro, o leitor tem desde as instigantes colocações do Prólogo, sobre as ocorrências que caracterizam a Nova Ordem Mundial decorrente do colapso da União Soviética, a globalização na sua vertente econômica e política, a trajetória histórica do pensamento de Marx, seu corolário leninista e gramscista, até os desafios dos nossos dias, tudo em linguagem accessível.

Pode parecer, a um leitor apressado, que não tem cabimento o autor refutar a idéia de que o comunismo morreu, mas se perseverar na leitura logo verá que sua objeção não tem razão de ser. Acompanhará a variante que Gramsci prescreveu para a tomada do poder pela conquista da hegemonia ao revés da luta armada leninista. E verá que "a reforma intelectual e moral que Gramsci

recomenda como instrumento da luta pela hegemonia no seio da sociedade civil já produziu efeitos mais profundos e danosos do que se poderia imaginar no Brasil", conclusão a que o autor chegou quando dialogou com leitores do seu excelente livro sobre a **Revolução Gramscista no Ocidente**. Verá, ainda, como prospera outra tática de conquista do poder pelo etapismo, a aliança da burguesia ingênua com os comunistas que a lisonjeiam chamando-a de progressista, companheiros de viagem em que, no processo da via pacífica, um é o inocente útil, iludido, e outro é o aproveitador.

No Primeiro Mundo constata-se a decadência ou o deperecimento do comunismo, onde os próprios partidos socialistas já admitem o socialismo sem a fidelidade aos básicos postulados marxistas da abolição da propriedade privada e do capitalismo, a ponto de Jean-François Revel escrever que "de socialistas esses partidos só têm o nome". Enquanto isso, os partidos comunistas continuam sendo sedutores no Brasil, onde há, com representação parlamentar o PCdoB e, sem cadeira no Congresso, o velho "Partidão", PCB, de Oscar Niemeyer, os trotskistas PSTU e Partido da Causa Operária (PCO). A considerar, ainda, o PPS, novo nome do antigo PCB, além dos marxistas-leninistas das facções internas do PT.

Quanto ao PT histórico, é de deter-se o leitor no papel do Foro de São Paulo, inspirado em Fidel Castro, como resposta das esquerdas, especialmente do Terceiro Mundo, que começou em São Paulo, em 1990, com "a proposta de fazer dar certo na América Latina o que fracassou no Leste europeu". Ainda que pareça estar o PT em plena metamorfose, no poder, é de atentar para recente simpósio de iniciativa da Secretaria Municipal de São Paulo, realizada em outubro deste ano. Trata-se de um ciclo de palestras sob "Marx e o Marxismo em 12 Lições" na Biblioteca Mário de Andrade, proferidas por mestres da USP e da UNICAMP "contemplando o pensamento de Lênin, de Rosa Luxemburgo, de Gramsci, da Escola de Frankfurt e de Althusser". Mais que um estudo acadêmico de Marx, os petistas do governo da capital de São Paulo proclamam ser o objetivo do ciclo" provar que o socialismo e o marxismo não estão definitivamente mortos, como afirmaram muitos políticos e intelectuais, há pouco mais de dez anos, quando se desagregou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas". Isso corrobora a tese do autor quanto ao comunismo remanescente, já que se trata de capitação política. O fato de o ciclo ter professores universitários como conferencistas não causa estranheza. Em 1970, o conceituado escritor francês Jules Monnerot publicou um livro Démarxiser L'Université, que o saudoso Gustavo Corção me dedicou. Eu era ministro da Educação do governo Médici e no livro, no capítulo dedicado à "L'escroquerie Intellectuele du marxisme", Monnerot mostrava à exaustão a infiltração comunista nas universidades francesas onde "o valor verdade havia sido traído na Universidade francesa, cujos professores, funcionários encarregados da função pensamento, substituíram a verdade pelo mito".

Virtude, ainda, a ressaltar neste livro – um compêndio que bem poderia servir ao estudo universitário – é o equilíbrio do autor, que repudia o maniqueísmo tão ao gosto dos radicais em seus julgamentos, quando no capítulo Amazônia em Perigo se lê: "Na discussão do tema (Amazônia) não há lugar para declarações bombásticas e ações passionais".

Destacar, recomendando, um capítulo dentre outros é tarefa equívoca, pois todos são essenciais para a inteligência do livro como um todo, um alerta de quem não cede aos histerismo dos que negam sem apresentar argumentos e, ao contrário, fundamenta cada uma de suas conclusões, compondo grave advertência para nos precatarmos do perigo, seja de subestimar a atuação do MCI, seja das ameaças concretas, posto que envoltas, no "man-

to diáfano da fantasia" com que os marxistas-leninistas escondem suas verdadeiras intenções no Brasil.

Claro é que o autor será objeto de contestações, não aquelas que possam incidir, aqui e ali, provocadas por sua judiciosa mas polêmica análise sobre a Amazônia em Perigo, mas no que é essencial como o raio-x do Movimento Comunista Internacional e seu ramo brasileiro. É provável que seja acusado do "feio crime do anticomunismo", como ficou patente quando Jean-Paul Sartre travou debate famoso com Raymond Aron. Este grande pensador criticou a União Soviética, o que levou Sartre publicar que *"Todos os anticomunistas são uns cães a serviço do fascismo. Não tem direito de criticar o comunismo quem a ele não pertencer, pois é preciso simpatizar com o movimento comunista para ter o direito de o corrigir"*. Criou-se o princípio do anti-anticomunismo. Ao que Aron respondeu: *"Não podia aceitar essa interdição da crítica, e já que os comunistas dizem que quem não é por eles é contra eles, e porque detesto os campos de concentração, sou naturalmente contra"*. Mas o próprio Aron teve que debater com intelectuais que insistiam em ser apenas não comunistas, conquanto não negassem a existência dos campos de concentração, mas criticando o anticomunismo. Escreveu, então, um magnífico ensaio que teve o nome de **Ópio dos Intelectuais**, até hoje absolutamente atual. E é isso, ou melhor, por isso, que este excelente livro deverá encontrar críticos até exaltados. Eles se aborrecem com a verdade. E exasperam-se ao não poder refutá-la.

SUMÁRIO

PRÓLOGO 11
- A Prisão Sem Grades 11
- O Prisioneiro 16
- A Libertação 22

PRIMEIRO CADERNO 27

O COMUNISMO NÃO ACABOU 27

- O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL – MCI 27
- A CONCEPÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE GRAMSCI 39
- O MOVIMENTO COMUNISTA NO BRASIL – MCB 49
- CANTO DO CISNE OU CANTO DA SEREIA 63
- A "VIA PACÍFICA" PARA O PODER 71
- A INTERNACIONAL REBELDE NO BRASIL 81

SEGUNDO CADERNO 97

INTERNACIONALISMOS INTROMETIDOS 97

- A SOCIAL-DEMOCRACIA 97
- O FABIANISMO 111
- O FABIANISMO NAS AMÉRICAS 119
- O CONSENSO DE WASHINGTON 137
- O MOVIMENTO POLÍTICO DE LA ROUCHE 143
- AS RECORRÊNCIAS FABIANAS DA TEORIA CONSPIRATÓRIA DE LAROUCHE 169

TERCEIRO CADERNO 175

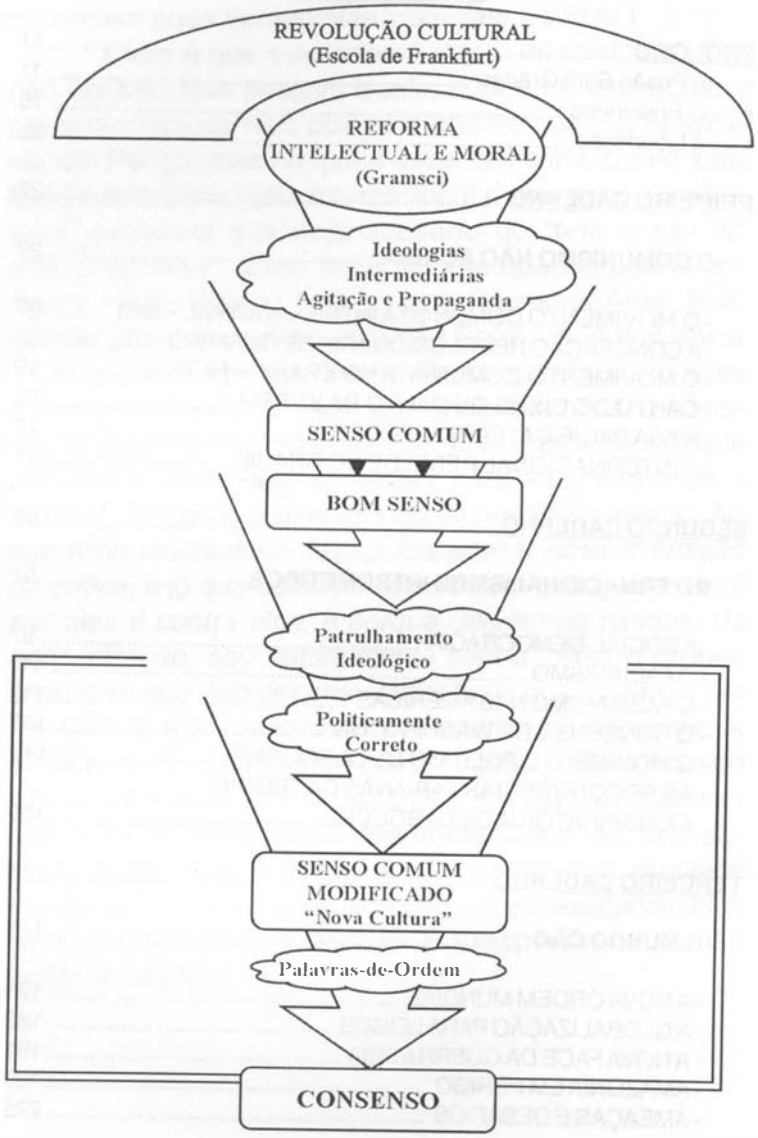
O MUNDO CÃO 175

- A NOVA ORDEM MUNDIAL 175
- A GLOBALIZAÇÃO PARA LEIGOS 183
- A NOVA FACE DA GUERRA FRIA 191
- AMAZÔNIA EM PERIGO 199
- AMEAÇAS E DESAFIOS 225

EPÍLOGO 237

BIBLIOGRAFIA 241

A PRISÃO SEM GRADES



PRÓLOGO

Sergio A. de A. Coutinho

O Cárcere Intelectual – Enquanto nós brasileiros fizermos interpretações e emitirmos opiniões sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, prisioneiros de informações fantasiosas, conceitos induzidos e dados parciais, só chegaremos a conclusões errôneas e a soluções insensatas.

Nova Ordem Mundial é a denominação que se tem dado ao momento histórico contemporâneo que teve início em 1991 com o colapso da União Soviética, o fim da bipolaridade do poder mundial e da Guerra Fria.

Estes acontecimentos têm sido interpretados com parcialidade, considerando apenas seus aspectos mais evidentes: o surgimento da **potência hegemônica** e a **globalização da economia**. Não somente como uma simplificação, mas também por omissão deliberada e falsificação de dados feitas por um movimento internacional ativo que não se deixa revelar nem ser mencionado.

Deste modo, os estudos históricos, as interpretações políticas e as avaliações da atualidade não levam em consideração o Movimento Comunista Internacional que se oculta na palavra-de-ordem "o comunismo acabou" e que se projeta num terceiro componente da Nova Ordem Mundial: a **Guerra Fria** agora com nova face.

- **A Prisão Sem Grades**

Quando escrevi o livro **A REVOLUÇÃO**

Gramscista NO OCIDENTE, publicado em abril de 2002, pretendia conscientizar o segmento democrático da sociedade nacional de que uma nova concepção revolucionária marxista-leninista estava em curso no Brasil. Quis descrever o processo concebido por Antônio Gramsci para que todos soubéssemos como ele se vinha desenvolvendo no País e como, na prática, buscava a tomada do poder e a implantação do socialismo científico ou socialismo marxista protocomunista.

Na verdade, tive a pretensão de motivar uma oposição cívico-democrática para deter e reverter a "transição para o socialismo", antes que chegasse à **crise orgânica (a)**, à ruptura e à tentativa de tomada do poder, com a destruição do Estado liberal-democrático ainda frágil no Brasil.

A recepção e comentário de muitos leitores do meu livro me fez acreditar que os meus objetivos não estavam plenamente alcançados, atribuindo este fato a uma posição intelectual e a juízos de valor já modificados nas pessoas pelo movimento revolucionário sutil a que me refiro. Ao mesmo tempo, pude pressentir que a **reforma intelectual e moral (b)** que Gramsci recomenda como instrumento da **luta pela hegemonia** no seio da **sociedade civil** já produziu efeitos muito mais profundos e danosos no Brasil do que se poderia imaginar. Em trinta anos de atuação, os **intelectuais orgânicos**, os neomarxistas de linha gramscista, conseguiram obter uma conformação, involuntária e despercebida, do **senso comum** dos integrantes da sociedade nacional às **ideologias intermediárias** e às **palavras-de-ordem** das esquerdas **(c)**. Aceitação passiva do que se estabeleceu ser "politicamente correto".

Sob o aspecto político-ideológico do senso comum modificado, certas palavras-de-ordem se incorporaram à opinião geral como conceitos axiomáticos. Apesar das mais gritantes evidências de sua falsidade, já não são

discutidas ou postas em dúvida, até por pessoas cultas e bem informadas. Para elas, as "versões" dos fatos são inquestionáveis "verdades" que não precisam ser submetidas ao crivo da lógica, do bom senso ou da dúvida.

Evidentemente, o **consenso** alcançado pelas esquerdas é um grande êxito. Assim, as pessoas, como o "homem coletivo", estão contribuindo para o sucesso delas no País.

Acrescentam-se a este fenômeno interno, fontes de influência externa, que difundem equivocadas explicações para nossas dificuldades políticas, econômicas e sociais e interpretações facciosas dos acontecimentos internacionais. Os argumentos fogem à lógica mas são aceitos sem crítica por muitos brasileiros intelectualizados.

A manipulação da opinião pública por todos os meios de comunicação social (a mídia, a cátedra acadêmica, o ensino médio, a manifestação artística, a literatura, etc) foi capaz de modificar os valores e conceitos tradicionais das pessoas, massificando seus juízos, interpretações e atitudes. Na verdade, as pessoas foram privadas do poder de crítica e da capacidade de elaborarem opiniões próprias e independentes. Parece que traçaram um círculo de giz em torno de si e se deixaram encerrar em uma **prisão sem grades (d)**. Muralhas invisíveis são construídas pelo senso comum modificado, vigiadas pelo "**patrulhamento ideológico**" e pela auto-censura do "**politicamente correto**". Dentro da prisão, todos têm a mesma opinião, os mesmos pontos de vista, sempre coincidentes com as palavras-de-ordem e chavões ideológicos difundidos e repetidos até adquirirem condição de verdade absoluta. Mesmo aquelas pessoas mais esclarecidas acabam sucumbindo à insistência e ao temor da vigilância intelectual. Temem ser consideradas "**aberração individual**" **(e)**.

Gramsci em os Cadernos do Cárcere cita um episódio ocorrido em Milão no Século XVII que ilustra

exatamente a "inibição" do bom senso diante do senso comum modificado pelo boato que passava a ser critério de verdade e juízo de valor pela repetição:

- ***NT**: "Em Milão, na epidemia do Séc XVII, acreditava-se que os untadores, que deveriam prevenir o contágio, usavam ao contrário substância infecciosa para propagar a peste".*
- ***Gramsci**: "Manzoni distingue entre bom senso e senso comum (...) sobre peste e sobre untadores. Falando do fato de que existia quem não acreditava nos (boatos contra os) untadores, mas era incapaz de defender sua opinião contra a opinião vulgar difusa, escreve (Manzoni)": "vê-se que era um desabafo secreto da verdade, uma confidência doméstica; **havia bom senso, mas ficava escondido por medo do senso comum**".*

A **nova cultura** ou **"filosofia nova"** é uma postura individual e coletiva modificada, que resulta de um complexo e longo processo de **reforma intelectual e moral** ou **"revolução cultural"** conduzida no contexto da luta pela hegemonia, uma das fases da concepção revolucionária de Antônio Gramsci. A nova cultura ou filosofia nova se expressa subjetivamente no **senso comum modificado**, opinião vulgar difusa na generalidade das pessoas em certa época e que as predispõe a cooperar, inocente mas objetivamente, com o movimento revolucionário. Ou, no mínimo, a desconsiderá-lo como perigo político atual, concreto.

* * *

Patrulhamento ideológico é um processo político de intimidação que é usado contra os adversários para os calar e impedir que exponham seus pensamentos e opiniões ou que se manifestem contra as idéias do

"patrulhador" intolerante e intoxicado pela sua ideologia radical. É um instrumento revolucionário leninista que, atualmente, tem também grande importância para a realização da reforma intelectual e moral da sociedade como parte da **luta pela hegemonia**. Com este processo se faz a neutralização dos intelectuais adversários ou mesmo indiferentes, por meio da crítica tendenciosa ou pela desqualificação pessoal do adversário visado. Não se trata de contradizê-lo pelo debate, pela discordância ou crítica racional, mas de anulação do oponente sem discussão, o que significaria não aceitar democraticamente a opinião contrária ou discordante.

A **desqualificação** do opositor é o processo ostensivo mais usado no patrulhamento. Não se discutem as idéias nem se critica o pensamento expresso pelo intelectual democrata. O que se busca é desprestigiar o autor, retirar-lhe a autoridade e a idoneidade, para invalidar a obra. O adversário geralmente é estigmatizado por ser "reacionário", por ser "de direita", "fascista", "autoritário", por ser "agente da CIA", estar a "soldo do capitalismo", dos "banqueiros internacionais", da "globalização", etc, etc, etc. Infeliz do opositor que tiver "telhado de vidro"; com certeza será crucificado publicamente.

A "exfiltração" do intelectual democrata é a outra forma do patrulhamento, dissimulado e invisível. Importa em tirar espaço de sua atividade e o alcance da sua influência. Em primeiro lugar, isolando-o e constrangendo-o no seu lugar de trabalho ou no seu campo de atividade, nos órgãos de comunicação social, nas universidades, nas escolas, nas editoras, na área artística, nas repartições públicas, nas empresas estatais e até mesmo em certas empresas privadas onde os intelectuais de esquerda têm emprego e já conquistaram a "hegemonia". Se o intelectual democrata se acomodar no silêncio defensivo e se submeter à opressão deste tipo oculto de patrulhamento, poderá eventualmente conservar seu

emprego; caso contrário, acabará despedido ou levado a se demitir pela pressão, artimanha ou esvaziamento funcional. Muitas vezes, o afastamento do "reacionário" é conseguido por denúncias públicas falsas ou manipuladas, sempre de origem oculta, mas amplamente orquestrada nos noticiários. A chamada "fritura" é uma forma de "exfiltração" ou "defenestração" do alvo patrulhado.

O patrulhamento ideológico, nas suas duas formas, é uma espécie de terrorismo intelectual e moral, antidemocrático, implacável e inescrupuloso. Estes adjetivos se aplicam também às pessoas que voluntária ou remuneradamente o praticam; algumas, convencidas de estarem cumprindo um dever "ético" revolucionário, outras com um certo rancor e sadismo político. O "patrulhador" é uma pessoa má, preconceituosa, intolerante e, freqüentemente, mentirosa e anônima. Cumpre a função de agente carcereiro da "prisão sem grades".

O patrulhamento ideológico não é apenas um instrumento revolucionário, mas a antecipação de outros métodos que o Estado totalitário, a **estatolatria** de Antonio Gramsci, aplicará para realizar as **transformações da sociedade civil e do indivíduo**, após a conquista do poder.

- **O Prisioneiro**

O cidadão encerrado nas muralhas do senso comum modificado produzido pelos **intelectuais orgânicos** que conquistaram o monopólio do discurso e o poder de censura dos fatos, é o prisioneiro intelectual, ainda por cima, refém do patrulhamento ideológico e do guião politicamente correto. O cidadão, frustrado pelo mau desempenho do seu país, desiludido pela falta de competência dos seus dirigentes, inseguro diante da recém emergida potência hegemônica e de uma conjuntura internacional adversa e ameaçadora, acaba sendo convencido de certas "verdades" e concordando com certas explicações que trazem enganoso apelo patriótico; ocultam, na realidade, compromisso com projetos ideológicos e com interesses políticos de grupos internos e estrangeiros. Sem se dar conta, o indivíduo torna-se prisioneiro do senso comum modificado. Adere ou desenvolve por si mesmo uma linha de pensamento e de opinião que faz sintonia insuspeitada com afirmações do movimento de "transição para o socialismo". O "prisioneiro", consciente e explicitamente repudia esta sintonia, mas inconsciente e implicitamente colabora para a formação do **consenso**. O cidadão, circunstancialmente inserido neste processo de reforma cultural e moral, além de prisioneiro, pode ser identificado, mesmo sob protesto, como um **pré-socialista**, politicamente correto, isto é, pessoa que, sem perceber, aceita e pratica conceitos coincidentes com as palavras-de-ordem das esquerdas ou com valores renovados pela "natural" evolução cultural.

Inconscientemente está armando "a mão que o vai apedrejar".

O pré-socialista, geralmente, pertence à classe média ou, como a classificam os marxistas, à pequena burguesia. Não surgiu espontaneamente na "sociedade civil", mas é o produto de uma progressiva e perseverante **reforma intelectual e moral** a que vem sendo submetido. O objetivo intencional desta penetração cultural é a mudança do senso comum burguês ligado às tradições históricas, morais e culturais da sociedade nacional. Os novos conceitos, insistentemente "orquestrados" por todos os meios de difusão, são absorvidos pelas pessoas e formam o **senso comum modificado**, criando uma consciência coletiva homogênea que contribui para a aceitação tácita da "transição para o socialismo". É bom que se diga que a assimilação de novos conceitos, valores e opiniões é feita de forma insensível, progressiva e sem vinculação ideológica aparente.

Vejamos alguns conceitos já interiorizados pelos pré-socialistas, e que os caracterizam. Para fazer da leitura dos itens listados um passatempo divertido e educativo, marque com um "tique" ou "gaivota" aqueles que correspondem aos seus próprios conceitos e opiniões:

- ❑ O Pré-Socialista acredita que o comunismo acabou.
- ❑ O Pré-Socialismo acredita que o "socialismo democrático" apregoado é um sistema político semelhante à social-democracia.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a "transição para o socialismo" pregada pelos partidos de esquerda é pacífica e democrática.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que socialismo é sinônimo de justiça social.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que Fidel Castro não é um ditador.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a medicina é muito adiantada em Cuba.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o regime comunista da China está evoluindo para a democracia e para a economia de mercado.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os Estados Unidos da América são opressores dos países pobres.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os Estados Unidos da América, após o colapso da União Soviética, se tornaram potência hegemônica que têm o objetivo de criar o império mundial.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra Nova Iorque e Washington foram um merecido castigo pela prepotência, arrogância e soberba norte-americanas.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os países ricos

se uniram para explorar os países pobres.

- ❑ O Pré-Socialista acredita que a biodiversidade amazônica é uma imensa riqueza que estimula a cobiça dos países ricos.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os Estados Unidos da América querem apossar-se da Amazônia pelas suas riquezas e reservas de água doce.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os países ricos podem vir a intervir na Amazônia para defender o meio-ambiente e os índios.
- ❑ O Pré-Socialista acredita ser motivo de orgulho que a Amazônia, o Pantanal e outras áreas de preservação sejam consideradas patrimônio da humanidade.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o presidente George W. Busch é um autoritário de direita; um novo Hitler.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o FMI é um organismo dos países ricos para oprimir e impor regras econômicas intervencionistas nos países do Terceiro Mundo.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a globalização é um instrumento criado pelos países ricos, particularmente pelos Estados Unidos, para explorar os países pobres.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a preservação ambiental é mais importante do que o progresso.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a sociedade brasileira é preconceituosa e racista.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o racismo no Brasil é oculto, sutil e disfarçado.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que nas cadeias só existem pobres e negros.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a Justiça protege os ricos e poderosos.

- ❑ O Pré-Socialista acredita que o criminoso de colarinho branco é "mais abominável" do que o assassino, o estuprador e o seqüestrador.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a **sociedade civil organizada** é contrapartida do Estado opressor.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que **cidadania** é direito coletivo de reivindicar do Estado e da própria sociedade.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o socialmente legítimo é mais importante do que a legalidade.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a opinião pública é critério de verdade e de legitimidade.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os poderosos e os políticos querem manter o povo na ignorância para melhor dominá-lo.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a História "oficial" do País é falseada pelas classes dominantes em seu proveito.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a personagem popular é mais importante do que o vulto histórico.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o lucro e a riqueza pessoais são obscenos e afrontam as classes pobres.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a pessoa que discorda do senso comum moderno (modificado) é preconceituoso, reacionário ou "aberração individual".
- ❑ O Pré-Socialista acredita que os preceitos morais religiosos e tradicionais são tabus anacrônicos e "castradores" da liberdade individual.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a informalidade contribui para a aproximação das pessoas e as liberta de obrigações sociais inúteis.

- ❑ O Pré-Socialista acredita que a felicidade e o prazer pessoais são os valores mais importantes da vida humana.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a união conjugal episódica ou temporária deve substituir a indissolubilidade do matrimônio.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a liberação sexual é a realização da igualdade de direitos de homens e mulheres.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que a homossexualidade é uma opção pessoal.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o casamento ou a união civil de pessoas do mesmo sexo é um direito legítimo.
- ❑ O Pré-Socialista acredita que o Brasil precisa ser mudado e passado a limpo.

Se você assinalou mais de 16 itens desta lista de conceitos e opiniões, do senso comum moderno, certamente você já se tornou um pré-socialista, talvez sem o saber, mas bem integrado no novo contexto cultural e ideológico induzido.

Entretanto, é bom que se saiba que estes conceitos e opiniões não foram assumidos espontaneamente como pode parecer. Foram competentemente induzidos nas escolas, nos jornais, na televisão, no rádio, na literatura, nas novelas, no teatro e pelo comportamento de grupos "conscientes e ativos", de tal modo que, inconsciente e progressivamente, o cidadão comum é levado à adesão a certas **palavras-de-ordem** e **ideologias intermediárias** das esquerdas marxistas. O processo indutor da mudança do senso comum "burguês" é parte da concepção revolucionária de Gramsci. A massificação decorrente constitui a "prisão sem grades" que leva os indivíduos à perda do espírito crítico, à apatia e à insensibilidade próprios do prisioneiro. E daí, ao papel de inocentes úteis

e de formadores do **consenso**; isto é, à concordância com a socialização do País e à colaboração, agora consciente, para o seu sucesso.

- **A Libertação**

A libertação da "prisão sem grades" é um processo que só pode ter início se a pessoa tiver a **percepção** de que é prisioneira de um empreendimento de **reforma intelectual e moral** levado a efeito por alguma "força oculta" político-ideológica. É um processo extremamente delicado porque a pessoa culta está tão convencida das "suas idéias" que terá dificuldade para perceber que elas lhe foram induzidas. Quando chamada à atenção, provavelmente não admitirá que possa ter sido influenciada por uma fonte de inteligência externa de forma intencionada. Protestará com veemência e sinceramente que suas opiniões nada têm de ideológicas e de comprometimento com a esquerda. Efetivamente, não têm nada a ver com as idéias de esquerda mas, mesmo assim, suas opiniões e atitudes não deixam de ter afinidade com as palavras-de-ordem e ideologias intermediárias do movimento marxista no País.

Quando se incorpora ao **senso comum** a crença ou opinião de que "o comunismo acabou" e de que "esquerda e direita são coisas do passado", as pessoas se "desligam" da realidade e, inconscientemente, transformam um desejo em afirmação categórica. Não percebem o equívoco nem podem imaginar que esta opinião lhes foi induzida em um processo de **reforma intelectual e moral** ou, segundo alguns autores, de **revolução cultural**, conduzida principalmente pelos **intelectuais orgânicos** de linha gramscista. A reformulação da opinião que se formou pela insistente repetição da informação, só poderá ocorrer pela **percepção** da realidade, seja pela **des-**

coberta individual na atividade intelectual, seja pela **revelação** oferecida pelos **intelectuais tradicionais** na tarefa cívica de esclarecimento que vierem a conduzir no seio da sociedade nacional.

Percebida a existência de uma fonte indutora de idéias, é preciso que as pessoas se disponham a realizar uma reavaliação crítica do senso comum modificado do qual suas posições intelectuais e morais são expressões. Torna-se, assim, imprescindível saber-se **distinguir o real do imaginário**.

A reavaliação crítica é uma espécie de reciclagem intelectual em que se confronta o "subjetivo" (senso comum modificado) com o "objetivo" (bom senso que não consegue prevalecer), **o que se pensa que é** com **o que é realmente**. É o caminho para a aquisição do pensamento independente e livre da opressão das frases feitas, dos chavões e das palavras-de-ordem operacionalizadas, orquestradas e permeadas com sutileza pela comunicação de massa das esquerdas e repetidas sem censura por todos. A reavaliação crítica deve levar a pessoa a **"CAIR NA REAL"**, libertando-a de uma falsa, enganosa e enigmática **nova cultura.** É um processo inverso àquele gramscista a que vem sendo submetida a sociedade nacional.

> "Perceber o óbvio é mais difícil que ser enganado com uma fantasia"
> (Affonso Romano de Sant'Ana – 2003)

A reavaliação crítica da nova cultura é também um julgamento das próprias opiniões. Entretanto **não se cogita de uma mudança de valores pessoais** mas de uma mudança da ótica de avaliação da atualidade histórica acrescentando uma componente que tem sido omitida pelos intelectuais orgânicos: - **A permanência do Movimento Comunista Internacional e da Guerra Fria sob**

novas condições políticas mundiais.

A percepção da realidade é o momento inicial da reavaliação crítica da nova cultura, significando reconhecer primeiramente que a negação da existência do comunismo após a derrocada da União Soviética é uma falácia. Entenda-se aqui comunismo não só como sistema político, econômico e social, mas também como movimento revolucionário.

A pretensão deste livro é apresentar alguns aspectos da Nova Ordem Mundial sob uma ótica ideologicamente independente, oferecendo temas para a meditação e para a discussão. Principalmente, entregando as chaves da libertação da "prisão sem grades", do senso comum modificado, criado pelos intelectuais neomarxistas atuantes, perseverantes e sutis.

NOTAS

(a) Deliberadamente, estou usando termos e expressões ("categorias") marxistas, leninistas e gramscistas para que o leitor adquira capacidade crítica e se torne capaz de perceber a linguagem das esquerdas e de entender o seu significado geralmente enganoso.

(b) Reforma Intelectual e Moral é um dos empreendimentos da luta pela hegemonia que, na concepção revolucionária de Gramsci, inclui a superação do senso comum burguês, a conscientização político-ideológica e a formação do consenso.

(c) IDEOLOGIA INTERMEDIÁRIA – Conceito político aceitável ou eufemismo que traduz a ideologia revolucionária (omitida), aproximando-a dos anseios e expectativas da população; p.e. socialismo democrático, democracia radical (governo de classe), radicalismo democrático (luta de classe), nacionalização (estatização), independência, etc.
PALAVRAS-DE-ORDEM – Tema, chamamento ou lema de operacionalização das Ideologias Intermediárias, de mobilização popular ou de propaganda; p.e. direitos humanos, ecologia, paz, guerra ilegal, império, anticapitalismo, antiglobalização, soberania, nacionalismo, diretas já, etc.

(d) Prisão Sem Grades é expressão cunhada pelo estudioso de Gramsci e conferencista José Saldanha Fábrega Loureiro, alegoria da liberdade intelectual anulada pelo consenso e pelo conformismo que se impõem sem coerção ao homem na sociedade socialista, ou pelo senso comum modificado na sociedade burguesa ainda na fase de luta pela hegemonia (concepção revolucionária gramscista). Neste segundo entendimento, a prisão sem grades é oposição à figura da "prisão de mil janelas" que Maria Antonietta Macciocchi faz da sociedade civil onde se dá a hegemonia das classes dominantes (burguesas):
"Maria Antonietta Macciocchi nos dá uma imagem bastante impressionante do que seria a sociedade civil em Gramsci enquanto "terreno", ou "lugar" onde se concretiza essa hegemonia das classes dominantes que, no plano do indivíduo, envolve o cidadão por todos os lados, integrando-o desde a infância no universo escolar e mais tarde no da igreja, do exército, da justiça, da cultura, das diversões e inclusive do sindicato, e assim até a morte, sem a menor trégua; essa prisão de mil janelas simboliza o reino de uma hegemonia, cuja força reside menos na coerção que no fato de que suas grades são tanto mais eficazes quanto menos visíveis se tornam." (Macciocchi, 1976, p. 152, citada por Luna Galano Hochcovitch em "Gramsci e a Escola", Editora Ática, 1992)
Com alguma ironia, as figuras da prisão de Macciocchi e da prisão de Fábrega se completam. À medida que a reforma intelectual e moral conduzida pelas esquerdas de práxis gramscista for obtendo êxito em uma sociedade, os "prisioneiros" burgueses da prisão de mil janelas se vão transferindo para a prisão sem grades dos pré-socialistas.

(e) Senso Comum – "Conjunto de opiniões tão geralmente aceitos em época determinada que as opiniões contrárias aparecem como aberrações individuais" (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Novo Dicionário da Língua Portuguesa – Nova Fronteira – 2ª Edição). Nesta definição já se pode surpreender o senso comum modificado, insidiosamente inserido na obra sob a forma de "politicamente correta".

PRIMEIRO CADERNO

O COMUNISMO NÃO ACABOU

As novas coisas velhas – As mesmas linhas político-ideológicas antigas, agora com outra roupagem.

O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL - M C I -

Sergio A. de A. Coutinho

O papel destacado da Internacional Comunista Soviética no período de 1919 a 1945 e durante a Guerra Fria de 1946 a 1991 que confrontou, ideológica, política e militarmente, os EUA e a URSS, após a Segunda Guerra Mundial, deu às pessoas comuns a impressão de que o MCI se confundia com a própria União Soviética. Assim, a queda do Muro de Berlim, o colapso da URSS e a desagregação da comunidade de países satélites do Leste europeu pareceram para elas as marcas do fim do comunismo. Estariam assim exorcizados os fantasmas da revolução e da terceira guerra mundial.

A difusão da idéia de que o comunismo acabou é um ardil que os neomarxistas passaram a usar para formar nas pessoas uma atitude intelectual, um **"senso comum modificado"**, favorável à nova e disfarçada prática revolucionária, agora com aparência social-democrata.

O Movimento Comunista Internacional – MCI – continua a ser um amplo e dinâmico empreendimento de

inspiração marxista que tem os propósitos de promover a revolução do proletariado e de implantar o comunismo em todos os países do mundo. Não é um organismo monolítico (nunca foi) nem um conluio unânime e centralizado, mas um complexo de concepções revolucionárias, muitas vezes conflitantes, de fontes de irradiação, de entidades e de campanhas de toda natureza, cujo impulso comum é a mesma inspiração ideológica e a identidade dos objetivos sucessivos a atingir: a tomada do poder, o socialismo científico ou marxista e, finalmente, o comunismo.

O marco inicial do MCI é o **Manifesto Comunista** de Marx e Engels (1848). A operacionalização das idéias dos fundadores do marxismo e a promoção da revolução do proletariado no mundo foram tentadas com a criação da **internacional**, isto é, de um sistema coordenado, constituído de organismos supranacionais de implementação, orientação e apoio aos movimentos revolucionários nos diferentes países capitalistas. Na prática histórica, foi mais de uma **internacional** que se fundou com este propósito.

A **Iª Internacional** foi fundada em Londres (1864) e teve sede em Nova Iorque. Durou pouco devido às controvérsias nascidas em decorrência da sua heterogênea constituição: comunistas, socialistas, anarquistas, anticapitalistas e gente das mais variadas tendências de esquerda. Em 1876 se dissolveu.

A **IIª Internacional**, fundada em 1889 foi a tentativa dos socialistas de substituir a Iª Internacional, mas também não teve êxito como movimento mundial numa época de exacerbado nacionalismo (final do século XIX e início do século XX). Aos poucos foi evoluindo da sua tendência ideológica inicialmente marxista e revolucionária para o socialismo utópico **reformista**. Em 1923 também se dissolveu, ainda que suas organizações se tivessem mantido ativas em âmbito nacional principalmente. Após a Segunda Guerra Mundial foi fundada a **Internacional**

Socialista (1950) que permanece atuante até hoje, em especial na Europa onde os partidos social-democratas são seus filiados.

Neste meio tempo, 1919, a **IIIª Internacional**, depois denominada **Internacional Comunista**, é fundada com a referência vitoriosa da Revolução Bolchevista e o respaldo da União Soviética. O êxito da Revolução deu motivo à elaboração de uma metodologia revolucionária (o marxismo-leninismo) que passou a ser o modelo dogmático para o MCI e que estabeleceu um centro difusor da revolução mundial – Moscou.

A **IVª Internacional**, também conhecida como **Internacional Trotskista**, foi fundada em Bruxelas (1938). Foi o resultado de mortal divergência ideológica entre Trotski e Stalin surgida no contexto da luta pelo poder na União Soviética após a morte de Lenine em 1924. Trotski, expulso do Partido e do País, terminou seus dias assassinado no México.

Embora a **Internacional Comunista** soviética, com suas agências de difusão revolucionária (Comintern, Cominform e, finalmente, o próprio Partido – PCUS), tenha sido proeminente no MCI, outras linhas e opções ideológicas e pragmáticas também tiveram a sua presença e influência no movimento comunista. Outros focos difusores independentes (Iugoslávia e Albânia) ou resultantes de êxitos revolucionários e de algumas rebeldias (China Popular de Mao Tse Tung, Coréia do Norte, Cuba de Fidel Castro e Vietnã) animaram o MCI e perturbaram a vida nacional de muitos países.

A Internacional Comunista soviética era muito visível porque tinha um centro irradiador e uma estrutura operacional localizada em Moscou e, subsidiariamente, nos países socialistas satélites. Tinha poder real para dirigir e apoiar concretamente o movimento revolucionário de sua área político-ideológica. Com o desaparecimento deste centro, o MCI ficou menos nítido. Na realidade, não

desapareceram nem o comunismo, nem o MCI. Saiu de cena, é verdade, a Internacional Comunista soviética com todo o seu instrumental de difusão e de apoio.

O Movimento Comunista Internacional depois de um breve momento de perplexidade e de reavaliação, retomou sua atuação graças à permanência da estrutura e das tendências ideológicas remanescentes e das independentes de Moscou. Hoje apresenta quatro fontes de irradiação, de certa forma difusas, que denomino de "**intelligentsias**", com sede na Europa e projeções em quase todos os países do mundo, inclusive nos Estados Unidos. Identificam-se principalmente com as linhas pragmáticas do marxismo revolucionário.

A **Intelligentsia marxista-leninista trotskista** (IV Internacional) continua muito ativa e adota uma linha radical por intermédio dos partidos comunistas operários em muitos países. Ainda tem sede em Bruxelas; está dividida em cinco linhas ou tendências particulares.

A **Intelligentsia marxista-leninista gramscista**, que começou a ganhar influência na Europa a partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ter expressão internacional marcante, inclusive nas Américas, depois do colapso soviético porque propõe uma estratégia de transição para o socialismo que renova a concepção revolucionária marxista-leninista e se aplica às sociedades do tipo "**ocidental**", isto é, de capitalismo moderno e de democracia avançada. Poderíamos dizer que é a "Vª Internacional" que revitaliza o Movimento Comunista Internacional. Sua práxis revolucionária para a tomada do poder (luta pela hegemonia) tem receptividade inclusive em partidos de outras linhas político-ideológicas.

A **Intelligentsia Marxista-leninista stalinista** (III Internacional) sobreviveu à débàcle da União Soviética e continua presente nos países socialistas remanescentes (China Popular, Coréia do Norte, Cuba e Vietnã) e atuante por intermédio dos partidos comunistas ainda existen-

tes em quase todos os países do mundo antes alinhados com a Internacional Comunista soviética, adotando novas denominações e siglas.

A **Intelligentsia Anarco-Comunista**, ou Internacional Rebelde é um conjunto de muitíssimas organizações não-governamentais (ONG) de esquerda que têm como identificação a luta anticapitalista e antineoliberal; conseqüentemente a luta contra a globalização. Os grupos participantes são heterogêneos, reunindo socialistas, comunistas e anarquistas. Semelhante composição teve a I Internacional (1864 – 1876) em que as diferentes tendências integrantes tinham por denominador comum o anticapitalismo. Os participantes da Internacional Rebelde se identificam com uma espécie de "V Internacional". Parece-nos mais exato que se trata da **I Internacional (bis)** que reaparece no pós-comunismo soviético. (Ler o texto A INTERNACIONAL REBELDE NO BRASIL). O **Anarquismo**, movimento radical, é a principal linha político-ideológica da Internacional Rebelde. Propõe a passagem direta para o comunismo sem Estado, substituído por um governo autogestionário, uma espécie de federação ou associação de grupos autônomos da sociedade, dentro dos quais os indivíduos agem com autonomia e liberdade. Quanto à organização econômica, visa a transformar os meios da produção em propriedade de produtores livremente associados ("Socialismo Libertário") A concepção anarquista pretende a mediação de posições extremas mas conduz a resultados idênticos ao do marxismo: fim do Estado, abolição da propriedade privada e a eliminação de classes. É muito ativo e, com freqüência, sua militância radical aparece nos noticiários, com suas bandeiras pretas, paus e pedras nos enfrentamentos com a polícia e nas demonstrações de protesto em vários países.

Cada uma das "intelligentsias" é constituída por um birô, instituto ou congresso, por partidos nacionais,

movimentos político-sociais, entidades e organizações internacionais tais como as ONG. Não exercem propriamente comando mas, em âmbito internacional, induzem, orientam e apóiam os movimentos revolucionários nacionais. São independentes mas são solidários a partir de um consenso "ético", reconhecendo um objetivo comum – o comunismo utópico.

A visão marxista-leninista continua a ser aquela que foi indicada no Manifesto Comunista de 1848:

- O caráter internacionalista do movimento comunista;
- O âmbito nacional da luta de classes.

O comando revolucionário, ou direção objetiva da revolução é encargo dos partidos-vanguarda do proletariado em cada país.

Estes partidos, em geral e independentemente de sua linha político-ideológica, passaram a adotar prática de inspiração gramscista **(a)**. Assumem aparência democrática e atuam principalmente por meio dos **intelectuais orgânicos** e por intermédio de "aparelhos privados voluntários" e de "aparelhos privados de hegemonia" sob a forma de **organizações não-governamentais**.
Mascarando suas ligações ideológicas, ostentam atuação de autênticos movimentos populares. Usam o ativismo para impressionar a opinião pública e para fazer acreditar que a expressam, para exercer a "**pressão de base**" ou intimidar os governos democráticos. As demonstrações e manifestações "populares", supostamente espontâneas, freqüentemente são coordenadas com idênticos eventos em outros países. Os temas são traduzidos em **palavras-de-ordem** relacionadas com direitos humanos, ambientalismo e pacifismo **(b)**.
O antagonismo Socialismo versus Capitalismo, concretizado pelo confronto URSS x EUA de 1945 a 1991, mudou de expressão, manifestada agora numa oposição

menos clara mas tão concreta como na Guerra Fria entre as duas superpotências no passado. Agora, o confronto se apresenta com duas ações de oportunidade:
- **Agitação e Propaganda** (Agit-Prop) orientada para o antiamericanismo, para isolar os EUA e inibir o uso do seu poder nacional.
- **Ação Assimétrica**, valendo-se dos ressentimentos, temores e meios bélicos de grupos e países islâmicos e de Terceiro Mundo, para golpear a Potência Hegemônica com incursões armadas e terrorismo.

Estas ações caracterizam uma Guerra Fria semelhante à de pós-Segunda Guerra Mundial, agora com uma nova face.

Em âmbito internacional, além das organizações não-governamentais, a própria Organização das Nações Unidas é usada pelo MCI para favorecer os regimes nacionais de esquerda e os movimentos revolucionários em países do Terceiro Mundo. A ONU é também usada para impedir ou dificultar as ações dos países "imperialistas" contra aqueles regimes e movimentos, mesmo quando agem no uso do princípio da legítima defesa. O MCI consegue influir tanto na Assembléia Geral como no Conselho de Segurança da ONU por intermédio das representações dos Estados socialistas e dos Estados constrangidos pela opinião pública nacional e internacional. Entretanto, sua atuação continuada se faz por intermédio das organizações internacionais ligadas à ONU (FAO, UNICEF, OIT, OMS, BID, FMI, etc), quase todas infiltradas por dirigentes e funcionários comunistas, socialistas e simpatizantes.

* * *

Além das linhas **revolucionárias** marxistas e anarquistas citadas, componentes do Movimento Comunista Internacional, há outros movimentos ideológicos de es-

querda que são adjacentes ao MCI, sem a ele pertencerem obviamente, mas que completam o cenário socialista mundial:

O **Nasserismo**, concepção revolucionária socialista não-marxista que se caracteriza pelo nacionalismo radical. Tem origem no pensamento e na ação política do primeiro presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. De alguma forma, é o modelo do socialismo autoritário dos países islâmicos.

A **Internacional Socialista**, com sede na Europa, é **reformista** (não-revolucionária) e, atualmente, é representada pelos partidos social-democratas, particularmente naquele continente. Doutrinariamente é pluralista, tendo por objetivo ideológico o socialismo utópico, construído progressivamente por meio de reformas institucionais democráticas. Tem tendência continuísta e o modelo acabado é o "Wellfare State" da Suécia.

O **Fabianismo**, movimento socialista, também **reformista** predominantemente britânico; teve origem na Inglaterra em 1883/84. Exerce forte influência ideológica no trabalhismo inglês (Labour Party) que tem exercido o governo por diversas vezes depois de 1945. Tem crescido sua atividade e prestígio internacionais. Nos anos de 1920 propôs a **Terceira Via**, conceito que, de vez em quando, é relembrado por personalidades de tendência socialista como solução mágica dos problemas sociais e políticos dos países, principalmente do Terceiro Mundo.

Socialismo nacionalista populista, tendência política sem definição ideológica, mas autoritária, estatizante, demagógica e xenófoba. Este tipo de esquerda se tem manifestado na América Latina com feição golpista e com desfecho freqüente em ditaduras pessoais.

A saída de cena da Internacional Comunista soviética evidentemente não representou o fim de Movimento Comunista Internacional. É verdade que este perdeu seu

aspecto ostensivo de confrontação bélica e ideológica entre duas potências que representavam o antagonismo entre o mundo de concepção capitalista e o mundo de concepção socialista, mas continua ativo, ofensivo e dotado de iniciativa. Entidade difusa e invisível, vale-se das franquias democráticas dos países "**ocidentais**" e controla uma parcela apreciável da mídia, da intelectualidade e da atividade editorial internacional. Para medir sua capacidade ofensiva, basta assinalar a eficiência com que mobiliza a opinião pública contra os Estados Unidos e com que inibe os governos "burgueses" liberais ou sociais-democratas a tomar posições de solidariedade com aquele país, mesmo quando sofreu os mais brutais atentados terroristas que se tem notícia na História.

NOTAS

(a) As atividades revolucionárias da fase de acumulação de força que, na concepção leninista, antecede à ruptura e o assalto ao poder, são vulgarmente denominadas de **subversão**. Na concepção gramscista, a subversão é conduzida como **luta pela hegemonia**, assumindo a aparência de participação no jogo político legítimo da democracia burguesa (Ler o Texto CONCEPÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE GRAMSCI).

(b) Constatação fácil de se fazer:
- Nas demonstrações, passeatas, protestos, e comícios públicos que tenham por tema a **paz**, os **direitos humanos** ou defesa do **meio ambiente**, em qualquer parte do mundo (exceto nos países islâmicos), os manifestantes sempre portam bandeiras, muitas de cor vermelha com siglas e símbolos comunistas e de ONG engajadas. São evidências visíveis de que o comunismo não morreu:
- Paz, direitos humanos e meio ambiente sempre foram palavras-de-ordem dos partidos, organizações e movimentos ligados à **Internacional Comunista** soviética até a derrubada do Muro de Berlim (1989).

- Só os "partidos de massa" e organizações internacionalistas têm estrutura e militância (quadros e simpatizantes) para mobilizar manifestações organizadas (com símbolos, carros de som, faixas, bandeiras e animadores) simultaneamente em diversas cidades do país e do exterior. As demonstrações feitas em várias cidades do mundo, inclusive nos EUA, em março e abril de 2003 em defesa da paz e contra o ataque norte-americano ao Iraque tiveram estas características. Evidentemente, não só comunistas participam das grandes manifestações. Também se incluem outras organizações de esquerda, pacifistas, socialistas, anarquistas, antiamericanistas e pessoas de boa fé sensíveis às motivações dos protestos ligadas a **ideologias intermediárias** sedutoras.

CONCEPÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE GRAMSCI (a)

Sergio Augusto de A Coutinho

Antonio Gramsci (1891-1937), marxista e intelectual italiano, foi na sua mocidade socialista revolucionário e membro do Partido Socialista Italiano, no seio do qual fez sua iniciação ideológica. Tornou-se imediato simpatizante da revolução bolchevista de 1917. Participou do congresso que constituiu a fração comunista do PSI e, já em janeiro de 1921, os delegados dessa facção decidiram fundar o Partido Comunista Italiano. Em outubro de 1922 os fascistas chegam ao poder. Em 1926, endureceram o regime a pretexto de um alegado atentado contra a vida de Mussolini. Gramsci é preso e processado do que resultou sua condenação a mais de 20 anos de reclusão. A partir dos primeiros meses de 1929, Gramsci começou a redigir suas primeiras notas e apontamentos que vieram a encher, no transcorrer de seis anos, trinta e três cadernos do tipo escolar.

O tema mais importante, aliás conteúdo central da matéria contida nos chamados "Cadernos do Cárcere", é o pensamento político do autor que traz contribuições inéditas e atualizadas ao marxismo e uma concepção da estratégia para a tomada do poder ("transição para o socialismo"). Uma concepção melhor aplicável às sociedades "ocidentais" (países capitalistas, liberal-democráticos adiantados) do que a estratégia marxista-leninista vitoriosa na Revolução Bolchevista da Rússia, país de sociedade do tipo "oriental", com inexpressiva "sociedade civil". Na época, a Revolução Russa se tornara o modelo clássico, dogmático, para a Internacional Comunista.

A concepção e estratégia desenvolvidas essencialmente nos Cadernos é o que podemos chamar

Gramscismo ou, mais abrangentemente, **Marxismo-Gramscismo**.

Os comentadores e intérpretes da obra gramsciana geralmente se restrigem à discussão de seus fundamentos e conceitos político-ideológicos. Não revelam com maior clareza descritiva a atuação e a prática revolucionárias que Gramsci propõe e que passam necessariamente pela crise orgânica (institucional), pela "ruptura", pela tomada do poder, pela destruição do estado burguês e fundação do "Estado-Classe" (totalitário, "estatolatria") e pela implantação da nova ordem socialista marxista. Assim, o conhecimento da concepção revolucionária gramscista fica incompleto para as pessoas comuns.

Gramsci foi um convicto marxista-leninista. Em que pesem as idéias inovadoras que propõe, permanece sempre ligado, intelectual e ideologicamente, ao marxismo; não é um dissidente nem um "herético", mas um inovador.

No momento em que constatou o fato histórico de que a estratégia marxista-leninista de tomada do poder, vitoriosa na Rússia em 1917, não teve êxito nos países europeus (entre 1921 e 1923 na Alemanha, Polônia, Hungria, Estônia e Bulgária) de economia capitalista e de sociedade democrática, passou a considerar outro modelo revolucionário. Fez assim, a distinção entre sociedade "oriental" e sociedade "ocidental", compreendendo que a **"transição para o socialismo"** teria que ter concepções diferentes numa e noutra condição político-social.

O ataque frontal ao Estado para a tomada imediata do poder, com o emprego da violência revolucionária, foi comparada por Gramsci à **"guerra de movimento"**. É a concepção estratégica original de Lenine.

Nas sociedades "ocidentais", a luta teria que ser semelhante à **"guerra de posição"**, longa e obstinada, conduzida no seio da sociedade civil para conquistar cada "trincheira" e cada defesa da classe dominante burguesa. Em outras palavras, disputar com a burguesia a **hegemonia** sobre a sociedade civil e conquistá-la como prelúdio da tomada da sociedade política (o Estado) e do poder.

A partir desta visão original, Gramsci desenvolveu seu conceito estratégico de transição para o socialismo.

A grande invenção contida na concepção revolucionária de Gramsci, está na mudança da direção estratégica de tomada do poder. Em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder como na concepção de Lenine, a sua manobra é de "desgaste", designando a **sociedade civil** como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar. Conquistar a sociedade civil significa **lutar pela hegemonia**, isto é, elevar as classes subalternas (operários, camponeses e excluídos da sociedade burguesa), inferiorizar a burguesia e enfraquecer o Estado burguês. Isto será feito predominantemente pela guerra psicológica ou penetração cultural para minar e neutralizar as "trincheiras" e defesas da sociedade e do Estado burgueses. Nesta longa luta de desgaste se incluem a "neutralização do aparelho de hegemonia" da burguesia e do "aparelho de coerção" estatal **(b)** e a "superação" dos meios materiais e dos valores intelectuais e morais das classes subalternas e das classes burguesas, fazendo-as aceitar (ou a se conformar com) a transição para o socialismo como coisa natural, evolutiva e democrática **(c)**.

A luta pela hegemonia se desenvolve preliminarmente na realização de uma profunda **reforma intelectual** (ideológica) e **moral** (cultural) da sociedade civil. Trata-se "de elaborar uma filosofia que se torne o **senso-comum renovado**, coerente com a filosofia popular" e com os fins buscados no processo político-ideológico no qual tudo deve estar inserido. Para isto, é preciso estabelecer um amplo sistema orgânico e também "espontâneo" no interior da sociedade civil, abrangendo variados ca-

nais informais, desligados das organizações políticas (partidos e estado), por meio do qual se fará a penetração dos novos sentimentos, conceitos e expectativas. Subversão cultural que tem por objetivo a formação do **consenso** que criará as condições para a tomada do poder.

O agente destas ações é o **intelectual orgânico**. Todos os membros do partido revolucionário devem ser considerados "intelectuais", não importa em que níveis funcionais se encontrem. O novo intelectual não é apenas um orador eloqüente, o eletrizador de multidões, mas aquele que se tornou dirigente; aquele que orienta, influencia e conscientiza ("especialista + político").

Os **intelectuais tradicionais**, cujo tipo é vulgarmente reconhecido como cientista, filósofo, literato, artista e profissional dos meios de comunicação social, estão ligados a valores e cultura antigos, sem identificação com uma ideologia de classe, formando um grupo isolado sem ligação com as massas.

O grupo que luta pela hegemonia e pelo domínio (conquista do poder) vai lutar também pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

Os intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos "aparelhos privados de hegemonia", nas ONG, nas comunidades (de moradores de favelas, acadêmicas, de minorias, etc) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, "moderna" e uníssona dos intelectuais orgânicos cuja unidade de ação é dada pelo "consenso" e pela "vontade coletiva", consciência dos objetivos revolucionários que perseguem.

Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adesistas ou ingênuos por aliados, "inocentes úteis" ou "companheiros de viagem", constituem uma oligarquia

autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o monopólio do discurso, exercem a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. O projeto gramsciano de superação do senso comum burguês é um elemento desencadeador de um fenômeno em cadeia, criando um clima de mudanças, naturalmente estimulador, que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e suas resistências morais e cívicas **(d)**.

Finalmente, quando uma pessoa supera criticamente o senso-comum e aceita novos valores e conceitos culturais e sociais, terá aceito uma filosofia nova e estará em condições de compreender uma nova concepção do mundo e contribuir para a sua concretização.

Gramsci admite porém a possibilidade de ocorrer um instante crítico e delicado no processo de transformação intelectual e moral da sociedade; um vácuo ético-social e individual, um período de relaxamento e de dissolução moral decorrente da perda momentânea dos valores e tradições anteriores.

O risco para ele é necessário e se justifica porque uma "nova concepção se está formando". O empreendimento revolucionário, apesar de tudo, é "ético" porque é adequado aos fins pretendidos.

* * *

Superando Lenine, sem o negar entretanto, Antonio Gramsci propôs uma nova estratégia de "transição para o socialismo". Após o colapso do comunismo soviético em 1991, suas idéias passaram a ter especial interesse em todo o mundo como uma alternativa e como um modelo revolucionário próprio, para as sociedades do tipo "Ocidental".

Por isto, a estratégia gramscista é hoje aco-

lhida por uma importante parcela da esquerda marxista brasileira e vem tendo um significativo êxito na sua aplicação prática, particularmente a partir de 1980. Mesmo os partidos revolucionários marxista-leninistas e nasseristas aceitam a práxis gramscista, própria da luta pela hegemonia que bem simula o jogo democrático legítimo, mascara seus propósitos e objetivos e ilude fazendo crer que adotam uma linha social-democrata.

Os avanços revolucionários no campo das mudanças intelectuais e morais chegaram a um ponto tal que alguns intelectuais democratas acham que já é irreversível. Entretanto o movimento revolucionário apresenta deficiências e vulnerabilidades que, exploradas inteligentemente, permitem ainda a sua contenção e reversão. Mas, se a sociedade nacional permanecer como espectadora impassível, complacente e até mesmo simpática à reforma intelectual e moral que vem sofrendo, certamente a revolução marxista-gramscista será vitoriosa a médio prazo.

E, assim, o Brasil seria o exemplo histórico de ter sido o primeiro país no mundo onde a concepção gramscista de tomada do poder teria tido êxito.

NOTAS

(a) Este texto é um extrato da obra **A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE**, do mesmo autor.

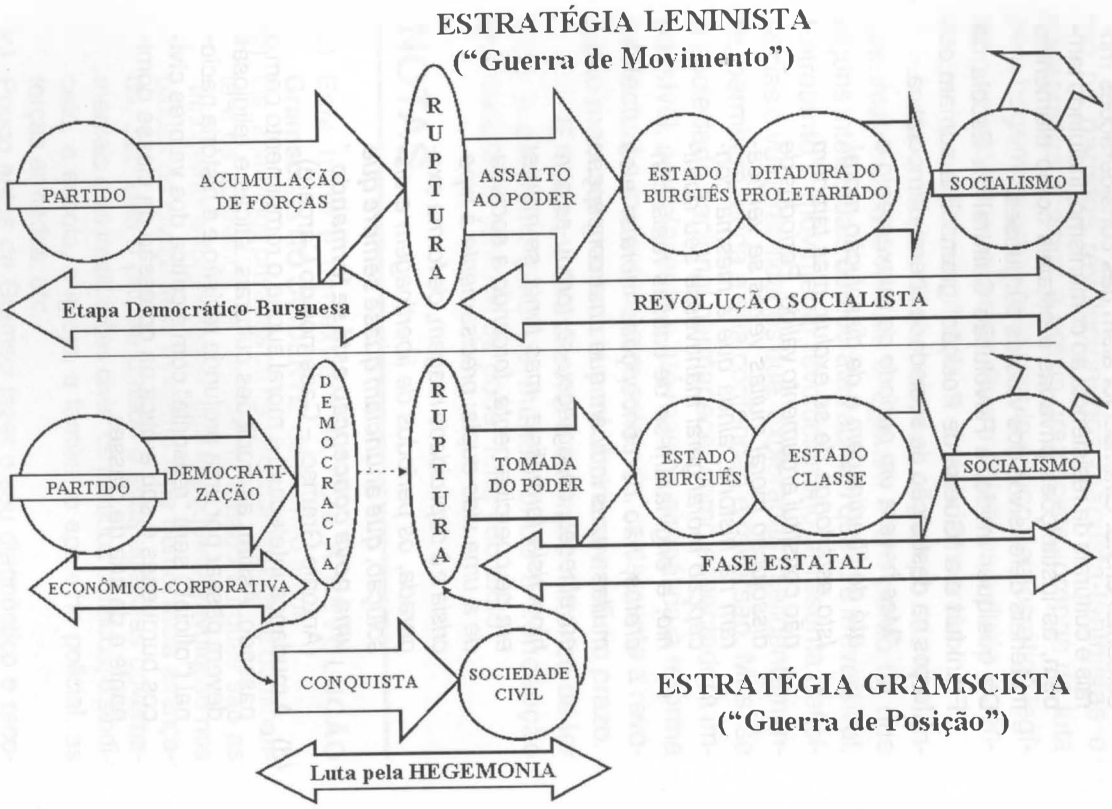
(b) Os "aparelhos privados de hegemonia" da classe dominante e os aparelhos de coersão do Estado burguês são as "trincheiras e fortificações" que impedem a revolução nos países de capitalismo moderno e de democracia avançada: São elas o próprio Estado e suas agências governamentais e as instituições civis: os partidos políticos, o sindicato, a escola, a igreja, a família, o aparelho policial, as forças armadas, etc.

(c) Pouco antes de Gramsci fazer o seu diagnóstico e recomendar a neutralização das "trincheiras" da burguesia, Gyorgy Lukács, um dos filósofos da Escola de Frankfurt, reconhecia que a revolução comunista não teria êxito na Europa sem que antes não tivesse sido destruída a cultura ocidental cristã. Gramsci foi além das considerações morais e culturais da resistência ao comunismo, incluindo também, as instituições privadas e estatais como elementos materiais defensivos dos valores burgueses.

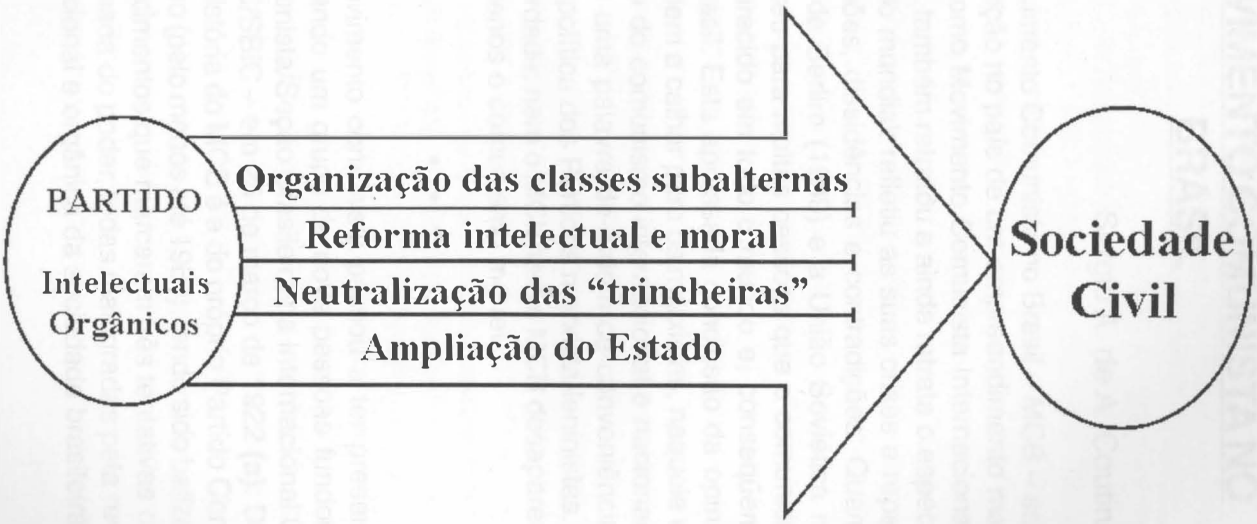
De qualquer modo, a Revolução Cultural da Escola de Frankfurt e a "Guerra de Posição" gramscista somam esforços na destruição da sociedade liberal-democrática.

> *"Mas haverá um período de relaxamento e até de libertinagem e de dissolução moral. Isto está longe de se excluir, mas também não constitui argumento válido. Períodos de dissolução moral muitas vezes se verificaram na história, ainda que a mesma concepção moral geral mantivesse seu domínio, e originaram-se de causas reais concretas, não de concepções morais: eles muitas vezes indicam que uma concepção envelheceu, desagregou-se, tornou-se pura hipocrisia formalista, mas tenta se manter em pé coercivamente, forçando a sociedade a uma vida dupla; precisamente à hipocrisia e à duplicidade reagem, de forma exagerada, os períodos de libertinagem e dissolução,* ***que anunciam quase sempre que uma nova concepção está se formando.****"*
> (Antonio Gramsci – Cadernos do Cárcere).

(d) A mudança intelectual e moral supõe o rompimento com o passado. Assim, as tradições culturais, éticas e religiosas devem passar por uma profunda revisão e a história nacional ("oficial") será "reescrita" com a crítica dos valores cívicos burgueses e sob a ótica da opressão da classe dominante e da luta de classes.



LUTA PELA HEGEMONIA



O MOVIMENTO COMUNISTA NO BRASIL

Sergio A. de A. Coutinho

O Movimento Comunista no Brasil – MCB – sempre foi a projeção no país de um empreendimento maior identificado como Movimento Comunista Internacional – MCI. Por isto, também retratou e ainda retrata o espectro do comunismo mundial: refletiu as suas crises e repetiu as suas divisões, dissidências e contradições. Quando caiu o Muro de Berlim (1989) e a União Soviética ruiu (1991), pareceu para muitas pessoas que o comunismo havia desaparecido em todo o mundo e, conseqüentemente, no Brasil. Esta apressada conclusão da opinião pública veio bem a calhar para os marxistas, naquele crítico momento do comunismo internacional e nacional, e passou a ser uma palavra-de-ordem de conveniência e de operação política dos Partidos marxista-leninistas.

Na verdade, nem o MCI, nem o MCB desapareceram; muito menos o comunismo morreu.

* * *

O movimento comunista passou a ter presença no Brasil quando um grupo de nove pessoas fundou o Partido Comunista/Seção Brasileira da Internacional Comunista – PC/SBIC – em 25 de março de 1922 **(a)**. Desde então, a história do MCB é a do próprio Partido Comunista Brasileiro (pelo menos até 1966), tendo sido balizada pelos acontecimentos que marcaram três tentativas concretas de tomada do poder, todas malogradas pela resistência institucional e orgânica da sociedade brasileira:

- 1935 – A Intentona Comunista
- 1961/64 – O Tentame de 1964
- 1966/75 – O Terrorismo e a Guerrilha

As duas primeiras tentativas se devem à iniciativa do PCB; a terceira já é conseqüência da dissidência dos grupos marxista-leninistas que optaram pela violência revolucionária de modelo chinês (maoístas) e cubano (foquistas).

Em 1930, o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista impôs ao PCB uma linha radical: a "revolução imediata". Nesta ocasião, Luiz Carlos Prestes, já iniciado no marxismo-leninismo, recusa-se a participar da Revolução de 1930 e publica em Buenos Aires um manifesto expondo idéias nitidamente comunistas. Em 1931, foi para a União Soviética com o apoio do Komintern.

A chegada de Prestes ao Brasil em maio de 1935, escolhido a dedo para comandar militarmente a revolução **(b)**, precipita os preparativos da sua eclosão. O levante estala sucessivamente (novembro de 1935) em Natal, Recife e Rio de Janeiro, com inusitada violência.

A pronta e enérgica resposta do Exército, imune ao proselitismo comunista, frustrou a primeira tentativa de tomada do poder levada a efeito pelo PCB. Aliás o movimento revolucionário foi precipitado, mal preparado, improvisado e sem um mínimo de articulação.

O levante revolucionário de 1935 se caracterizou pela violência armada sob a forma de levante militar, executado no modelo da Revolução Bolchevista de 1917.

A Intentona – "um intento insensato" – não é uma designação pejorativa, mas a denominação do que exatamente foi o assalto ao poder arriscado pelos comunistas em 1935.

A partir de 1943, com as atenções gerais e as preocupações oficiais voltadas para a guerra na Europa, o PCB pôde iniciar a sua reorganização. Com a queda da ditadura Vargas, a anistia e a redemocratização do país, consegue a sua legalização em 1945 e até participa das eleições daquele ano com um candidato à Presidência da República. A existência legal do Partido foi curta, pois em maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral cassou o seu registro por suas notórias ligações internacionalistas e pela natureza ditatorial do seu programa. O Partido voltou à clandestinidade.

O XX Congresso do PCUS convocado por Kruschev em 1956, gerou uma longa crise no PCB por aceitar os pontos aprovados naquele conclave: condenação do stalinismo e a **Coexistência Pacífica**.

Como se não bastassem as constrangedoras revelações do líder soviético, o mesmo Congresso aprovou resoluções ainda mais surpreendentes para os comunistas, particularmente brasileiros, aliciados e criados nos dogmas marxista-leninistas consagrados desde a criação da III INTERNACIONAL em 1919. Paradoxais devem ter parecido a doutrina da "Coexistência Pacífica", a estratégia da "Via Pacífica" para a tomada do poder e a extinção do Cominform, sucessor do Comintern bolchevista.

No âmbito do Movimento Comunista Internacional, a divergência mais grave foi a da China Popular de Mao Tse Tung que se agravou a partir de 1960 e culminou com o rompimento com a URSS em 1963, tomando rumos próprios, tornando-se novo centro irradiador do comunismo mundial.

Para o PCB, aqueles acontecimentos foram dramáticos. As divergências tiveram idêntico desdobramento no seio do Partido, sempre tão fiel à orientação de Moscou. As controvérsias finalmente vieram à tona no seu Congresso em 1960.

A nova postura do PCB, aderindo às resoluções

do XX Congresso, provocou ásperas discussões internas e o afastamento de vários quadros discordantes, particularmente intelectuais, jornalistas e artistas. Entretanto, a divergência mais grave se transformou em "**racha**", isto é, em cisão. Em 1962, o grupo divergente mais radical, repudiou a "via pacífica" e criou o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B). Os dissidentes preconizaram a violência revolucionária como único caminho para "dar o poder ao povo". Valendo-se da experiência trazida do PCB, iniciaram o **trabalho de massa**, principalmente no campo, e se aproximaram da doutrina do maoísmo chinês, o que culminou com a chamada "Guerrilha do Araguaia" (anos de 1970) de resultados tão trágicos. Depois disto, o PCdoB foi buscar a sua inspiração "stalinista" no atrasado e anacrônico regime da Albânia.

As divergências no Partido Comunista Brasileiro favoreceram o surgimento de novas organizações revolucionárias e exacerbou o nacionalismo populista, todos realizando "análises" próprias da "realidade brasileira", preconizando diferentes soluções para as contradições internas da sociedade nacional. E assim, o PCB, até então único centro organizado do MCB, viu-se acompanhado de novas organizações marxistas muito independentes da "ortodoxia do partidão".

A inopinada renúncia do Presidente Jânio Quadros desencadeou grave crise (Agosto de 1961). Os Ministros Militares manifestaram a inconveniência da posse do Vice-Presidente João Goulart. A radicalização de posições contrárias quase leva o país à guerra civil. Nesta crítica situação surge uma solução de compromisso, o Parlamentarismo e João Goulart assumiu o governo.

O Partido Comunista Brasileiro, tinha um projeto consistente para a tomada do poder: a "via pacífica". Seu primeiro objetivo seria a conquista do governo para implantar transitoriamente um governo "popular-democrático". As circunstâncias favoreciam a tentativa de realizar

esta meta pelo "domínio do governo", antecipando a alternativa da "via eleitoral". Para tanto teria que aprofundar os compromissos com o Presidente e fazê-lo parte do empreendimento. Por esta razão apoiou decisivamente a sua posse quando contestada pelos ministros militares.

O "Partidão" agiu coerentemente. Entretanto, as demais organizações marxistas-leninistas e as esquerdas nacionalista-populistas fizeram opção pela violência armada. Esta escolha as levou a uma radicalização insensata (grevismo e tumultos) o que acabou provocando e justificando a apreensão da sociedade brasileira e a reação político-militar de 1964, uma contra-revolução restauradora. Com isto, o projeto do PCB foi interrompido justamente quando se mostrava tão promissor.

O que se passou nas esquerdas no Brasil naqueles anos de 1961 a 1964 foi a convergência de interesses, ambições e objetivos de lideranças populistas de um lado com os de um movimento comunista revolucionário do outro. Aquelas eram barulhentas e ostensivas; este era consistente, objetivo e com uma estratégia de tomada do poder bem montada, agindo perseverante e discretamente.

Embora a indisciplina inoculada em setores inferiores das Forças Armadas e a ameaça de ruptura da hierarquia tenham sido o fator de unanimidade dos militares e a razão que os moveu em 31 de março de 1964, na realidade mais do que defendendo valores institucionais, estavam realizando uma contra-revolução.

Após a contundente derrota, a "autocrítica" da esquerda foi imediata, acre e simplista. O PCB, que saiu do acontecimento praticamente ileso, acusou a intromissão de Cuba, o radicalismo das Ligas Camponesas e o exacerbado movimento nacionalista-populista do ex-Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola de terem precipitado o processo revolucionário e provocado a reação político-militar.

As outras organizações e dissidências do Partido acusaram, por sua vez, o PCB e sua "via pacífica" de incapazes de realizar a revolução.

Terminada a perplexidade da derrota em 1964, bem ou mal resolvidas as controvérsias internas, que nunca deixariam de dividir as esquerdas, e assumidas as respectivas opções revolucionárias, o MCB em 1966 ficou constituído por dois partidos (o PCB ortodoxo e o PCdoB revolucionário) e um grande e crescente número de **organizações político-militares** (OPM), de estrutura foquista ou "militarista", de inspiração cubana.

No período de 1968 a 1974, podiam ser contadas quase três dezenas delas, além de umas poucas organizações trotskistas. Ocorreu a "atomização" das esquerdas. Enquanto o PCB se estruturava para retomar o **trabalho de massa**, a esquerda revolucionária fazia a opção pela violência armada. Todos os marxistas-leninistas e mesmo os trotskistas aderiram à idéia do **foco guerrilheiro**; menos o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que ficou com o modelo stalinista-maoísta da Revolução Chinesa.

Por falta de adequada "**acumulação de forças**", as organizações militaristas que, por concepção, deveriam implantar o foco guerrilheiro rural, nunca conseguiram sair do terrorismo urbano.

Repassando os atos de violência praticados em oito anos de terrorismo (1966 – 1974), pode-se bem medir a sua brutalidade: assaltos, atentados ao patrimônio, explosões, roubos, rapto de diplomatas, seqüestros de aviões comerciais, assassinatos e "**justiciamentos**". O mais trágico, as perdas de vidas humanas: a morte de mais de uma centena de agentes da lei e de outro tanto dos próprios terroristas, "morrendo sem razão". A isto tudo somam-se as vítimas inocentes, pessoas comuns alheias ao confronto, feridas, mutiladas e mortas na mira errante dos insensatos. Realmente, foram "anos de chumbo".

A derrota política e militar da violência revolucionária, terrorista e guerrilheira, dá a medida da sua inutilidade. A violência não derrubou a "ditadura militar" nem implantou a nova ordem socialista. O grande desserviço que a luta revolucionária insensatamente prestou ao Brasil foi o de ter retardado a redemocratização do país.

A autocrítica das esquerdas comunistas começou logo depois dos primeiros reveses da violência armada. Em Portugal, 1975, o grupo "Debate" publicou um documento intitulado "Plataforma Política para a União dos Comunistas Brasileiros" (UCB) no qual foram apontadas as conclusões básicas a que tinha chegado. A retomada do conceito de Partido como vanguarda da revolução, levou ao dilema: um partido já existente (domínio do MDB?) ou criação de um partido novo. Alguns dos que optavam por esta alternativa uniram-se para fundar o Partido Socialista Brasileiro (PSB), velha sigla, anterior a 1964.

Entretanto, quando os sindicalistas do ABC Paulista, unidos a marxistas independentes (particularmente intelectuais e artistas) e com a ajuda da esquerda clerical, começaram o trabalho de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), a esquerda "militarista" (ex-foquistas) e a esquerda "trotskista", imediatamente identificaram a nova agremiação como aquela que poderia unir as esquerdas no Brasil. Efetivamente, em 1979, estava fundado o Partido e a ele vieram a se reunir diferentes organizações ligadas ao terrorismo e à violência armada do período de 1966 a 1974. Assim, pôde-se identificar dois agrupamentos no seio do Partido dos Trabalhadores recém-criado:

- A "**articulação**", reunindo os sindicalistas, marxistas independentes, intelectuais, religiosos progressistas, artistas e estudantes – os fundadores ou moderados.
-Os "**organizados**", reunindo organizações foquistas remanescentes (esquerda militarista) e organizações

trotskistas (esquerda trotskista) – os revolucionários radicais.

Com algumas modificações, o Partido tem esta arrumação interna até hoje. É interessante chamar a atenção para o fato de que, das organizações ligadas ao terrorismo dos anos de 1970, só uma não se integrou ao Partido dos Trabalhadores: o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) que guardou a sigla e atua independente e sem pretender registro eleitoral.

O ano de 1979 também marcou a consolidação da denominada Igreja Progressista que, tomando a Teologia da Libertação e o marxismo como suportes ideológicos, cada vez mais se afastou da submissão à hierarquia da Igreja Católica Romana, sem no entanto, e por conveniência, romper com ela.

Este fato, a criação do Partido dos Trabalhadores e a sobrevivência do PCB e do PC do B proporcionariam os pontos de referência para a reorganização das esquerdas no período que se seguiu.

A anistia de 1979 proporcionou o imediato retorno ao Brasil de todos aqueles que foram voluntariamente para o exterior e daqueles poucos que foram banidos. Ao chegarem, juntaram-se aos que, pela mesma nova circunstância, emergiam da clandestinidade. O ambiente político era favorável para a retomada dos projetos revolucionários interrompidos em 1974.

As esquerdas voltaram, imediatamente, à militância política, nas organizações de massa e infiltradas nos partidos políticos de oposição e nos partidos de esquerda já existentes ou recém-criados.

A partir de 1979 a esquerda marxista-leninista retomara a "**acumulação de forças**" para nova tentativa de tomada do poder. Entretanto, o próprio MCI começou a trazer um ingrediente perturbador. A Perestroika e a Glasnost de Gorbatchev inquietaram as esquerdas e as

levaram a nova frustração quando assistiram daqui a derrubada do Muro de Berlim, a dramática e repentina dissolução da União Soviética, a desarticulação do MCI e o desmoronamento do Sistema Socialista alinhado com Moscou (1989 – 1991).

O **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, de orientação soviética e de vinculação ao PCUS, evidentemente foi o mais atingido por estes acontecimentos. Diante da reviravolta do comunismo internacional, viu-se obrigado a tentar salvar o seu projeto, fazer um esforço quase heróico de sobrevivência e engendrar uma nova face. No ano de 1991 o partido realizou dois Congressos sucessivos, o IXº e o Xº (ler o Texto Canto do Cisne ou Canto da Sereia?). Outra vez o PCB se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: A primeira, a dos "renovadores", sugerindo uma definição "renovada" do socialismo; a segunda, a dos "ortodoxos", marxistas-leninistas pró-Cuba, país comunista remanescente; a terceira, a dos "revolucionários", pequeno grupo também marxista-leninista crioulo que defendia a articulação com o PT e com o PSB numa frente de esquerda. Prevaleceu expressivamente a tese dos renovadores mas com o receio de um novo "**racha**" no Partido como aconteceu em 1962 no Vº Congresso em torno da Coexistência Pacífica. Assim, o velho Partidão, o "PC Bom" vestiu roupas novas, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação – **Partido Popular Socialista (PPS)**. Renegou o socialismo real e outras "categorias" leninistas, assumindo um socialismo dito renovado, de definição incerta mas com nítidas referências granscistas.

O **Partido Comunista do Brasil (PCdoB)** sempre abominou as atitudes "revisionistas" dos PC ortodoxos; o colapso do socialismo soviético apenas confirmou que não estavam equivocados. Portanto, o PCdoB nada tinha a reformular, permanecendo nas suas posições stalinistas e revolucionárias inspiradas na luta de clas-

ses. Em seu VIIIº Congresso, reafirmou abertamente todas as suas posições anteriores, prosseguindo na linha da Esquerda Revolucionária.

As **Organizações Militaristas e Trotskistas** não se sentiram constrangidas pelo colapso do socialismo soviético; nada mais do que um desconforto momentâneo. Por isto, continuaram agregados ao Partido dos Trabalhadores, permanecendo na linha interna radical e de oposição aos "moderados" não só no Partido como também na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

É interessante saber que as esquerdas no Brasil também incluem outras linhas político-ideológicas não-marxistas, cujas organizações e partidos entretanto muito se relacionam com os grupos e partidos revolucionários do Movimento Comunista. São freqüentes as alianças eleitorais e a "sintonia" das respectivas **palavras-de-ordem**, numa aceitação generalizada do "pluralismo das esquerdas", das frentes populares e das "alianças de classe" recomendadas por Gramsci. Neste grupo não-marxista estão:

A **Esquerda Reformista** brasileira, representada pela social-democracia da Internacional Socialista (PDT) e pela social-democracia Fabiana (PSDB), não sofreu qualquer abalo com os acontecimentos na União Soviética.

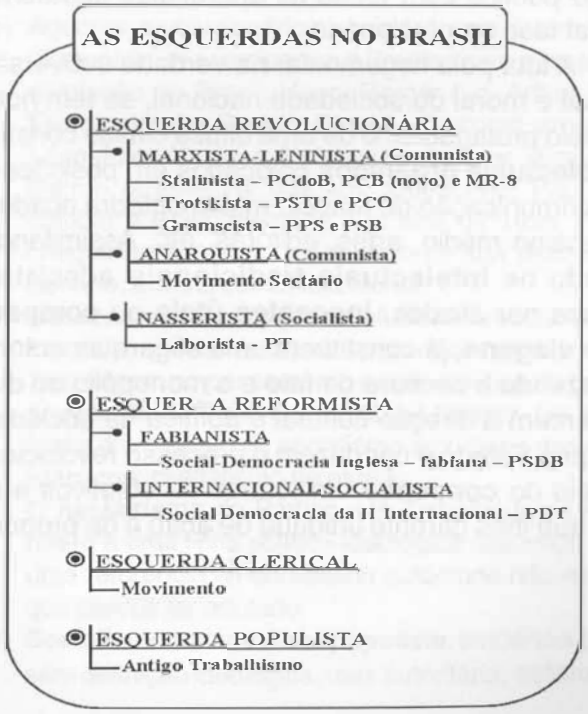
A **Esquerda Laborista,** representada pelo Partido dos Trabalhadores, se define como socialista. É radical na atuação política, expondo uma prática nasserista **(c)**, socialismo autóctone sem vinculação ao marxismo. Aproxima-se entretanto da concepção pragmática de Gramsci, principalmente pela atuação dos seus intelectuais orgânicos, adquirindo uma feição política mais identificada com a revolução do que com o reformismo.

A **Esquerda Clerical** não se abalou com o que aconteceu na União Soviética; tem uma visão própria do

socialismo. Ficou menos ruidosa após 1991, muito mais provavelmente pelas atitudes firmes do Papa João Paulo II em condenação à Teologia da Libertação e à esquerda clerical, do que por inibição pela crise do comunismo. Porém os mais notáveis religiosos filomarxistas ainda não fizeram a sua autocrítica, ao contrário, continuaram firmes em suas posições e solidários àqueles que se opõem aos "revisionistas" social-democratas.

As esquerdas adjacentes a Movimento Comunista no Brasil se completam com grupos de menor expressão mas muito atuantes: os anarquistas, os "socialistas" populistas **(d)** e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8, organização da "luta armada" do período de 1966 a 1974.

O sinótico seguinte esquematiza as esquerdas brasileiras no ano de 2003:



A débâcle do comunismo soviético deu oportunidade à descoberta da concepção revolucionária do italiano Antônio Gramsci. A práxis gramscista, própria de uma fase aparentemente democrática de **luta pela hegemonia** no seio da sociedade dita burguesa foi também adotada ou aproveitada "de carona" por todos os partidos da esquerda revolucionária **(e)**. Os "empreendimentos" políticos e psicológicos desta fase servem tanto para construir a **hegemonia** das "classes subalternas" e a conquista da "sociedade civil" pela atuação dos partidos gramscistas, como para a "acumulação de forças" e a criação do clima revolucionário pelos partidos comunistas de orientação stalinista e trotskista. Nas condições políticas atuais, todos eles são organizações políticas legais que fizeram opção tática pela "via pacífica" para a conquista do poder, tratando de ostentar uma prática legítima de participação do jogo político com todas as aparências democráticas na atual fase revolucionária.

A luta pela hegemonia, na verdade subversão intelectual e moral da sociedade nacional, se tem notabilizado pelo protagonismo de uma difusa classe constituída de **intelectuais orgânicos** colocados em posições-chave de comunicação de massa: mídia, cátedra acadêmica e do ensino médio, artes, editoras, etc. Assimilando ou tomando os **intelectuais tradicionais** adesistas ou ingênuos por aliados, **inocentes úteis** ou **companheiros de viagens**, já constituem uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e o monopólio do discurso, exercem a direção cultural e política da sociedade e do próprio Estado e conduzem o processo revolucionário por meio do **consenso** em termos de objetivos e práticas, o que lhes garante unidade de ação e de propósitos.

NOTAS

(a) O Partido Comunista/Seção Brasileira da Internacional Comunista (BC/SBIC) logo se autodenominou **Partido Comunista do Brasil** com a sigla PCB. Pouco antes da Intentona de 1935, adotou a denominação de **Partido Comunista Brasileiro** para descaracterizar sua ligação à Internacional Comunista Soviética, guardando a mesma sigla PCB. Em 1962, após o XX Congresso do PCUS, um grupo dissidente "rachou" com o Partido e fundou o novo **Partido Comunista do Brasil**, agora com a sigla **PC do B** que guarda até hoje. O velho Partido, o **Partidão**, prosseguiu, sempre fiel a Moscou, até 1991 quando o colapso da URSS o levou a renovar-se e a assumir nova feição e nova sigla: PPS (Partido Popular Socialista). Outra vez, uma dissidência interna, contrária a esta mudança, reuniu-se e recriou o antigo PCB.

(b) Agentes revolucionários enviados pela Internacional Comunista se anteciparam a Prestes para o preparo da revolução no Brasil: Henry Berger (i.e. Arthur Ernest Ewert), alemão; Rodolfo Gluoldi e Carmem, argentinos; Leon-Jules Valée e Alphonsine, belgas; Victor Allen Barron (agente de ligação), americano; Paul Franz Gauber e Érika, alemães. Em abril de 1935, Prestes chegou ao Brasil acompanhado de sua mulher Olga Benário, ativista comunista alemã.

(c) **Nasserismo**, concepção revolucionária socialista não-marxista; que se caracteriza pelo nacionalismo radical. Tem origem no pensamento e ação política do primeiro presidente do Egito Gamal Abdel Nasser. De alguma forma é o modelo do socialismo autoritário dos países islâmicos; capitalismo de estado.
O **nasserismo** do Partido dos Trabalhadores não se refere a uma linha político-ideológica assumida mas a uma referência ao socialismo autóctone não-marxista que parece ter adotado.

(d) **Socialismo nacionalista populista**, tendência política sem definição ideológica, mas autoritária, estatizante,

demagógica e xenófoba. Este tipo de esquerda se tem manifestado na América Latina com feição golpista e com desfecho freqüente em ditaduras pessoais.

(e) A geral aceitação de certos aspectos pragmáticos de concepção revolucionária gramscista pelos diferentes partidos de esquerda tem constituído um traço comum e um fator que contribui para a formação de "frentes" e a adoção de semelhante estratégia de tomada de poder. Este fenômeno tem sido denominado de **"transversalidade".**

CANTO DO CISNE OU CANTO DA SEREIA?

Sergio A. de A. Coutinho

No dia 19 de julho de 1991, valendo-se do direito de ocupar gratuitamente a Rede Nacional de Televisão, o Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, apresentou-se à audiência com um discurso novo e tendo como figura central o Deputado Roberto Freire, recém-eleito Presidente do Partido. Esta apresentação se deu logo após o seu IX Congresso realizado no Rio de Janeiro no período de 30 de maio a 02 de junho de 1991.

Da mesma forma que ocorreu no anterior V Congresso (1960), o Partido se reuniu em clima de graves divergências internas. Em ambas as ocasiões, os desentendimentos decorreram de crise maior no centro irradiador principal do Movimento Comunista Internacional, a União Soviética e seu Partido PCUS.

O Congresso de 1960 se realizou logo depois do famoso XX Congresso do PCUS quando Kruschev fez surpreendentes denúncias do Stalinismo, deixando a nu as terríveis atrocidades, expurgos e a própria face perversa do regime.

Em 1989, acontecimentos dramáticos tiveram lugar na Europa. Primeiro, a queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e o desmoronamento do comunismo no Leste Europeu, pondo em evidência a tirania e a ineficiência do regime socialista-marxista. Segundo, as divergências internas na União Soviética e no Partido, ficando claro que as mudanças tentadas (Perestroika e Glasnost) não foram tão amplas e tão profundas como ingenuamente o mundo esperava e aplaudia.

A crise do socialismo se tornou explícita na Perestroika de Gorbatchev (1985) e culminou na repenti-

na dissolução da União Soviética em 1991. A velocidade dos acontecimentos demonstrou todo o fracasso do socialismo marxista e a ilusão do comunismo.

O choque da revelação e a visão contundente da realidade trouxeram, inicialmente, a perplexidade ao Movimento Comunista no Brasil. Diante desta reviravolta abrupta e surpreendente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se viu na contingência de tentar salvar todo um projeto e fazer um esforço quase heróico de sobrevivência.

Obrigado a engendrar uma nova face e a elaborar uma definição "renovada" de socialismo, o Partido refez suas posições nos IXº e Xº Congressos (1991 e 1992).

O IX Congresso do PCB se realizou em um momento extremamente adverso para o prestígio do Partido e de grande perplexidade interna: o dilema: - ou renovar para sobreviver ou conservar por coerência.

Diante destas alternativas, as opiniões se dividiram no Partido e três correntes se manifestaram mais significativamente: a primeira, a dos "renovadores" (os "novos comunistas") com Roberto Freire à frente; a segunda, a dos "ortodoxos', marxistas-leninistas pré-perestroika e simpáticos à posição cubana, com o arquiteto Oscar Niemeyer e Juliano Siqueira; a terceira, uma tendência alternativa constituída por pequeno grupo marxista-leninista do Rio Grande do Sul defensor de uma articulação com o PT e o PSB numa frente de esquerda.

No final do Congresso, prevaleceu a posição renovadora, na verdade uma "glanost" à brasileira. Roberto Freire foi eleito Presidente do Partido e sua corrente contou com expressiva maioria (54% dos votos) elegendo 38 dos 71 membros do Comitê Central. Os "renovadores", com o seu conceito de "pluralismo" esperam poder administrar as divergências: "**Sou presidente do Partido Comunista Brasileiro na sua pluralidade. Vou exigir apenas (...) a unidade de ação, não de pensamento**", declarou Roberto Freire.

Algumas defecções ocorreram, juntando-se os dissidentes a outras agremiações de esquerda ou simplesmente se declarando "marxistas independentes", como o escritor Jorge Amado, já afastado do PCB há muitos anos mas sempre com ele solidário.

No X Congresso do PCB, reunido logo a seguir (1992), o Partido "operacionalizou" a sua "transmutação", abandonando suas antigas feições "comunistas" e símbolos que o identificavam. Passou a se dominar Partido Popular Socialista – PPS – e se identificou como organização de "centro-esquerda". Efetivamente assumiu uma definição gramscista, portanto revolucionária e comunista, embora tenha mudado o papel de partido vanguarda do proletariado para partido orgânico das classes subalternas. No fim, a mesma coisa. A imediata conseqüência desta nova postura foi o"racha". Os dissidentes ortodoxos deixaram o partido e fundaram, ou refundaram o Partido Comunista Brasileiro – PCB (o novo) que guardou a mesma linha marxista-leninista stalinista histórica.

O Partidão renovado vestiu roupa nova. Renegou o Socialismo Real e assumiu um socialismo, de definição ambígua com inconfundíveis referências às concepções revolucionárias de Antônio Gramsci. Renegou a Ditadura do Proletariado e o Centralismo Democrático, adotando conceitos transmudados, tais como "pluralismo socialista" e "radicalismo democrático" **(a)**, expressões mal explicadas que significam mesmo **democracia popular ou democracia de classe**, nada tendo a ver com a **democracia representativa**. Esta, sistema de governo fundado na soberania popular, do povo como um todo e no pluralismo político e social. Aquela fundada na classe proletária, excluídas todas as demais, sistema de governo totalitário e de partido único.

Enquanto isto se passava com o ex-PCB, as demais linhas marxistas-leninistas fixaram-se em suas mesmas posições e até pareceram estar mais seguras de suas

antigas convicções.

O movimento Comunista Internacional se articulou depois de ter perdido a sustentação do antigo centro irradiador do comunismo e o Movimento no Brasil continuou ativo e chegou mesmo a ganhar alento no esforço de auto-afirmação. Além da liberalidade, senão permissividade, da nossa legislação partidária, podemos apontar algumas causas para a sobrevivência do MCB e do Partidão, em particular:

Em primeiro lugar, sem dúvida, persiste no chamado Terceiro Mundo a crença de que o socialismo ainda é uma solução milagrosa para um país subdesenvolvido. O fracasso na Europa e na África teria ocorrido em outros ambientes, em outras circunstâncias e por mil outras razões que não se aplicariam ao nosso país e à América Latina.

O nosso atraso econômico e social ainda poderia encontrar explicações em temas de fácil aceitação por um povo frustrado e ingênuo como, por exemplo, no "Imperialismo" que continua sendo sedutora bandeira de luta, no "modelo econômico neoliberal" ou na "globalização", que é instrumento da oligarquia financeira mundial. A pobreza ostensiva e irreversível de parcela ponderável de nosso povo dá pretexto à condenação do capitalismo por selvagem, injusto e concentrador de renda. Associa-se a esta argumentação a convivência histórica da nação com um Estado patrimonial e previdenciário que faz crê-lo capaz de promover o desenvolvimento e uma mais justa distribuição de renda. Para isto bastaria que viesse a ser conduzido por "forças progressistas" e comprometidas com as "causas populares".

A segunda razão, o fato de o sistema político e econômico vigente no Brasil não ser socialista, poupou aqui o socialismo da crítica de ter fracassado. Assim, não tendo sido posto à prova e não tendo sido expostas as suas imperfeições e monstruosidades, poder-se-ia até

supor que é ainda uma alternativa viável. Mesmo se poderia alegar que aqui poderemos nos valer da experiência alheia e não incorrermos nos mesmos erros de lá.

A terceira causa é a de que os partidos e grupos comunistas, exceto o ex-PCB, não se alhinhavam com o pensamento do PCUS e a orientação soviética. Deste modo, estes partidos podem até apontar o fracasso do socialismo soviético e de seus satélites como comprovação de que a sua posição dissidente sempre esteve correta.

A quarta explicação está na compreensível resistência intelectual da liderança marxista-leninista local em aceitar a inviabilidade e conseqüente fracasso do socialismo e, por extensão, a inviabilidade do sonhado comunismo. Aceitar estas verdades seria reconhecer que labutaram em erro toda uma vida, atestado de incompetência e de falta de visão. Seria admitir que preconizaram para o país e para o mundo um sistema brutal e ineficiente. Por isto convinha que a autocrítica, se houve, fosse amena e que se reconhecesse que o socialismo não fracassou. Os regimes e os homens, estes sim, fracassaram, porque transigiram com o capitalismo e se deixaram derrotar pela conspiração do imperialismo ocidental.

O quinto motivo seria a profissionalização dos quadros comunistas que os deixa sem opção ideológica e de sobrevivência. Não há como voltar atrás, nem estão forçados a isto. O fracasso é alheio, de outros países, e não deles.

A última razão é talvez a mais importante: a sobrevivência de regimes comunistas em Cuba e na China Popular. A Revolução Chinesa ainda está em curso e as transformações decorrentes ainda se fazem visíveis e notadas. O processo lá ainda não está esgotado embora já se manifestem algumas oposições. Aliás, violentamente reprimidas. O socialismo cubano só sobrevive às custas da ditadura de Fidel Castro. Não tem a menor possibi-

lidade de vir a proporcionar ao povo cubano os níveis de bem-estar prometidos. Mesmo assim a propaganda enaltece os supostos êxitos nas áreas sociais. A decantada ordem interna decorre muito mais do poder totalitário praticado pelo regime do que do socialismo que se mostrou incapaz de impulsionar o progresso, aumentar a riqueza nacional e melhorar a qualidade de vida dos cubanos. Mas os marxistas daqui continuam aplaudindo o ditador Fidel Castro.

Apesar de tudo, restam quatro centros de irradiação do comunismo mundial (China, Cuba, Vietnam e Coréia do Norte), agora muito mais como exemplos de suposto êxito do socialismo do que focos de efetiva promoção revolucionária.

A sobrevivência de um Movimento Comunista no Brasil constitui sempre um risco de novas tentativas de ruptura revolucionária para a tomada do poder.

Porém, o que isto mais representa hoje é a permanência de idéias ultrapassadas mas sedutoras e perturbadoras do processo evolutivo do país. Estas idéias, o patrulhamento ideológico e a revolução cultural gramscista continuarão a suscitar expectativas equivocadas e a proporcionar argumentos e bandeiras para uma pregação socialista e para o populismo, tão do nosso gosto político.

Finalmente, cabe-nos indagar: - o comunismo acabou mesmo ou se travestiu, num mimetismo para iludir e para viabilizar o seu projeto.

Afinal o processo de transformação do Partidão em Partido Popular Socialista é o canto do cisne ou o canto da sereia – a morte iminente ou a sedução perigosa?

NOTAS

(a) As expressões "radicalidade democrática" ou "radicalização da democracia" são formas eufêmicas ou criptográficas. Significam simplesmente "luta de classe", mais atualizadamente, "luta pela hegemonia".

"Democracia radical", significa "ditadura do proletariado", governo de uma classe, excluída todas as outras, em especial a burguesia, "não povo".

A "VIA PACÍFICA" PARA O PODER

Sergio A. de A. Coutinho

A noção que as pessoas geralmente têm da revolução comunista está ligada aos seus aspectos visíveis e impressivos ou seja, a subversão no seu início (as greves, as demonstrações e eventuais atos de perturbação da ordem pública), o ato de força (levante popular e militar, guerrilha, terrorismo) na tomada do poder e os expurgos e fuzilamentos no desfecho de tudo. Estas são imagens que nos deixaram a Revolução Bolchevista de 1917 na Rússia, a Intentona Comunista de 1935 no Brasil, os filmes históricos e o noticiário de todos os dias. Na verdade, são exemplos da concepção revolucionária marxista-leninista e adotada como modelo dogmático pela Internacional Comunista soviética, desde 1919 com a criação da III Internacional.

Entretanto, logo depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), convocado por Nikita Kruschev em 1956, uma nova versão da revolução marxista-leninista foi recomendada, particularmente para os países ocidentais democráticos. Ficou conhecida como "**Via Pacífica**" para a conquista do poder ou "**etapismo**". Em síntese, é uma alternativa em que o assalto direto ao estado burguês e a tomada imediata do poder são conduzidos em duas etapas. A primeira, para conquistar o governo, valendo-se das franquias democráticas e dos caminhos legais do jogo político. A segunda, para a tomada do poder, dentro do governo.

Podemos ter uma visão sintética das duas concepções de tomada do poder no seguinte esquema (Sinótico de Sa de Ac):

TOMADA DO PODER

ASSALTO AO PODER

- Levante Armado
- Guerrilha
- Guerra Civil

"VIA PACÍFICA" (Etapismo)

- Via Parlamentar
- Via Eleitoral

} Governo → Golpe-de-Estado

Para bem compreender a diferença de uma e outra concepção importa distinguir o entendimento de **tomada do poder** e de **conquista do governo**:

Conquistar o governo é tomar posse da administração executiva do Estado, legalmente ou, eventualmente, pela força.

Tomar o poder significa superar a ordem jurídico-institucional, apossando-se do Estado para impor uma nova ordem.

A tomada do poder será sempre um "**ato de força**", cruento ou incruento, mas sempre uma imposição incontrastável.

• O **assalto ao poder**, na concepção leninista clássica, é feito pelo emprego da violência revolucionária, passando, evidentemente, pela derrubada do governo legal.

O momento da tomada do poder não acontece sim-

plesmente; é longamente preparado numa "acumulação de forças" que inclui a preparação do "braço armado" do Partido e a criação das "condições objetivas e subjetivas" para a ruptura revolucionária. Na preparação do momento "concretamente decisivo", estando o Partido na clandestinidade ou na legalidade, é preciso:

- criar o clima revolucionário (pela subversão);
- aprofundar e explorar a crise institucional (ou crise orgânica para Gramsci);
- empregar a força, realizando a "ruptura" (a superação da ordem legal).

A tomada do poder abre caminho para a imposição da nova ordem (eliminação dos adversários, destruição do aparelho de hegemonia da burguesia e dos órgãos de dominação do estado e imposição da Ditadura do Proletariado), a realização das transformações políticas, econômicas e sociais e a implantação do estado socialista.

• Na "**via pacífica**" a tomada do poder é realizada em duas etapas. Na primeira, denominada **Revolução Nacional Democrática**, o partido revolucionário (na legalidade) usa as franquias democráticas do país e desenvolve uma ação política aparentemente legítima para conquistar o governo pela via parlamentar, nos regimes parlamentaristas, ou pela via eleitoral, nos regimes presidencialistas. Esta etapa é, geralmente, realizada numa "frente popular" com outros partidos de esquerda e mesmo com organizações de centro e de direita. A neutralização ou eliminação destes aliados será feita depois da tomada do poder, prevalecendo apenas o partido revolucionário hegemônico.

Na segunda etapa, denominada **Revolução Socialista**, o partido ou frente popular, já no governo, inicia a acumulação de forças para realizar o "salto qualitativo",

o golpe-de-estado, para superar a ordem jurídico-institucional vigente e implantar a Ditadura.

A preparação do "salto qualitativo" é um intenso trabalho político e psicológico de agitação e propaganda, conduzido principalmente pelas pressões de cúpula e pelas pressões de base.

As **pressões de cúpula** são realizadas pelo governo e pelos seus organismos. Consistem principalmente na apresentação de **reformas** e na insistência de sua aprovação no Congresso (eventualmente com recursos ao judiciário), exigência de poderes especiais e de modificações constitucionais. Incluem ainda a intimidação dos adversários por meio de denúncias, processos judiciais e até de chantagem e corrupção.

O governo pode ainda criar dificuldades econômicas, desabastecimento e outras restrições para alegar ingovernabilidade, culpando os opositores, "especuladores, empresários corruptos, sonegadores, a serviço do imperialismo internacional".

As **pressões de base** são conduzidas pelas organizações de "frente" ou pelas "bases" do partido (aparelhos privados de hegemonia, na concepção de Gramsci) que reforçam as pressões de cúpula, com greves, demonstrações, protestos, atentados, terrorismo, sabotagem e toda sorte de manipulação da opinião pública para constranger o Congresso ou o Judiciário e levá-los a decidir de acordo com os interesses revolucionários. Um pálido exemplo da eficácia das pressões de base pode ser recordado na militância dos "caras pintadas" para pressionar o Congresso a votar o "impeachment" do Presidente Collor de Mello em 1992.

A combinação das pressões de base e de cúpula pode ocorrer no recurso ao **referendo popular**, o plebiscito, que pode ser até convocado com abuso de poder para superar eventual resistência do Congresso às propostas revolucionárias.

Todo este jogo político e psicológico será conduzido com ostensiva aparência de legalidade, de jogo democrático legítimo e terá por finalidade criar o clima revolucionário e gerar a crise institucional. Para precipitar o desfecho, um **incidente de impacto** pode ser provocado como, por exemplo, um atentado violento atribuído ao adversário, uma demonstração pública de grandes proporções ou um conflito popular. O ato final será o golpe-de-estado, em força ou "branco", que, eventualmente, poderá ter o respaldo do Congresso intimidado, a "legitimidade" de um indiscutível plebiscito, ou de uma monumental manifestação popular.

Tudo isto, porém, só será possível com a organização do "braço armado" do Partido. Ele poderá ser criado pelas "comissões de fábrica", sindicatos, movimentos rurais, polícias expurgadas e politizadas (federais e estaduais) e por setores cooptados das forças armadas. Estas, de resto, deverão ser neutralizadas pelo seu afastamento dos problemas nacionais, restrições orçamentárias e operacionais, limitação de competência e inibição pela propaganda adversa. As forças armadas serão neutralizadas principalmente pela perda do apoio e da confiança da Nação, que será convencida da necessidade de mudanças radicais.

* * *

Precedentes históricos, anteriores às resoluções do XX Congresso do PCUS, e tentativas posteriores de tomada do poder pela alternativa "etapista", oferecem exemplos e ensinamentos da condução desta concepção revolucionária.

Curiosamente, os dois primeiros episódios não foram conduzidos no curso de movimentos revolucionários comunistas mas no de golpes de direita. Os fascistas chegaram ao governo da Itália em 1922, obtendo a no-

meação de Mussolini para chefe do gabinete depois de uma intensa e radical campanha política. Em 1924, o Duce acaba obtendo poderes discricionários como resultado de um processo de pressões de base e de cúpula, submetendo a ordem constitucional ao seu arbítrio. O ato de efeito decisivo foi a Marcha sobre Roma, demonstração fascista de força e de suposto apoio popular. O braço armado do partido era ostensivo e constituído pelos "camisas pretas" fascistas.

Tática semelhante foi adotada pelos nazistas na Alemanha em 1933, levando Hitler ao governo do país. Para forçar a decisão do Presidente, o ato de pressão final foi o incêndio do Reichstag, imediatamente atribuído aos comunistas. Com a morte do Presidente Hindenburg em 1934, o líder nazista assumiu discricionariamente poderes plenos. O braço armado do partido era constituído pelos "Camisas Pardas" (as "S.A.").

Os nazistas contaram com o espontâneo alheiamento das forças armadas, ausentes do processo político. Até mesmo guardavam reservada simpatia pelo movimento político de Hitler pela sua tendência anticomunista e, principalmente, pelo seu radical nacionalismo e revanchismo bélico.

O modelo exemplar de conquista do poder pela via parlamentar foi o da Revolução Tcheca (1945 – 1946). O jogo de pressões de base e de pressões de cúpula conduzido pelo Partido Comunista participante do governo de coalizão estabelecido após a libertação da Tchecoslováquia do jugo alemão levou o regime à instabilidade, com a sucessão de gabinetes sem força política. A crise institucional só teria solução com a entrega do governo aos comunistas pelo Presidente Benes, sob pressão militar da União Soviética. Conquistado o governo, ocupadas as posições decisivas, afastados os opositores e, com o respaldo do braço armado são consumados o golpe-de-estado e a tomada do poder pelos comunistas

O braço armado do Partido Comunista era constituído de milícias populares (ex-combatentes, ex-partisans e reservistas), guardas das fábricas (operários armados) e a Polícia Nacional, subordinada ao Ministério do Interior, sob controle dos comunistas no governo de coalizão. Não havia forças armadas na Tchecoslováquia, anteriormente dissolvidas pelos invasores alemães após a ocupação do país em 1938.

Parece que Gramsci já havia vislumbrado anteriormente este modelo revolucionário (via parlamentar) como caminho muito apropriado para a tomada do poder nos países de regime parlamentarista.

Depois do XX Congresso do PCUS (1956), há dois exemplos concretos de tentativas de tomada do poder pela "via pacífica", aliás, ambos sem êxito.

Este modelo foi tentado no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir da crise resultante da inesperada renúncia do Presidente Jânio Quadros e da objeção militar à posse do vice-presidente João Goulart (1961). O Partido apoiou o seu aliado Goulart que acabou assumindo a presidência numa solução política que estabeleceu o parlamentarismo no país. Assim o Partido chegou ao governo na pessoa do líder trabalhista e populista.

O presidencialismo foi restabelecido logo depois, com a convocação de um **plebiscito** e grande mobilização popular. O domínio do governo pelo partido ficou evidente e o processo revolucionário foi assim descrito por Luiz Carlos Prestes:

> *"Um poderoso movimento de massa, sustentado pelo poder central e tendo em seu núcleo um dos partidos mais sólidos do continente (o PCB) instalado no seio do aparato estatal (...).*
>
> *Um exército penetrado dos pés à*

cabeça por um forte movimento democrático e ***nacionalista*** *(...)".*

"A tomada do estado burguês de seu interior para fora. Finalmente, uma vez a cavaleiro do aparelho do estado, converter rapidamente, a exemplo de Cuba de Fidel ou do Egito de Nasser, a revolução ***nacional-democrática*** *em (revolução)* ***socialista****". (Citado por Luis Mir, A Revolução Impossível).*

A revolução comunista conduzida pela "via pacífica" foi interrompida pela intervenção cívico-militar quando ficou evidente a tentativa da tomada do poder em curso pela agitação incontrolada e os desacertos políticos e econômicos do governo.

O modelo **etapista** foi conduzido "doutrinariamente" e serve de exemplo didático para se acompanhar e entender os movimentos revolucionários em curso em outros países e no Brasil, especialmente.

As **pressões de cúpula** foram exercidas sobre o Congresso, exigindo a aprovação das chamadas **Reformas de Base** e de medidas de exceção (estado de sítio) que fortaleciam o Presidente, abriam caminho para o "salto de qualidade", e para a ruptura da ordem legal.

As **pressões de base** foram conduzidas particularmente pelos movimentos sindical e estudantil com greves, manifestações e distúrbios. O ato exemplar de pressão e de impacto sobre o Congresso e a sociedade foi o denominado **Comício da Central** de 13 de Março de 1964, numa tentativa de mobilização popular e de demonstração de apoio nacional irrestrito.

O Partido contava, para o momento da ruptura, com um braço armado constituído de milícias de operários que deveriam ser reunidas pelos sindicatos e de um segmento de militares aliciados no Exército e no Corpo

de Fuzileiros Navais. Talvez contasse também com elementos mobilizados pela esquerda populista de Brizola e de Francisco Julião, respectivamente, os "grupos dos onze" e as "Ligas Camponesas".

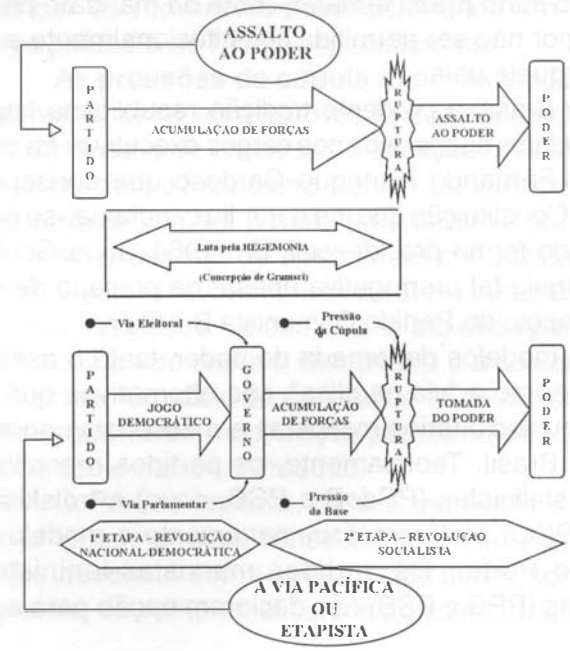
No Chile, Salvador Allende tentou a "via pacífica" em 1971–1973. Elegeu-se Presidente da República pelo Partido Socialista em aliança com os partidos de esquerda, formando uma frente denominada Unidade Popular (UD). Para vencer o segundo turno eleitoral, fez um acordo com o Partido Democrata Cristão (Pacto Democrático) comprometendo-se a preservar a democracia e não recorrer ao golpe. Mesmo assim, depois de vitorioso, tentou o "salto qualitativo" mas sem êxito. Nas eleições parlamentares de 1972, a UD foi derrotada. Allende teve que radicalizar a acumulação de forças. Com a descoberta de seu plano golpista, foi deposto por um movimento cívico-militar. A precipitação do processo revolucionário teve que se dar pelo curto prazo remanescente do mandato presidencial e por não ser permitida constitucionalmente a reeleição naquele país.

No Brasil, a prudente tradição republicana impedindo mandatos sucessivos nos cargos executivos foi quebrada por Fernando Henrique Cardoso que conseguiu emenda à Constituição que lhe garantiu candidatar-se para um segundo termo presidencial. Em 1964, João Goulart não conseguiu tal prerrogativa apesar da pressão de cúpula e do apoio do Partido Comunista Brasileiro.

Os modelos de tomada de poder, tanto o assalto ao poder, como a "via pacífica", são alternativas que os partidos revolucionários marxistas e masseristas podem adotar no Brasil. Teoricamente, os partidos marxistas-leninistas stalinistas (PCdoB e PCB, novo) e trotskistas (PSTU e PCO) preferem doutrinariamente o modelo de assalto ao Poder. Os partidos marxistas-leninistas-gramscistas (PPS e PSB) não declaram opção para a to-

mada do poder, mas por tendência, inclinam-se para a "via pacífica".

Os partidos brasileiros de esquerda estão na legalidade, participando regularmente do processo político do país. Todos lançaram candidatos próprios à Presidência da República nas eleições de 2002, exceto os partidos stalinistas, PCdoB e PCB, que apoiaram a candidatura do Partido dos Trabalhadores. Portanto, as organizações revolucionárias marxistas e nasseristas, ao disputarem eleitoralmente o governo federal, estavam tentando realizar a primeira etapa da "via pacífica" para a tomada do poder no país, por si mesmos ou em aliança (frente popular) com o partido de melhores condições hegemônicas. No segundo turno, a frente popular reuniu todos os partidos de esquerda (revolucionários e reformistas), exceto os trotskistas e os fabianos, em torno do PT que, vitorioso, realizou com êxito a Revolução Nacional Democrática, a primeira etapa de Via Pacífica.



A INTERNACIONAL REBELDE NO BRASIL

Sergio A. de A. Coutinho

Com a derrubada do Muro de Berlim (1989) as esquerdas em todo o mundo se preocuparam com o futuro do movimento comunista, passando a buscar alternativas e a tomar medidas para a criação de suportes internacionais que lhes dessem sobrevivência.

Fidel Castro tomou a frente, pretendendo reconstruir uma "III Internacional" nas Américas e reunir os partidos e organizações marxista-leninistas revolucionários numa entidade supranacional.

O Partido dos Trabalhadores (PT), embora não fosse alinhado com a Internacional Comunista soviética que desaparecera, também sentiu a necessidade de repensar e de fortalecer suas posições no contexto do socialismo mundial em acomodação. Na ocasião, a proposta de Fidel Castro para realizar um encontro das organizações revolucionárias da América Latina foi a oportunidade bem aceita por Luiz Inácio Lula da Silva. Assim veio a se fundar o denominado **Foro de São Paulo (FSP)**.

Dez anos depois, nova e mais ampla oportunidade se apresentou ao Partido dos Trabalhadores, quando se juntou às atividades da autodenominada "Internacional Rebelde" recém fundada na França (1999). Com isto, o PT ampliou a sua iniciativa, com maior participação internacional, patrocinando em Porto Alegre outro empreendimento ao qual se denominou **Fórum Social Mundial (FSM).**

* * *

O **Foro de São Paulo (FSP)** é uma congregação de partidos, organizações e movimentos de esquerda,

predominantemente marxista-leninistas revolucionários da América Latina, criada em 1990 com patrocínio do Partido Comunista Cubano e do Partido dos Trabalhadores. Alegadamente teria sido uma iniciativa geral das entidades participantes com a finalidade de debater o socialismo após o colapso da União Soviética e discutir uma "alternativa popular e democrática ao neoliberalismo".

A idéia da fundação surgiu de uma reunião havida em Havana, convocada por Luiz Inácio Lula da Silva, a pedido do Partido Comunista Cubano e por sugestão de Fidel Castro, a que compareceram representantes de várias organizações de esquerda do Continente. A lista dos membros do Comitê Coordenador e dos integrantes do Foro, dão uma idéia da sua heterogênea composição mas deixa claro o traço comum marxista-leninista e revolucionário de quase todos:

- PCC – Partido Comunista Cubano
- PT – Partido dos Trabalhadores – Brasil
- FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional – Nicarágua
- FMLM – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – El Salvador
- M-19 – Aliança Democrática M-19 – Colômbia
- Grupo Terrorista de Jean Bernardes Aristides – Haiti
- URNG – União Revolucionária Nacional da Guatemala
- PRD – Partido da Revolução Democrática – México
- MBL – Movimento Bolívia Livre (maoísta)
- Causa R – Causa Radical – Venezuela (Hugo Chaves)
- Frente Ampla do Uruguai
- TPP – Todos por la Pátria
- FDA – Frente Democracia Avançada – Argentina
- PCA – Partido Comunista Argentino
- PI – Partido Intransigente – Argentina
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PCB – Partido Comunista Brasileiro

- MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro – Brasil
- PPS – Partido Popular Socialista – Brasil
- ELN – Exército de Libertação Nacional – Colômbia
- FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- PCC – Partido Comunista Colombiano
- Presentes por el Socialismo – Colômbia
- MIR – Movimento Independente Revolucionário – Chile
- PCC – Partido Comunista do Chile
- MPD – Movimento Popular Democrático – Equador
- PS/FA – Partido Socialista – Frente Amplio – Equador
- PT – Partido del Trabajo – México
- PIP – Partido Independentista Puertorriquenho
- Novo Movimento Independentista Puertorriquenho
- FS – Frente Socialista – Porto Rico
- Movimento Revolucionário Tufac Amaru – Peru
- PCP – Partido Comunista Peruano
- Alianza por la Democracia – República Dominicana
- Fuerza de la Revolucion – República Dominicana
- Movimento Izquierda Unida – República Dominicana
- PTD – Partido de los Trabajadores Dominicanos
- PCU – Partido Comunista de Uruguay
- PSU – Partido Socialista de Uruguay
- MPP – Movimento de Participación Popular - Uruguai
- POR – Partido Obrero Revolucionário Trotskista Posadista - Uruguai
- PCV – Partido Comunista de Venezuela

Como já foi dito, a primeira reunião da entidade se deu em São Paulo em julho de 1990 com a denominação de Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe, convocada pelo PT. Reuniu cerca de 48 organizações de diversos países e de variada orientação político-ideológica.

A denominação **Foro de São Paulo** ficou estabelecida na segunda reunião, ocorrida no ano seguinte

(1991) na Cidade do México. "Encontro" passou a designar as reuniões do Foro que, praticamente, ocorrem anualmente, desde a sua fundação:

- I Encontro – São Paulo – 1990
- II Encontro – Cidade do México – 1991
- III Encontro – Manágua, Nicarágua – 1992
- IV Encontro – Havana – 1993
- V Encontro – Montevidéu – 1995
- VI Encontro – El Salvador – 1996
- VII Encontro – Porto Alegre – 1997
- VIII Encontro – Cidade do México – 1998
- IX Encontro – Manágua – Nicarágua – 2000
- X Encontro – Havana – 2001
- ..XI Encontro – Antigua – Guatemala - 2002

Do X Encontro participaram 513 delegados e observadores de 82 países, 73 partidos membros da América Latina e 138 outros partidos revolucionários da Europa, Ásia e África.

Nos encontros, de um modo geral, têm sido elaboradas resoluções e recomendações que reafirmam os objetivos socialistas e anti-imperialistas comuns, bem como declarações que defendem a soberania de Cuba e do regime comunista de Fidel Castro.

O Foro de São Paulo pretende fazer renascer a III Internacional, retomando a caminhada do Socialismo mundial a partir da América Latina. Apresenta-se como a natural continuação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) criada em 1967 em Havana por sugestão e participação de Salvador Alende que viria ser o presidente revolucionário do Chile em 1970. Possivelmente, o objetivo mais imediato seja reverter o isolamento de Cuba no Continente e no mundo.

* * *

Enquanto Fidel Castro tomava a iniciativa criando o Foro de São Paulo, as tendências marxista-leninistas clássicas, geralmente centradas em partidos-vanguarda, se refaziam no âmbito do movimento comunista internacional. O restante das esquerdas revolucionárias "heterodoxas" (socialistas revolucionários, anarquistas, comunistas não leninistas, etc) permaneceu fragmentado, mas não inativo. Proliferando em milhares de organizações não-governamentais (ONG) atuava principalmente tendo por palavras-de-ordem o pacifismo, os direitos humanos e o meio ambiente.

Em 1998, foi criada em Paris a **Associação para uma Taxação às Transações** (financeiras e especulativas) **para Ajuda aos Cidadãos – ATTAC**. Action pour une Taxiation des Transations financières et pour laide aux Citoyens. Entre os fundadores estavam sindicatos e diversas tendências político-ideológicas, destacando-se as anarquistas. À ATTAC se reuniu ao **Le Monde Diplomatique** (o Diplô), publicação periódica de esquerda que passou a difundir as idéias do grupo. As duas entidades atraíram um sem número de ONG e de movimentos alternativos – minorias sociais, raciais, sexuais (gays, lésbicas) e feministas de todo o mundo. A atuação inicial da nascente "Internacional" se fez pela aplicação da **pressão de base** sobre os governos democráticos e social-democráticos da Europa para forçá-los a agir segundo suas teses. Em seguida, partiu para a promoção de grandes e violentas manifestações **antiglobalização**, toda vez que ocorria uma reunião internacional de países ou de organizações liberais ou capitalistas:

- 2000 - Em Seatle, EUA, Rodada Alternativa em oposição à Rodada do Milênio da OMC.
- 2000 - Em Melbourn, Austrália.
- 2000 - Em Genebra, Suíça, contra reunião de organizações da ONU.

- 2000 - Praga, na Eslováquia, em protesto à reunião do FMI.
- 2001 - Quebec, Canadá, em oposição à reunião da Cúpula das Américas.
- 2001 - Goteborg, Suécia, contra a reunião da Cúpula da União Européia.
- 2001 - Gênova, Itália, contra a reunião da Cúpula de Chefes de Estado do G.8.
- 2001 - Washington, EUA, a manifestação "US Day" contra a intervenção militar no Afeganistão após os atentados terroristas de 11 de Setembro.
- 2003 - Evians, França, protestos contra a reunião da Cúpula de Chefes de Estado do G.8, da qual participaram também governantes de países emergentes, inclusive Lula da Silva.

Algumas destas demonstrações foram à extrema violência, conseguindo, às vezes, interromper os eventos contra os quais foram mobilizadas. O grupo promoveu ainda alguns encontros de discussão, antes de assumir a amplitude de uma internacional:

- 1999 - O II Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo em Belém do Pará.
- 2001 - Fórum Mundial de Educação.
- 2001 - Fórum Social de Gênova, oposto à reunião da Cúpula de Chefes de Estado da G.8, que se transformou em violentas manifestações.

O grupo anarco-comunista de Paris tem ligações com os fundamentalistas e terroristas islâmicos. Isto ficou patente no fórum social e nos distúrbios de Gênova onde foram identificados militantes da Jihad libanesa, do Hamas, do PKK Curdo e de outros movimentos radicais islâmicos. Bem Bella, ex-presidente revolucionário da Argélia, compareceu ao I Encontro do Fórum Social de Porto Alegre.

Em fevereiro de 2000, dois integrantes da esquerda clerical brasileira (políticos do Partido dos Trabalhadores) reuniram-se em Paris com os dirigentes da ATTAC e do Le Monde Diplomatique e propuseram a criação do Forum Social Mundial (FSM) em caráter permanente **(a)**. A idéia foi bem recebida e, com a realização do primeiro encontro em Porto Alegre em 2001, estava fundada a **Internacional Rebelde** ou Internacional da Resistência. O FSM tem o caráter de encontro de debates e de **congresso** anual de nova "Internacional".

O **Fórum Social Mundial (FSM)** passou a se reunir anualmente desde 2001 em Porto Alegre, RS, por iniciativa das entidades francesas e da esquerda clerical ligada ao PT, para discutir "alternativas mais adequadas para alcançar o 'mundo novo' do socialismo".

Para um dos seus ideólogos internacionais, o Fórum seria o "**embrião de uma autêntica internacional rebelde**", expressando a intenção de construir uma entidade de orientação mundial das esquerdas "heterodoxas". Lula, presidente de honra do PT, reconheceu que o objetivo do FSM é "**impulsionar o esquerdismo e o socialismo no mundo inteiro**".

O FSM tem sido convocado e patrocinado até aqui pelo Partido dos Trabalhadores, valendo-se do fato de ter ocupado os governos do Estado do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre nos últimos anos, o que lhe facilitou a realização de um evento de tão grandes proporções.

O Fórum Social Mundial, também chamado Fórum de Porto Alegre, se reuniu em três anos seguidos **(b)**:

- 1º FSM – 2001
- 2º FSM – 2002
- 3º FSM – 2003

As datas de realização intencionalmente coincidem com a realização do **Foro Econômico Mundial**,

Davos, Suíça **(c)** como forma simbólica de oposição ideológica e de luta antiglobalização.
Cada reunião anual do FSM é um acontecimento monumental, constando de centenas de palestras, conferências, debates, visitas turísticas, reuniões particulares, etc, com a presença de milhares de delegados, participantes e visitantes. Para o 3º FSM em 2003, compareceram cerca de 100 mil representantes de 5.717 Organizações Não-Governamentais de 156 países. Pretensiosamente, seus organizadores disseram que o Foro Social Mundial é maior do que a Organização das Nações Unidas em termos de representatividade.

Os temas tratados ou discutidos nestes eventos estão principalmente ligados à reformulação de uma orientação ideológica e pragmática para as esquerdas revolucionárias que se acham muito diversificadas atualmente e não muito bem integradas ao Movimento Comunista Internacional.
A principal preocupação tem sido a discussão das alternativas mais adequadas para alcançar o "mundo novo" socialista:

- Reformismo ou revolução
- Diversidade ou vanguarda da revolução **(d)**

Os militantes ligados à Teologia da Libertação e anarquistas declaram-se geralmente pelo **reformismo**, enquanto setores radicais do PT, membros do Partido Comunista Cubano, "Chavistas", militantes de MST e zapatistas do comandante Marcos do México manifestam-se pela revolução.

Também são tratados temas ligados a "desconstrução dos fundamentos da civilização cristã", em primeiro lugar da família tradicional. No 3º Fórum/2003, este assunto foi abordado por movimentos feministas e pelo movimento "Gays, Lésbicas, Bissexuais,

Transformistas e Transgêneros" **(e)**.

Alguns participantes importantes do FSM identificam-na como uma "V Internacional" em formação. Entretanto sua heterogeneidade, linhas ideológicas e amplitude o assemelham à antiga I Internacional. Realmente pode-se identificar uma ligação genética em linha direta da Internacional Rebelde (2000) com a I Internacional (1864 – 1876), não só pela semelhança da "diversidade" político-ideológica dos seus integrantes (anarquistas, socialistas revolucionários, comunistas, anticapitalistas e "libertários") mas também por uma relação histórica que pode ser descrita (Ver Figura).

Após a dissolução da I Internacional em 1876, os socialistas reformistas fundaram a II Internacional (1889 – 1923) que veio a dar origem à atual Internacional Socialista, social-democrata. Os comunistas marxistas encontraram seu espaço na III Internacional (1919 – 1991) criada pela Revolução Bolchevista vitoriosa na Rússia (outubro de 1917).

Os remanescentes "heterodoxos" permaneceram ativos mas não se estruturaram numa entidade internacionalista.

No período entre as duas Guerras Mundiais, os anarquistas e seus próximos socialistas e comunistas não-leninistas desencadearam a sangrenta Revolução Espanhola (1936 – 1939). Embora tenham sido derrotados, o acontecimento tornou-se emblemático pela sua origem ideológica e por ter contado com o apoio das esquerdas mundiais, inclusive da Internacional Comunista soviética; primeiro exemplo de "transversalidade" representada pela solidariedade do MCI.

O mesmo período de entre-guerras assistiu a fundação da Escola de Frankfurt (1923), ligada à III Internacional, cujos movimentos filosóficos existencialista, desconstrucionista e pós-moderno vão produzir a Revolução Cultural dos anos de 1960, com objetivo de destruir

a cultura ocidental cristã como recomendara Gyorgy Lukács (e outros membros da Escola, Jean Paul Sartre, Theodor Adorno, Michel Foucout e Herbert Marcuse): "desconstrução" da família e da Igreja, liberação sexual, revisão da história, etc. A ela se vai juntar ativamente a esquerda heterodoxa remanescente da I Internacional que ajudou a produzir os movimentos musicais rebeldes, o movimento hippie de anticultura e de tolerância amoral e os movimentos alternativos de toda espécie, raciais, sexuais, sociais, etc.

Pode-se dizer que a Revolução Cultural foi o primeiro empreendimento marxista que realizou a "transversalidade" ampla das esquerdas mundiais. Suas teses e afirmações foram aceitas e difundidas por todas as tendências, inaugurando uma visão moral permissiva (contra-valores) e um novo comportamento social informalizado e amoralizado. O clima de rebeldia e de inconformismo gerado principalmente na juventude, acabou por levá-la à desobediência civil e à revolta. Usada como massa de manobra pela esquerda anarco-comunista, explode nos violentos distúrbios estudantis de 1968 em Paris contra o governo de De Gaule, em Washington contra a Guerra do Vietnã e no Rio de Janeiro contra o governo do movimento restaurador-democrático de 1964. Estes episódios sincronizados em várias capitais da Europa e da América ficaram conhecidos como Revolução da Sorbone.

A Revolução Cultural preparou, de certo modo a emergência do gramscismo. Enquanto aquela propõe a desconstrução dos valores ocidentais cristãos, Gramsci, mais objetivo, propõe a reforma intelectual e moral da sociedade burguesa, abrindo caminho para a formação da hegemonia das classes subalternas. O Gramscismo tornou-se a segunda "transversalidade" do movimento comunista, permeando todas as suas tendências, inclusive os grupos heterodoxos oriundos da I Internacional.

Finalmente, o colapso da III Internacional Comunista Soviética (1991) deu oportunidade para que os anarco-comunistas ocupassem espaço e criassem uma multidão de organizações não-governamentais da mais variada natureza. O Fórum Social Mundial veio a proporcionar certa aglutinação e certa unidade à diversidade e, com isto, a pretender realizar a "transversalidade" com a criação de uma Internacional Rebelde. Seus militantes, na maioria, são burgueses, "proletários", saídos das barricadas da Revolução de Sorbone" (1968).

Embora a Internacional Rebelde se distinga substancialmente dos social-democratas (sucessores da II Internacional) e dos marxistas-leninistas (remanescentes da III e IV Internacionais), admite a necessidade de aproximação com a esquerda social-democrática e com a extrema esquerda radical. Considera o seu papel de "transversalidade", isto é, abrangência de todo o Movimento Comunista Internacional (MCI), idêntica à transversalidade da Revolução Cultural da Escola de Frankfurt e a do Gramscismo emergido após a II Guerra Mundial e que permeiam todas as esquerdas mundiais.

A predominância do movimento anarquista é mais ou menos notória pela visão de "diversidade" e de "transversalidade" do movimento e pela afirmação de um dos seus representantes no FSM de que "**mais importante que a tomada do poder é a destruição do capitalismo**".

A Internacional Rebelde é minoritária em relação ao marxismo-leninismo no MCI mas a sua atuação é mais visível. Não tem ainda força política para impor sua agenda aos partidos de esquerda clássica, inclusive ao próprio PT. Entretanto é extremamente ativa, particularmente por intermédio das ONG, que saíram das suas exclusivas palavras-de-ordem e passaram à ação política e para a pressão de base sobre os governos, como demonstraram em 2003 nas manifestações de âmbito mundial con-

tra os Estados Unidos e a guerra contra Saddan Husseim.

* * *

É interessante notar que o **Foro de São Paulo** reúne partidos e organizações político-ideológicas. O **Fórum Social Mundial**, diferentemente, congrega principalmente organizações não-governamentais (ONG) que desempenham o papel de "organizações privadas de hegemonia" dos diversos movimentos anarco-comunistas, socialistas revolucionários, comunistas não-leninistas e outros de definição ideológica não muito clara. Desta maneira, os dois empreendimentos se completam; o primeiro, o FSP, sucede à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS); o segundo, o FSM, repete a I Internacional, tentando coordenar as esquerdas heterogêneas do MCI.

Ao assumir o co-patrocínio do Foro de São Paulo, junto com o Partido Comunista Cubano, e ao participar da iniciativa de reunir o Foro Social Mundial, o Partido dos Trabalhadores aprofundou a sua ambigüidade ideológica. A feição nasserista do seu socialismo não-marxista original, indefinido entre revolucionário e reformista, foi complicada pelas afirmações de duas tendências internas. A primeira, a dos marxista-leninistas revolucionários, os "**organizados**", antigos grupos terroristas (trotskistas e foquistas) que se juntaram ao PT após a Anistia de 1979. É mais entusiasmada pelo FSP. A segunda, a do grupo do clero marxista integrante da "articulação", fração interna que abrange os fundadores do Partido, são pessoas que se inclinam mais para a FSM.

O patrocínio e ativa presença do PT nos dois conclaves incerem o Partido dos Trabalhadores no conjunto das esquerdas internacionalistas, aproximando-o de organizações e movimentos revolucionários e à perspec-

tiva de inserção no Movimento Comunista Internacional.

A opção internacionalista do PT, concretizada a partir de 1990, também se manifesta em dois outros acontecimentos, relacionados com a social-democracia, tornando mais complicada a compreensão da sua linha ideológica:

- Presença de Luiz Inácio Lula da Silva e de outros membros do PT na reunião do Diálogo Interamericano fabianista, levados por Fernando Henrique Cardoso (1992).
- Admissão do Partido dos Trabalhadores como "membro observador" da Internacional Socialista (2003).

No plano nacional, o Partido e Lula ainda mantêm uma prática aparentemente social-democrática que camufla a sua práxis revolucionária gramscista e desvia a atenção do significado da aliança eleitoral com partidos burgueses, socialistas e comunistas, constituindo uma **frente popular** de concepção leninista.

NOTAS

(a) Os representantes brasileiros na reunião em Paris com os diretores da ATTAC e do "Diplô" foram Francisco (Chico) Whitaker, Secretário da Comissão Justiça e Paz da CNBB e Vereador de São Paulo pelo PT e Oded Grajew, empresário e também político do PT. Em Paris, encontraram-se com Bernard Cassen, dirigente da ATTAC, e com Ignácio Ramonet, editor do Le Monde Diplomatique.

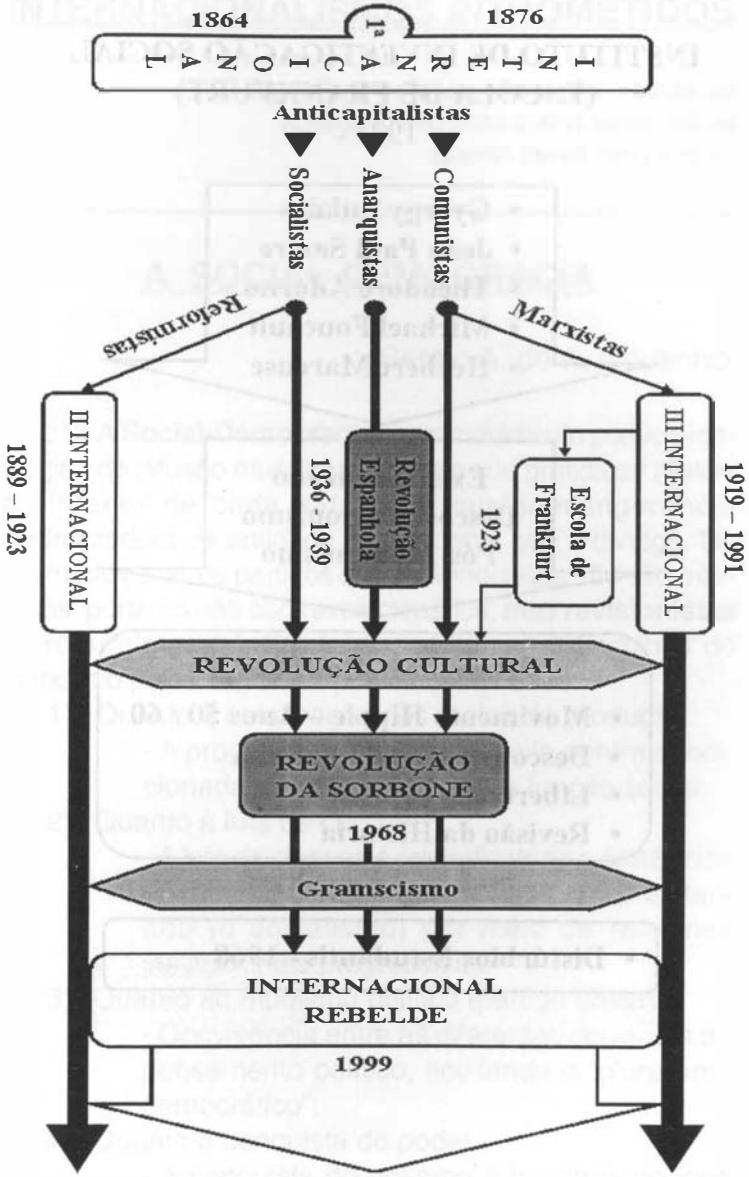
(b) Tem sido divulgado (Set 2003) que o encontro do 4º FSM terá lugar em Belo Horizonte onde o prefeito é do Partido dos Trabalhadores.

(c) Foro Econômico Mundial, Davos, Suíça, é um centro de debates sobre o capitalismo e a economia mundial. Criação do Prof Klaus Schob (1970), realizando reuniões anuais de banqueiros, financistas e empresários de importância

internacional.

(d) A palavra **diversidade** tem sido usada pelas esquerdas com diversos significados. Aqui, significa "pluralismo das esquerdas", conceito que se opõe ao de **hegemonia** de um partido-vanguarda revolucionário de inspiração marxista-leninista.

(e) Os movimentos alternativos e de minorias são estimulados ou mesmo criados pelas organizações de esquerda revolucionária como componente auxiliar da luta de classes (aprofundamento das contradições internas) e como elemento ativo da "desconstrução" da família tradicional e dos valores da civilização ocidental cristã.



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL
(ESCOLA DE FRANKFURT)
- 1923 -

SEGUNDO CADERNO

INTERNACIONALISMOS INTROMETIDOS

As velhas coisas novas – As novidades político-ideológicas que já eram velhas quando foram resgatadas.

A SOCIAL-DEMOCRACIA

Sergio A. de A. Coutinho

A **Social-Democracia** é um movimento político-ideológico de difusão mundial, embora a sua prática se realize no interior de cada país, sem qualquer ingerência centralizadora da entidade internacional que a divulga. De um modo geral, os partidos social-democratas não são marxistas, portanto não são revolucionários, mas **revisionistas** ou **reformistas (a)**. Em tese, podem ser distinguidos do marxismo pelos seguintes pontos doutrinários:

1) Quanto à estatização dos meios de produção
   - A propriedade privada é aceita porém condicionada ao interesse e à sua função social.
2) Quanto à luta de classes
   - A luta de classes é reivindicatória e conduzida de forma a atingir a emancipação do proletariado (o socialismo) por meio de reformas institucionais progressivas.
3) Quanto ao monismo político (partido único)
   - Convivência entre as diferentes correntes do pensamento político, aceitando o "pluralismo democrático".
4) Quanto à conquista do poder
   - A conquista do governo é buscada no jogo

político legítimo e não pela violência revolucionária.

A concepção reformista e democrata de realizar o socialismo e superar o capitalismo (mudanças institucionais progressivas) leva os partidos socialistas a preferirem a forma de governo parlamentarista (generalizada na Europa), não importa se monárquica ou republicana. Com efeito, o parlamentarismo proporciona-lhes maior facilidade de acesso ao governo, a longa permanência na gestão do Estado (continuísmo) e maior rapidez de volta ao poder em caso de eventual derrota eleitoral.

Por esta mesma razão, nos sistemas presidencialistas são a favor da reeleição do presidente e propõem a reforma institucional para adoção do parlamentarismo.

Os partidos nacionais e organizações políticas desta linha político-ideológica, na sua grande maioria, são filiados ou associados à **Internacional Socialista**, entidade fundada em 1951, mas com antecedentes que remontam ao século XIX. Suas raízes estão no **revisionismo** de Eduard Bernstein que substitui a ação revolucionária do socialismo marxista por uma prática política parlamentar e democrática e por uma atividade reivindicatória sindical. Pode-se considerar que sua atuação histórica se inicia na fundação do Partido Social-Democrático Alemão em 1875.

Em 1889, por ocasião das comemorações do centenário da Tomada da Bastilha, socialistas de 23 países se reuniram em Paris para a fundação da **II Internacional**. Recorde-se que, em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores que ficou conhecida como I Internacional, de influência marxista e revolucionária. Durou pouco, sendo dissolvida em 1867, sem ter tido efetiva capacidade de conduzir a revolução proletária mundial.

A II Internacional, igualmente, nunca teve real poder de coordenação dos partidos filiados, ainda que tivesse adotado o princípio do internacionalismo do proletariado. O sentimento nacionalista prevaleceu nas organizações integrantes, vindo a se exacerbar na Primeira Guerra Mundial. Como conseqüência, a partir de 1919 a Internacional entrou em declínio.

Além do mais, no seio da entidade permanecia a controvérsia entre **reformistas** e **revolucionários**. Com a vitória da Revolução Bolchevista na Rússia (outubro de 1917) foi criada a **III Internacional** soviética, em completa oposição à II Internacional. Alguns partidos socialistas, mesmo contrários ao comunismo de Lenine, criaram a **Internacional de Viena** (conhecida por "Internacional Dois e Meio") na tentativa de unificar as duas Internacionais. Não deu certo; o modelo revolucionário leninista tornara-se dogmático para os comunistas soviéticos, não dispostos a se acomodarem com os socialistas reformistas.

Em 1923, a II Internacional e a Internacional de Viena se dissolveram. Em lugar delas surgiu a Internacional Socialista e Trabalhista que duraria até 1945. Em 1947 foi substituída pela Conferência Socialista Internacional que, em 1951 muda de nome para **Internacional Socialista** como hoje é conhecida. A entidade congrega a social-democracia internacionalmente, mas não se propõe centralizar as ações dos partidos e organizações socialistas a ela ligados, concedendo a cada um deles a liberdade para atuar conforme as peculiaridades nacionais. Funciona assim como um grande foro mundial de debate e de difusão do socialismo na sua versão não-marxista. De fato, a Internacional Socialista rejeita a prática marxista-leninista:

- "Centralismo democrático" dos partidos comunista-leninistas **(b)**;
- Ditadura do proletariado (estatolatria);
- Unidade nacional do partido comunista (partido único).

Por esta posição dos social-democratas, os marxistas-leninistas os acusam de revisionistas, reformistas e oportunistas. Apesar desta oposição irredutível, os comunistas não deixam de buscar pragmaticamente o apoio dos social-democratas para atingir seus objetivos. Realmente, os partidos marxistas-leninistas, principalmente aqueles que estão na legalidade, tentam passar uma imagem democrática, confundindo o seu discurso com o da social-democracia, mascarando o seu projeto revolucionário e iludindo os burgueses conservadores. Os princípios político-ideológicos da Internacional Socialista servem muito bem aos propósitos comunistas de conduzir o movimento revolucionário pela **via pacífica** (Ler o Texto A VIA PACÍFICA PARA O PODER), particularmente na etapa que denominam "Revolução Democrática-Nacional" que deve anteceder a tomada do poder.

Os partidos social-democratas têm grande importância política e eleitoral nos países da Europa Ocidental e no Japão. Na Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda e outros, foram capazes de realizar avançadas reformas socialistas criando nestes países o denominado "welfare state", aqueles de eficiente previdência social administrada pelo Estado.

Na Grã-Bretanha, a social-democracia constitui uma versão própria. É representada pelo Partido Trabalhista (Labour Party) que não está ligado à Internacional Socialista mas ao pensamento político-ideológico da Fabian Society (Ler o Texto O FABIANISMO).

Na Ásia, África e América Latina, os partidos da linha socialista têm pouca expressão, salvo no Chile e na Venezuela. Nestes continentes, não conseguem competir com as organizações revolucionárias comunistas. Os partidos socialistas geralmente adquirem feição nacionalista e populista.

No Brasil, também o socialismo reformista tem tido pouca projeção, obscurecido pelas organizações marxista-leninistas. Entretanto, a tradição política provinda historicamente do Estado patrimonial, centralizador e paternalista, tem certas afinidades com o Estado socialista, controlador e intervencionista. Esta tendência sincrética se manifesta no populismo e nas definições "socialmente avançadas" e reguladoras da vida privada dos cidadãos contidas numa prolixa legislação. Por exemplo, na Constituição Federal (245 artigos), no Estatuto da Criança e do Adolescente (267 artigos) e no Código Civil (2.046 artigos). O populismo e o nacionalismo xenófobo se fazem confundir com socialismo, gerando um "esquerdismo" oportunista e ideologicamente indefinido que se manifesta no uso inconsistente das palavras "social" e "socialismo". O esquerdismo exerce um fascínio bajulador sobre as elites intelectuais, políticas e econômicas. Por isto, a administração pública se deixa levar para o assistencialismo paliativo e episódico, um arremedo de "Welfare State".

Criou-se no Brasil uma grande simpatia pela esquerda, não só a reformista quanto a revolucionária, uma permissiva tolerância à sua ação e à ambigüidade ideológica, levando a opções de "centro-esquerda", de "tudo pelo social", e abrindo uma vulnerável sofreguidão por "mudanças". Grande número de partidos políticos traz em suas siglas o "S" de social ou de socialista, sem qualquer razão doutrinária concreta, apenas simulando posições "progressistas" e "reformistas". Somente o Partido Democrático Trabalhista (PDT) tem efetiva relação com a Internacional Socialista **(c)** mas, na verdade, sua prática política mais se identifica com o populismo e o nacionalismo xenófobo, combinação conhecida por "socialismo moreno". A Internacional não tem influência significativa na prática política nacional embora alguns de seus líderes estrangeiros mais expressivos, de vez em quando, se permitam fazer comentários e recomendações incômodas em assuntos brasileiros, particularmente sobre direitos

humanos, ambientalismo, minorias raciais e pacifismo. Há um grande número de **organizações não-governamentais** (ONG) que são inspiradas, influenciadas ou ligadas ideológica e financeiramente à Internacional, a partidos e a entidades social-democratas, principalmente na Europa. Estas ONG atuam tanto no exterior quanto no país, exercendo grande influência e até mesmo pressão sobre a opinião pública, políticos, personalidades, governantes e instituições. Na década de 1970, muitas delas se juntaram a outras controladas pela Internacional Comunista Soviética para pressionar os governos do regime restaurador de 1964 e para denunciá-los por violação de direitos humanos, com o objetivo de desestabilizá-los e de forçá-los a abertura política que desse novamente o espaço político necessário às atividades ostensivas das esquerdas no Brasil.

* * *

Se quisermos ter uma visão antecipada de como seria o Estado e a sociedade socialistas na concepção social-democrata, podemos tê-la no socialismo reformista já realizado na Suécia, com a aparência sedutora do **Welfare State**, o estado previdenciário.

O Partido Social-Democrata Sueco foi criado em 1889 com inspiração no Partido Social-Democrata Alemão e, inicialmente, com forte tendência ideológica marxista. Porém, há muito os socialistas suecos abjuraram Marx. Mas a sua prática político-ideológica ainda revela forte influência marxista. Rejeitando o caminho revolucionário optaram pela **"via parlamentar"** para conquistar o governo e, no seio dele, realizar os seus objetivos.

Em 1918, o Partido já era o mais importante da Dieta (Parlamento) e, a partir de 1920, chega ao governo, sozinho ou em coligação por várias vezes. Tornou-se hegemônico na Suécia, detendo o poder exclusivamente

desde 1932, somente com um pequeno hiato fora do Gabinete.

No governo, o Partido pôde realizar as progressivas reformas, atingindo seus objetivos socialistas fundamentais em poucos anos:

- Estatização e controle da economia
- Nivelamento dos rendimentos das pessoas
- Criação de um amplo sistema previdenciário estatal.

Apesar de terem adotado medidas socializantes radicais, os socialistas suecos não estatizaram completamente os meios de produção, tentativa de "simbiose" do socialismo com o capitalismo. Com isto não entravaram a modernização da economia do país e a geração da prosperidade geral **(d)**.

Para implantar o socialismo e perenizá-lo, o Partido Social-Democrata conseguiu a continuidade no poder e criou um Estado centralizador e controlador da economia e da sociedade, mantendo todavia a monarquia e todas as aparências da democracia parlamentar.

Quem governa efetivamente não é a Dieta por intermédio do Gabinete mas uma "nomenclatura" instalada no Estado e o "aparat" ("aparato") do movimento trabalhista dirigido pelo Partido e pela Confederação Sindical (LO). Neste binômio, o Partido tem a seu cargo os assuntos parlamentares e a administração do governo; os sindicatos, tratam da obtenção dos recursos financeiros, do controle ideológico dos trabalhadores (vale dizer, de toda a população) e dos votos destes. Partido e Confederação Sindical são efetivamente ramos do Estado, constituindo uma estrutura abrangente de controle das massas. Estende-se pelo país inteiro por meio de organizações locais e funcionais de toda natureza (escritórios, bibliotecas, cursos, comitês, agências, etc) parecidas com o sistema de organizações de base (células comunistas) marxista-leninistas.

A Confederação Sindical Sueca (LO) se organiza em dois ramos de atuação: um de função política e de controle das massas e outro de função propriamente sindical.

Dentre as organizações de base, destacam-se pela importância e poder de influência a Liga da Temperança Social, a União das Mulheres (SD) e a dos Jovens Socialistas. Todas as localidades, por menores que sejam, possuem a sua Casa do Povo, escritório do movimento trabalhista geralmente localizado ao lado ou no mesmo edifício do governo municipal.

Nesta estrutura de dominação social e cultural, a Associação Educativa dos Trabalhadores Operários (ABF) tem a seu cargo a preparação dos quadros políticos, sindicais e de funcionários, proporcionando forte unidade ideológica ao conjunto dos integrantes do "aparat" **(e)**. Ninguém chega a integrar a "nomenclatura" do Estado sem passar pela ABF. Os cidadãos de formação universitária podem porém ascender ao Partido e ao Serviço Público passando pelos cursos das organizações dos Jovens Socialistas. A Associação Educativa também superintendente a educação de adultos, transformando-se na principal agência de propaganda socialista e de formação da opinião pública.

O sistema de educação pública e privada está sob controle direto do Estado e se volta para a formação do "homem novo", o **homem coletivo**, expressão que indica o comportamento homogêneo de todos em benefício da coletividade e não para realizar o individualismo.

> **"Não se vai à escola para obter resultado pessoal, mas para aprender a atuar como membro de um grupo".**
> (Olof Palme, Primeiro Ministro)

A formação pré-escolar em estabelecimentos públicos se tornou obrigatória como um meio de afastar a criança desde cedo da orientação educativa da família, e

de introduzi-la na coletividade.

A educação sexual também é obrigatória nas escolas para as crianças desde os doze anos. Segue orientação estatal e se insere no processo de liberação do sexo dirigida ideologicamente para desacreditar a moralidade tradicional burguesa e compensar as frustrações políticas (principalmente quanto à liberdade individual), fazendo acreditar numa libertação pelo sexo.

Para modificar os homens é preciso desligá-los do passado. A orientação oficial é apagar a história da nação e só enaltecer as realizações socialistas após 1932, quando o Partido se consolidou no poder e se tornou hegemônico.

O Estado exerce o controle do livro didático, recomendando as obras convenientes, editando aquelas que passam a ser o padrão oficial e estatizando as editoras. Além do trato político-ìdeológico dos assuntos educacionais, há o evidente objetivo de "descristianização" da sociedade sueca. Hoje, apenas 4% da população é cristã praticante e a tendência é a "paganização" da moral e dos costumes. A Igreja Luterana da Suécia continua a ser a religião oficial. Todas as iniciativas para separar a Igreja do Estado têm sido proteladas, pois parece mais importante mantê-la sob controle do "aparat". Com relação a Igreja Católica, há grandes restrições oficiais manifestadas, evidentemente, de forma velada e por meio de exigências burocráticas para seu livre funcionamento ou para a construção de templos.

A mídia na Suécia tornou-se o principal agente do consenso manifestado pelo conformismo que garante a continuação das coisas como elas estão. O sistema de rádio e televisão é monopólio estatal. O seu papel na propaganda oficial e na difusão ideológica pode ser deduzido pelo fato de não estar subordinado ao Ministério das Comunicações, como é comum em outros países, mas ao Ministério da Educação. A imprensa é privada e, for-

malmente, é livre. Entretanto, os jornalistas são também condicionados social e politicamente, aderindo inconscientemente ao "**senso comum modificado**" que reconhece a excelência do sistema previdenciário estatal, a segurança social e econômica das pessoas e a prosperidade do país, tudo construído pelo Estado Socialista. A maioria dos profissionais de imprensa é oriunda das escolas de jornalismo de onde já vêm "de cabeça feita". Os jornalistas também fazem parte do conformismo coletivo.

Por si mesma, a mídia segue a linha de pensamento do Partido, sem crítica mas com aparente independência. Deste modo, é praticamente impossível à oposição fazer-se ouvir.

O sistema previdenciário montado pelos social-democratas suecos ao longo dos anos é realmente eficiente e amplo, abrangendo aposentadoria, pensões, assistência à saúde e outros numerosos benefícios sociais. Este é o "carro-chefe" da sua propaganda.

Em outros países europeus certos setores de previdência são mais avançados mas, na Suécia, o sistema se tornou institucional. A assistência social (os socialistas preferem dizer o "Serviço Social") é instrumento de manipulação das massas. É ela que deu ao Partido condições de formar o consenso e de obter a hegemonia política e permanência no poder. O povo sueco foi convencido a considerar a Previdência como a sua principal e insubstituível "conquista" e isto ele acredita dever ao Estado Socialista. Ainda que o sistema seja extremamente oneroso, contribuindo para uma das maiores cargas tributárias do mundo (cerca de 40% do PIB e 20% em impostos diretos), qualquer proposta de redução de impostos ou qualquer tentativa de mudança política são vistos como ameaças à segurança social proporcionada pelo sistema previdenciário estatal.

O "aparat" assim estruturado tem penetração, influência e controle social e político sobre a máquina burocrática do Estado, sobre a educação (incluindo as universidades), sobre as forças armadas e sobre a inteira sociedade.

Aparentemente feliz e sentindo-se seguro do ponto de vista social (previdência) e econômico (emprego e salário), o povo sueco não só é dependente do Estado, mas também é condicionado cultural e politicamente e conformado com o continuísmo do regime, com a carga tributária e com as limitações da sua iniciativa e desejos pessoais. Intimamente vinculado à social-democracia dominante, perdeu o verdadeiro sentido de liberdade. O cidadão passou a ser súdito do Estado e não mais o seu soberano como nas democracias liberais.

O condicionamento e o conformismo criaram no povo sueco uma tendência ao consenso e à servidão política. Deste modo, o Partido Social-Democrático consegue manter-se indefinidamente no poder. Numa interpretação gramsciana, os quadros partidários e sindicais que operam o "aparat" socialista e a "nomenclatura" estatal constituem hoje a "**classe dirigente**" e o Estado Socialista, "**classe política**", é a esfera da superestrutura que exerce o **domínio** e a coersão sobre a "sociedade civil", apesar da Suécia continuar a ser formalmente uma democracia **(f)**. Mas é uma democracia de pluralismo não operante, não representativo e sem alternância no poder.

A hegemonia do Partido Social-Democrático Sueco deve-se também à omissão, conformismo e arrivismo do centro conservador. Praticamente não há oposição política. Só a extrema esquerda (comunistas) e a direita, minoritárias, ainda fazem o contraditório, com chance apenas de conquistar alguns governos locais de menor importância. No mais, só servem para dar legitimidade à social-democracia no poder.

Na prática, na Suécia existe um regime de **partido único**, uma monocracia partidária cuja continuidade no poder é garantida pela doutrinação, pela propaganda,

pela manipulação dos eleitores e pela "estatolatria". O Estado Social Sueco é, em última análise um novo tipo de **estado totalitário**.

Podemos fazer uma conclusão didática, isto é, que ensina e que é útil para quem presta atenção ao mundo: o **socialismo teórico** ou **socialismo utópico** pregado e buscado pelos social-democratas reformistas não é muito diferente do **socialismo científico** ou **socialismo real** dos marxista-leninistas revolucionários **(g)**.

Reformistas ou revolucionários, todos pretendem construir o socialismo que imporá, pelo condicionamento ou pela força, o igualitarismo que sufocará a liberdade e a individualidade das pessoas. A diferença fica só na concepção de tomada do poder.

NOTAS

(a) A expressão **socialismo democrático** poderia referir-se à social-democracia. Entretanto a ela não se aplica adequadamente pois os socialistas revolucionários (marxistas) a usam de forma enganosa para indicar sua própria concepção revolucionária. O termo democracia é empregado com o sentido implícito de **democracia popular** ou **democracia de classe** que não tem o mesmo entendimento de democracia liberal ou democracia representativa.

(b) Centralismo democrático é o modelo de gestão político-administrativo do partido comunista-leninista no qual há adequadação das demandas e reivindicações das bases partidárias com o comando do aparelho de direção. Na prática, isto significa que as decisões nascem da discução franca no seio dos organismos coletivos (comitês, comissões, congressos, soviets, etc). Porém, após a deliberação, a decisão é impositiva e indiscutível para os órgãos de execução e para os membros do partido.

(c) Em 1979, a Internacional Socialista, reunida em Viena, reconheceu Leonel Brizola como seu representante no Brasil. Para obtenção desse reconhecimento, disputou com Fernando Henrique e Miguel Arraes que tinham idêntica pretensão. Brizola contou com o apoio do social-democrata português Mario Soares.

(d) "Não espanta que toda tentativa de fusão de capitalismo com socialismo resulte numa contradição ainda mais funda: quando os socialistas desistem da estatização integral dos meios de produção e os capitalistas aceitam o princípio do controle estatal, o resultado, hoje em dia, chama-se "terceira via". Mas é sem tirar nem pôr, economia fascista. De um lado, burgueses cada vez mais ricos mas – como dizia Hitler – 'de joelhos ante o Estado'. De outro, um povo cada vez mais garantido em matéria de alimentação, saúde, habitação, etc, mas rigidamente escravizado ao controle estatal da vida privada." (Olavo de Carvalho, in Vitória do Fascismo, O Globo, 27 Jul 2003).

(e) É curiosa a semelhança com a estrutura do movimento criado pelos sindicalistas fundadores da Partido dos Trabalhadores; o Partido (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Instituto Cejamar. O Partido tentou ainda um quarto "ramo", a Central Única do Movimentos Populares

(f) "No seu sentido literal de 'governo pelo povo', (democracia) pode querer designar tanto o sistema parlamentar como a ditadura do proletariado . (..) Pode designar realidades quase opostas. Tudo depende daquilo que se estende por 'povo' e 'governo' mas, em todos os casos, a palavra 'democracia' tem, de qualquer forma duas constantes: é um termo político e é um símbolo positivo. Na Suécia, só subsiste a segunda" (Roland Huntford, em o Modelo Vivo da Novo Totalitarismo, 1984).

(g) "Assim, o socialismo repudia o comunismo, mas o admira em silêncio e tende para ele". (Plínio Correia de Oliveira em Revolução e Contra-Revolução, 1998).

O FABIANISMO

Sergio A de A Coutinho

O Fabianismo é uma doutrina e um movimento político-ideológico socialista democrático, reformista e não-marxista, de concepção inglesa. Teve origem na **Fabian Society (a)** fundada em Londres no final de 1883 e início de 1884 **(b)** por um grupo de jovens intelectuais de diferentes linhas socialistas, com o propósito de *reconstruir a sociedade com o mais elevado ideal moral possível.* Objetivamente tinha a finalidade de promover a gradual difusão do socialismo, entendido como fim das injustiças econômicas e sociais da sociedade liberal, burguesa e capitalista. Mas, ao mesmo tempo rejeitava a doutrina marxista e, especialmente, a transformação pela revolução violenta. A idéia era a de que a transição do capitalismo para o socialismo poderia ser realizada por meio de pequenas e progressivas reformas, dando início ao socialismo no contexto da sociedade capitalista. Por isto, o fabianismo rejeita a luta de classes. Reconhece, entretanto, a necessidade de ajudar os trabalhadores a conquistar a igualdade econômica. O Estado não é um organismo de classe a ser tomado mas um aparelho a ser conquistado e usado para promover o bem-estar social.

Embora os primeiros fabianos ainda sofressem influências do marxismo, os seus conceitos de economia não eram os de Marx, mas de John Stuart Mills e Willian Stanley Jevons. Discordando da teoria marxista do valor, cuja fonte e medida é o **trabalho**, mas, preferiram o critério da **utilidade**. Tal conceito se adapta às modernas condições econômicas do final do século XIX e aponta para uma crescente intervenção estatal na economia para *promover a maior felicidade de um maior número.*

Sidney Webb e Bernard Shaw reconheciam que o desenvolvimento promovido pelo "*laisser faire*" (o capita-

lismo liberal) correspondia também a uma intervenção do Estado em defesa do trabalhador ou, pelo menos, na melhoria da qualidade e condições de vida. A legislação sobre salários, condições e jornada de trabalho e sobre a progressiva taxação dos ganhos capitalistas é um meio inicial de realizar a eqüitativa distribuição de benefícios. O passo seguinte na direção do socialismo, em termos de reformas sociais mais profundas, será a adoção da propriedade e administração estatais das indústrias e dos serviços públicos. Neste particular, os fabianos preferem a *municipalização* à *nacionalização dos meios de produção e dos serviços públicos*. Cogitaram também da criação do "**imposto único**".

Os membros da "*Fabian Society*" são principalmente intelectuais, professores, escritores, e políticos. Foram seus principais fundadores Edward R. Pease, o casal Sidney e Beatrice Webb, George Bernard Shaw **(c)**, H. G. Wells e outras destacadas personalidades. Efetivamente, a *Fabian Sociey* tem sido sempre um grupo de intelectuais. Com as adesões de Bernard Shaw (1884) e de Sidney Webb (1885), a sociedade começou a assumir seu caráter próprio, vindo a se tornar efetivamente socialista a partir de 1887.

Seu proselitismo, em determinadas questões, segue uma prática de "***permeação***" das suas idéias socialistas entre os liberais e conservadores, principalmente pessoas que estejam ocupando pontos-chave do poder, em todos os níveis e campos. Tentam convencê-las por meio de uma argumentação socialista objetiva e racional em vez de uma retórica passional e de debates públicos. Realistas, os fabianos procuram convencer também todas as pessoas, independentemente da classe a que pertençam, que o socialismo é desejável e que melhor realizará a felicidade humana.

Coerente com sua doutrina de progressividade, os fabianos estendem sua atuação às instituições exis-

tentes que tenham poder ou meios de influência, "*permeando*" este ou aquele ponto da sua doutrina, ministrando "duas ou três gotas de socialismo", na justa medida. Acreditam que não existe uma separação nítida entre socialistas e não socialistas e que todos podem ser persuadidos a ajudar na realização de reformas para a concretização do socialismo.

Em 1889, sete membros fundadores, sob orientação de Shaw, redigiram um livro que levou o nome de *Fabian Essays in Socialism* (Ensaio Fabiano sobre o Socialismo), resumindo as bases doutrinárias da Sociedade.

Em 1895 foi fundada a *London School of Economics* (Escola de Economia de Londres) que passou a ser, desde então, o principal centro de difusão do pensamento Fabiano.

A Sociedade Fabiana não se dispôs a se organizar em partido, permanecendo sempre como um movimento. Entretanto, em 1906 um grupo de fabianos e sindicalistas fundou o *Labour Party* (Partido Trabalhista britânico) que adota o fabianismo como uma das fontes da ideologia partidária **(d)**. Depois disto, até mesmo o Partido Liberal britânico foi levado a adotar certas teses fabianas.

Em 1912 é criado o Departamento Fabiano de Pesquisa (*Fabian Research Department*) que passa a conduzir as principais atividades da Sociedade. Um desentendimento interno levou à separação do Departamento (1915) que passou a ter vida autônoma (espécie de federação) com a denominação de Departamento Trabalhista de Pesquisa (*Labour Research Department*).

Em 1930, um ativo grupo de deputados trabalhistas fundou, independente da Fabian Society, o *New Fabian Research Bureau*. Em 1938, este órgão se fundiu à Sociedade Fabiana, recriando a instituição que recupera a vitalidade que vinha perdendo desde 1915. Logo são estabelecidas agências fabianas especiais no exterior e

nas colônias, ampliando a sua área de atuação.

Em 1945 o *Labour Party* chega ao poder na Grã-Bretanha expandindo o fabianismo. O Partido no governo consegue realizar boa parte do ideário dos fabianos.

Em 1952 são publicados os *New Fabian Essays* enfatizando a meritocracia e o emprego de técnicos competentes na gestão dos negócios públicos. As reformas políticas, antes recomendadas para a realização das transformações socialistas, agora deveriam ser principalmente reformas econômicas e sociais.

Atualmente, a *Fabian Society* atua principalmente como um centro de discussão intelectual, de propaganda e de difusão do socialismo democrático e como uma referência na Grã-Bretanha para os socialistas, em especial de classe média, que não desejam comprometer-se com o *Labour Party*.

Antes da Primeira Guerra Mundial (1914–1918) os fabianos tinham pouca preocupação com o movimento socialista em outros países. Durante o conflito adotaram até uma posição nacionalista exacerbada.

Na prática política, parece que os fabianos não têm dificuldade de entendimento com os socialistas revolucionários podendo apoiá-los ou com eles fazer alianças, particularmente para atingirem algum objetivo imediato.

Na década de 1930, os fabianos acompanharam com atenção a experiência de implantação do socialismo na União Soviética conduzida por Lênin e Stalin. Em 1931, visitaram aquele país Bernard Shaw e, em seguida, o casal Webb. Dão um testemunho entusiasmado da produção planejada e do controle burocrático soviético. De alguma forma dão também uma explicação e mesmo uma justificação para a tirania e os horrores do regime, de que já se começava a ter notícia.

O fabianismo tem como conduta pragmática a aceitação do "pluralismo da esquerda", a alternância no poder, o exercício da influência político-ideológica na administração política do Estado e a "permeação" ideológica dos membros do governo de modo a minar as bases da economia capitalista. Aceita o risco ou conveniência de facilitar a atuação do socialismo revolucionário se isto contribuir para a evolução da social-democracia.

Nos últimos 25 anos, os partidos socialistas e trabalhistas fabianos tornaram-se mais moderados e mais acomodados ao capitalismo.

Em termos de internacionalismo, o fabianismo tem sido sempre considerado a ala direita do movimento socialista. Ideologicamente, coloca-se em posição intermediária entre o capitalismo democrático e o marxismo revolucionário. Com esta posição, em 1929, o movimento fabiano se propõe como a **Terceira Via**, identificação ambígua quando, na propaganda política, não vem acompanhada de uma definição clara e ostensiva **(e)**. Após o colapso da União Soviética em 1991, o apelo sedutor da Terceira Via voltou à cena para atrair as esquerdas desorientadas e os intelectuais idealistas sempre sensíveis às novidades.

Repudiando o conceito de luta de classes, os fabianos em geral reconhecem que a lealdade ao seu próprio país vem antes do que qualquer lealdade ao movimento internacional do proletariado. Isto não impede que trabalhem pela preservação da paz e pela crescente cooperação econômica e política internacional. Bernard Shaw, em discordância com a atitude nacionalista fabiana, foi a favor de uma unificação do mundo em unidades políticas e econômicas maiores. Determinados fabianos realmente manifestaram a aspiração de um Estado mundial do tipo tecnocrático, cujo germe deveria ser o Império Britânico, com a função de planejar e administrar os recursos humanos e materiais do planeta. A este respeito, chama a atenção as relações de afinidade, se não de filiação, entre os fabianos e círculos mundialistas anglo-saxões como o *Royal Institute of Internacional Affairs* (inglês) e o

Council on Foreign Relations (norte-americano, criado em 1919) (Ler o Texto O FABIANISMO NAS AMÉRICAS).

Provavelmente, foi a partir do conhecimento desta idéia de império mundial, da existência de relações dos fabianos com intelectuais e políticos norte-americanos e da atuação de certas organizações não governamentais nos EUA que o senhor Lyndon H. La Rouche Jr. engendrou a teoria conspiratória de um eixo Londres–Nova Iorque da oligarquia financeira internacional para a criação de um império mundial de língua inglesa, com a supressão dos estados nacionais (Ler o Texto O MOVIMENTO POLÍTICO DE LA ROUCHE).

Entre as organizações não governamentais norte-americanas, está uma denominada **Diálogo Interamericano**, fundada em 1982, cujos integrantes são notáveis personalidades "permeadas" pelo socialismo fabiano.

Foi por intermédio do Diálogo Interamericano, que o Sr Fernando Henrique Cardoso se uniu em 1982 ao movimento fabiano, tendo tentado atrair também o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva (Ler o Texto O FABIANISMO NAS AMÉRICAS).

NOTAS

(a) A Sociedade Fabiana tomou sua denominação do nome do general romano Quintus **Fabius** Máximus (? -203 aC), o Contemporizador, que venceu Aníbal, conduzindo uma campanha em que evitou a batalha direta até quando chegou o momento propício.

(b) O movimento fabianista não tem qualquer vinculação com o marxismo e com o comunismo internacional. Foi criado depois da dissolução da Iª Internacional (1876) e antes da fundação da IIª Internacional (1889). Embora promova o socialismo utópico, reformista, não tem também vinculação com a social-democracia européia. A Internacional Socialista só foi fundada em 1924, oriunda da II Internacional.

(c) Bernard Shaw era marxista, mas abandonou definitivamente o marxismo quando se reuniu com outros intelectuais socialistas para fundar o Fabian Society.

(d) Em 1893 alguns grupos fabianos locais foram absorvidos pelo "Independent Labour Party", fundada por Keir Hardie. Em 1900, representantes da "Fabian Society" se reuniram com sindicalistas socialistas para criar um grupo sindical separado no Parlamento. Para tanto foi criado o Comitê de Representação Trabalhista (que também incluía representantes do "Independent Labour Party"); que veio a se tornar (1906) o atual "British Labour Party"; um partido socialista com apoio sindical.

(e) Terceira Via seria o "meio termo" de capitalismo e socialismo, abandonando as desvantagens de um e outro e reunindo as suas virtudes. Depois de 2002, a Terceira Via passou a ser denominada **Governança Progressista**, outra expressão tão ambígua quanto à anterior.

O FABIANISMO NAS AMÉRICAS

Sergio A. de A. Coutinho

A idéia da criação de um império mundial de lingua inglesa, que o economista e teórico político norte-americano Lyndon H. La Rouche Jr denuncia internacionalmente, tem, possivelmente, como fonte idéias de seguidores do fabianismo, movimento socialista democrático inglês orientado pela *Fabian Society* (1889) (Ler o texto O FABIANISMO).

Os primeiros sinais do fabianismo nos Estados Unidos se manifestaram ainda no século XIX, com o intercâmbio de professores entre as universidades britânicas e norte-americanas. Sidney Webb esteve naquele país em 1888 e, em 1905, foram criadas a Escola Rand de Ciências Sociais e a Sociedade Socialista Interescolas. Pouco depois, cátedras acadêmicas em ciências sociais e políticas foram estabelecidas em Harvard, Princeton, Colúmbia, Nova Iorque e Pensilvânia.

Em 1919 é fundada nos EUA a entidade privada internacional **Council on Foreign Relations** (Conselho de Relações Exteriores) por um grupo de especialistas em política externa para tratar e promover as relações entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. São destacados membros da Comissão: Henry Kissinger, Secretário de Estado do ex-presidente Nixon, Zbigniew Brzezinski, assessor do ex-presidente Carter, George Schultz, Secretário de Estado do ex-presidente Reagan e Samuel Huntington.

As aparentes identidades ideológicas com a Fabian Society sugerem a "permeação" fabiana nos membros da entidade e uma possível filiação àquela sociedade inglesa. Pode-se ainda acrescentar o intercâmbio que o Conselho mantêm com seu congênere inglês **Royal Institute of Internacional Affairs, RIIA (a)** muito influen-

ciado pelos conceitos políticos ideológicos da Fabian Society e pelas idéias de um império mundial trazidas por Bernard Shaw e por outros preeminentes fabianos. A propósito, a partir de 1930, o autor inglês William Jandell Elliott passou a divulgar a teoria de que os EUA deveriam converter-se em um novo império global. Este senhor exerceu grande influência sobre Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski e Samuel Huntington.

A importância que o Conselho de Relações Exteriores adquiriu, pode ser medida pelo fato de que, a partir de 1944, todos os Secretários de Estado (Relações Exteriores), exceto dois (James F. Byrnes e Collin Powell), foram seus membros.

A entidade pode ser considerada o braço político do movimento fabiano nos Estados Unidos e se projeta em várias outras entidades privadas voluntárias **(b)**.

• Trilateral Commission

A entidade privada internacional Trilateral Commission (Comissão Trilateral) foi fundada em 1973 por iniciativa do banqueiro norte-americano David Rockfeller e destacados membros do Council on Foreign Relations, assumindo os papéis de órgão de planejamento estratégico e de elemento operativo dessa entidade, vale dizer, do movimento fabiano nos Estados Unidos. A entidade se tornou realidade graças ao professor Zbigniew Brzezinski da Universidade da Colúmbia que foi o seu primeiro diretor-executivo

Inicialmente foram criteriosamente selecionados e convidados cerca de vinte intelectuais das áreas financeira e política para comporem a Comissão: as cabeças mais brilhantes da América do Norte (EUA e Canadá), da Europa Ocidental e do Japão, formando o núcleo "trilateral" da entidade.

Mais tarde, a "Trilateral Commission" foi ampliada para 350 membros, distinguidas pessoas dos negócios, da mídia, do meio acadêmico e dos serviços públicos (exceto membros de Governo), dos sindicatos e das ONG. Assim também foi ampliada a sua área internacional: América do Norte, incluindo o México; Europa, abrangendo a União Européia, e o Japão, evoluindo para um grupo da Ásia e Pacífico.

A entidade se reúne anualmente, bem como os grupos regionais, respectivamente em Paris, Nova Iorque e Tóquio.

A fundação da Comissão coincide com os primeiros sinais da crise financeira mundial e com o primeiro "choque do petróleo", década de 1970. Declaradamente, sua finalidade era observar e discutir em conjunto os principais problemas comuns às três áreas econômicas. Objetivamente, pode-se dizer que a finalidade prática era controlar o sistema financeiro internacional. Mas também a entidade tinha objetivos políticos que coincidem com muitos conceitos fabianos.

Aparentemente, a Comissão Trilateral cogita estabelecer um governo mundial, como imaginavam certos pensadores fabianos **(c)**, e recomenda a criação de uma força militar internacional, sob controle da ONU. Segundo o Senador norte-americano Barry Goldwater, a entidade representa um esforço habilmente coordenado para assumir o controle e o domínio da humanidade.

Para realizar seus objetivos, a Comissão considera, em primeiro lugar, ser necessário dominar o Governo dos EUA, no mínimo influenciá-lo favoravelmente aos seus desígnios. Jimmy Carter, membro da Trilateral, foi o primeiro Presidente eleito (1976) com apoio da entidade. Assim foi também com George Bush, eleito em 1980 e 1984.

Outras importantes personalidades são também membros **(d)** da Trilateral:

- Henry Kissinger, ex-Secretário de Estado na administração Richard Nixon;
- Cyrus Vance, ex-Secretário de Estado, na administração Jimmy Carter;
- Robert Mc Namara, ex-Secretário de Defesa;
- George Schultz, ex-Secretário de Estado na administração Ronald Reagan;
- Howard Baker, ex-Secretário de Estado na administração Ronald Reagan.

Após o colapso da União Soviética em 1991 e o fim da Guerra Fria, os mebros da Comissão Trilateral passaram a se referir a uma **Nova Ordem Mundial**. Tirando proveito do desaparecimento do contra-ponto soviético, os trilateralistas e o Presidente Bill Clinton procuraram universalizar os conceitos de democracia liberal, direitos humanos e economia capitalista de mercado. Isto já em um mundo em processo no sentido da globalização moderna e em um momento em que organizações não-governamentais (ONG) de toda natureza e de diferentes tendências ideológicas passaram a proliferar nacional e internacionalmente **(e)**.

• Diálogo Interamericano (DI)

A eclosão da Guerra das Malvinas em abril de 1982 e o agravamento da crise da dívida dos países latino-americanos trouxeram preocupações à Comissão Trilateral. Em decorrência, três seminários foram realizados, entre junho e agosto de 1982, sob patrocínio do Centro Acadêmico Woodrow Wilson **(f)** para examinar a situação no Continente que, segundo entendiam, afetava os interesses dos grupos econômicos internacionais e que decorria, em primeiro lugar, da existência dos regimes militares autoritários na América Latina. A situação se

completava com a declaração da moratória do pagamento da dívida externa do México e com os movimentos revolucionários comunistas na América Central (Nicarágua, Costa Rica, Honduras, El Salvador e Guatemala).

Em conseqüência, em outubro de 1982, foi criada a entidade privada internacional **Diálogo Interamericano** (DI), com a participação de personalidades da Trilateral (Robert Mc Namara, Cyrus Vance, George Schultz, Elliot Richardson e outros), de 48 representantes da América Latina, inclusive seguidores da Teologia da Libertação. Fernando Henrique Cardoso foi um dos fundadores do DI.

O DI funciona como instrumento executivo da Comissão Trilateral para a América Latina. Os temas que o Diálogo Interamericano procurou forçar ou induzir a se submeterem os governos da região são trazidos da Trilateral, temas que também esta procura introduzir na política oficial dos EUA. A idéia de inspiração fabiana parece ter sido a de promover uma ampla abertura política nos países latino-americanos, muitos ainda sob **regime militar autoritário, para dar espaço e condições para o restabelecimento da democracia e para abrir caminho à transição para o socialismo reformista**.

Para tanto, haveria necessidade de remover os obstáculos existentes; de imediato, os das forças armadas daqueles países. As sugestões ou "exigências" do DI foram levadas à execução por um empreendimento denominado **Projeto Democracia** (1982), cujos principais pontos são:

- Submissão das forças armadas ao controle político civil;
- Participação das forças armadas no combate ao narcotráfico;
- Criação de uma força militar multinacional para intervir em favor da paz no caso de conflitos regionais e de violação dos direitos hu-

manos;
- Defesa dos Direitos Humanos.
- Conceito de soberania limitada (direitos humanos e meio ambiente);

Em uma reunião realizada em 1986, à qual compareceram membros da Trilateral (Mac George Bundy, Robert Mc Namara, Elliot Richardson) e destacados participantes latino-americanos, foram feitas algumas recomendações, depois divulgadas pelo Informe do Diálogo Interamericano:

- Legalização ("descriminização" seletiva) de certas drogas;
- Direito da URSS se manifestar sobre assuntos Ocidentais;
- Criação de uma "rede democrática" com poder de se opor, tanto aos comunistas, quanto aos militares da Região;
- Reduzir a participação dos militares nos assuntos de natureza civil.

Alguns membros mais radicais desta entidade de orientação fabiana defendem também a criação de um tribunal internacional para julgamento de pessoas acusadas de violação de direitos humanos, inclusive com a revisão da anistia de que se tenham beneficiado militares que lutaram contra a subversão comunista em seus países.

O Diálogo preocupou-se ainda com um problema considerado de segurança nacional: as imigrações desordenadas de latino-americanos para os Estados Unidos. Considerou que o controle da natalidade nos países do Terceiro Mundo seria a única solução para evitar a descaracterização da cultura americana. Note-se que a lealdade nacional é mais forte do que o internacionalismo fabiano.

O Diálogo Interamericano, pouco antes do colapso soviético, apoiou a proposta trilateral de uma nova divisão das áreas de influência entre os EUA e URSS, particularmente na América Central e Caribe (uma nova Yalta), visando manter o equilíbrio de poder no confronto ideológico e militar Leste x Oeste.

Após a derrocada da União Soviética, o DI passou a recomendar o acolhimento dos comunistas em postos do governo, uma espécie de "esquecimento e pacificação" ou de "coexistência dos contrários"; manifesta solidariedade fabiana com as esquerdas.

Em apoio ao Projeto Democracia, duas outras entidades foram criadas. A primeira (1983), o National Endowments for Democracy – NED – (Fundo Nacional para a Democracia), se organizou para constituir e prover recursos financeiros para o projeto. Recebe contribuições de fundações (Rockefeller e outras) e, segundo La Rouche, subsídios do Congresso dos EUA. Os recursos financeiros são repassados a organizações não-governamentais (ONG), partidos políticos, sindicatos, jornais, programas universitários e a toda organização e movimento que possa difundir e contribuir para a realização dos objetivos do Projeto Democracia.

A outra entidade, a **Comissão Bipartidária Nacional** (1984), também conhecida como "Comissão Kissinger", foi criada para tratar especificamente da situação revolucionária da América Central, relacionada com o confronto Leste x Oeste da Guerra Fria.

Na visão conspiratória de Lyndon La Rouche, o Diálogo Interamericano representaria os "narcolegalizadores" do Establishment anglo-americano e foi o "*centro de mando ocidental da campanha de Moscou (sic) para desacreditar, manietar e até desmantelar as instituições militares da Iberoamérica*".

• O Fabianismo no Brasil

O Fabianismo chegou ao Brasil com Fernando Henrique Cardoso, depois que retornou ao país, de seu asilo político na Europa, com seus companheiros do chamado grupo de São Paulo, alguns ex-militantes da **Ação Popular**. Integrantes mais próximos de Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República; entre eles José Serra (Senador e ex-ministro da Saúde, ex-presidente da UNE); Mário Covas (ex-deputado federal e ex-governador do Estado de São Paulo); Sergio Motta (o Serjão, ex-coordenador político de FHC); Fernando Gasparian e outros.

Asilado na Europa, depois de ter passado pelo Chile, Fernando Henrique Cardoso reformulou suas crenças marxistas e passou a pretender filiação junto à Internacional Socialista (oriunda da II Internacional). Talvez tenha sido o resultado de uma reavaliação crítica da experiência socialista revolucionária de Salvador Allende.

A iniciativa coincidia com o esforço de Leonel Brizola em 1978/79, ainda asilado, para juntar-se à Internacional Socialista na Europa, redefinindo sua posição política, visando o futuro retorno ao Brasil. Concorria, porém, com idênticas pretensões não só de Fernando Henrique mas também de Miguel Arraes.

Com ousadia e persistência, Brizola aproximou-se dos expoentes socialistas europeus, particularmente de Mário Soares, do qual conquistou o apoio e a amizade. Miguel Arraes e Fernando Henrique tudo fizeram para neutralizar o ex-governador, inclusive com a elaboração de um dossiê depreciativo que FHC entregou a Mário Soares. Nada adiantou; na reunião da Internacional Socialista em Viena (1979), a organização, com a influência de Mário Soares e por unanimidade, fez opção por Brizola. *"...na platéia, derrotados, Fernando Gasparian, Fernando*

Henrique Cardoso e Miguel Arraes assistem ao vitorioso, discursando na condição de líder brasileiro da social-democracia e representante oficial da organização no Brasil" (Luís Mir, A Revolução Impossível, pág 689 a 691).

O insucesso em obter a filiação na Internacional Socialista, levou Fernando Henrique a se aproximar do movimento fabianista. Em 1982, participou da reunião de fundação do Diálogo Interamericano. Por sua vez, Miguel Arraes, também descartado pela Internacional Socialista, vai juntar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) fundado em 1985, fazendo renascer a sigla do antigo partido de mesmo nome.

Ao retornar do seu auto-exílio em 1979, Fernando Henrique e os seus correligionários do grupo paulista ingressaram no partido do Movimento Democrático Brasileiro onde, com outros anistiados de esquerda constituiram a ala dos "autênticos". Participam da Constituinte de 1987/88 onde o grupo de FHC desempenhou ativo papel na tentativa de implantar o socialismo e o parlamentarismo no Brasil. Quase tiveram êxito completo se não fosse a reação do **Centrão** (bloco suprapartidário de constituintes) na última hora.

Na Constituinte, é interessante notar a convergência das esquerdas reformistas e revolucionárias, todas procurando ampliar ao máximo as franquias democráticas e, se possível, antecipar a "República Socialista" ou, no mínimo, algumas reformas de transição.

Logo após a Constituinte (1988), o grupo de Fernando Henrique e diversos outros integrantes dos "autênticos" divergiram e saíram do PMDB, fundando o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. Estava assim criada a organização política do fabianismo no Brasil.

Em 1992, o então Senador Fernando Henrique, participou da reunião do Diálogo Interamericano de Princeton, para a qual convidou e levou Luiz Inácio Lula da Silva e alguns outros membros do Partido dos Traba-

lhadores. Para o Diálogo, o desaparecimento da União Soviética tinha deixado as esquerdas revolucionárias da América Latina sem base de apoio. Entretanto, reconhecia que sua organização e capacidade de mobilização ainda poderiam ser úteis para o programa pretendido pela entidade. Podemos aduzir que o PT, como partido laborista, tivesse muita afinidade com o fabianismo, daí porque estava sendo atraído. O primeiro ponto de uma ação comum foi a opção pela via eleitoral, buscando-se o abandono da violência armada. O Diálogo Interamericano daria toda a sustentação política aos eleitos da esquerda para que tomassem posse e fossem mantidos no poder.

Lula, já comprometido com o **Foro de São Paulo**, concordou com o programa mas não se filiou ao Diálogo.

A reunião de 1992 do DI pode explicar muitas iniciativas do governo de FHC, a sua postura com relação à campanha eleitoral de 2002 e à vitória de Lula na disputa presidencial (Ver o texto A INTERNACIONAL REBELDE NO BRASIL).

Em 1994, FHC se elegeu Presidente da República, disputando o segundo turno com Lula. Governou com a oposição dos partidos da esquerda revolucionária, inclusive do Partido dos Trabalhadores, mas com o apoio dos partidos liberais democráticos de centro.

Na condução política da sua administração e nas relações com o Congresso, onde não tinha maioria, usou o poder e certos recursos autoritários. Valeu-se descontraidamente das Medidas Provisórias fugindo das demoradas tramitações e das resistências parlamentares. Demonstrou ainda as tendências parlamentarista e continuista do seu partido e do seu grupo político mais próximo. Sem muito esforço, mas com uma eficiente e convincente negociação individual com os parlamentares, conseguiu emenda à Constituição, quebrando a antiga e prudente tradição republicana que não permitia a reeleição do Presidente da República. Para assegurar o segundo mandato, Fernando Henrique tratou de manter, a todo custo, a estabilidade monetária e o Plano Real que já lhe havia garantido a eleição de 1994.

Para pagar dívidas públicas, o serviço desta dívida e remunerar investimentos financeiros, foi buscar recursos num vasto e mal conduzido programa de privatizações.

A esquerda de oposição lhe fez e faz ferina acusação de ter desbaratado o patrimônio público, entregando-o ao capital estrangeiro e o estigmatizou de "neoliberal", não tão grande ofensa para um socialista fabiano. Assim, FHC reelegeu-se em 1998, logo no primeiro turno do pleito presidencial.

O comprometimento de mais de 60 por cento do orçamento da União com os encargos financeiros, limitou drasticamente a margem para investimentos e mesmo para custeio, levando o governo a aumentar significativamente a carga tributária, hoje uma das maiores do mundo.

Com relação às recomendações do Diálogo Interamericano, expressas no Projeto Democracia, podem ser citadas as seguintes realizações de Fernando Henrique Cardoso e de seu Partido:

1) Abertura democrática, com franquias ampliadas e garantidas na Constituinte, com o trabalho de FHC nas comissões e de Mário Covas no Plenário.
2) Acolhimento dos comunistas, primeiro no Partido, depois nos cargos de governo e, finalmente, com indenizações das famílias de terroristas mortos pela "repressão", de início limitadas às dos que morreram nas prisões e agora generalizadamente.
3) Afastamento sumário do serviço público ou veto de nomeação de qualquer pessoa acusada de torturador ou de ter pertencido a órgãos de seguran-

ça durante o governo dos militares presidentes. A demissão ou veto era imediato, sem qualquer apuração formal ou de provas das acusações, num ato ilegal de restrição à Lei de Anistia.

4) Submissão das Forças Armadas ao controle político civil, com a criação do Ministério da Defesa, afastando os militares de participação e influência nas decisões nacionais, inclusive nos assuntos de segurança. Foi aventada também a criação de uma Guarda Nacional para retirar do Exército ou restringir a sua destinação constitucional de defesa da lei, da ordem e dos poderes constituídos. Não dispondo de recursos para tal projeto, a iniciativa ficou limitada à criação de um segmento fardado da Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça.

As restrições de recursos orçamentários para as instituições militares se devem mais às limitações financeiras do Estado assoberbado com o pagamento de dívidas e de remuneração de investimentos. Entretanto são impeditivos de evolução da máquina de guerra, contribuindo para seu progressivo enfraquecimento e crescente dependência do controle político civil.

A campanha de desprestígio das Forças Armadas está mais ligada ao ativismo das esquerdas revolucionárias do que ao projeto do Diálogo Interamericano. De qualquer forma, este e aquela acumulam efeitos negativos contra as instituições militares nacionais.

5) Uso e suporte às Organizações Não Governamentais de inspiração e de ligação a entidades internacionais fabianas e outras com transferência de funções públicas e de recursos governamentais, particularmente nas áreas de educação, saúde, segurança pública, meio-ambiente, direitos humanos e de complementação social. Foi promovida uma "ampliação do Estado" que daria inveja a um projeto concebido por Antonio Gramsci. A ONG **Viva Rio** por exemplo, além do respaldo governamental, recebe subsídios das fundações internacionais Rockefeller, Mac Arthur, Brascan e outras.

Fernando Henrique Cardoso é seguidor dos conceitos da **Terceira Via** participando das idéias de um "consenso internacional de centro-esquerda", acompanhando a posição de Anthony Giddens (teórico da Terceira Via), Tony Blair (líder trabalhista inglês), Leonel Jospin, Bill Clinton, De La Rua e Schoreder. O ideal da Terceira Via é a humanização do capitalismo mediante uma administração pública e econômica socialista (confluência do melhor do socialismo e do capitalismo). Em termos práticos, os social-democratas fabianos concordam com a aplicação dos planos e recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) de forma categórica.

O fabianismo no Brasil não fica apenas na atividade política de Fernando Henrique e seu partido. Como o gramscismo, também já penetrou nos meios acadêmicos, já "permeia" alguns intelectuais e alguns grupos de militância como a União Jovem Socialista.

* * *

O governo FHC (1994 – 2000) deixou o País com gravíssimos problemas sociais e econômicos, pouco tendo feito na realização da transição para o socialismo. As lentas e progressivas transformações são próprias do processo reformista fabiano. Portanto, não se fale de fracasso, porque a semente desta vertente social-democrática está plantada e aparentemente, superou no País a linha da Internacional Socialista representada pelo decadente

Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola.

Por outro lado, o movimento fabianista pôde e pode realizar, em determinados momentos, um papel subsidiário da esquerda revolucionária. Muitos aspectos da concepção pragmática do fabianismo coincidem com certos processos gramscistas de mudanças pacíficas e progressivas para conquistar a sociedade civil e enfraquecer a sociedade política. Depois de 1980, os dois fatos novos mais significativos e menos perceptíveis nas esquerdas no Brasil foram as presenças do fabianismo reformista e do gramscismo revolucionário.

É equivocada a afirmação de que o presidente e intelectual FHC tenha promovido a imagem favorável do Brasil no exterior; o que ele fez foi circular nos meios socialistas europeus promovendo a sua própria imagem internacional.

Terminado seu governo, Fernando Henrique Cardoso agora é "homem do mundo", promovido e "badalado" pelos movimentos e organismos da esquerda internacional. Lembra um pouco Bernard Shaw, um dos fundadores do fabianismo na Inglaterra, marxista reformado que se transformou em socialista reformista. A diferença fica na retórica vazia e na produção literária reduzida do intelectual brasileiro.

Apesar de tudo, FHC voltará; pessoalmente ou representado, mas voltará.

NOTAS

(a) A entidade privada internacional **Royal Institute of International Affairs** (RIIA) foi fundada em 1920 com sede na **Chatham House** (nome pelo qual é também conhecida) em Londres e com a finalidade de proceder a análise dos temas internacionais. É uma associação de personalidades que têm por objetivo declarado **"ajudar pessoas e organizações a se manterem na vanguarda do desenvolvimento em um mundo em contínua mudança e crescente complexidade".**

O Instituto é mantido por subsídios voluntários, doações, contribuições dos associados e receitas próprias.

O Royal Institute é ideologicamente influenciado pela Fabian Society. É representado nos Estados Unidos pela **Chatam House Fundation**, destinada a promover as relações anglo-americanas e a fazer aquele Instituto mais acessível aos simpatizantes norte-americanos.

(b) Ver adiante o gráfico anexo OS ORGANISMOS PRIVADOS INTERNACIONAIS.

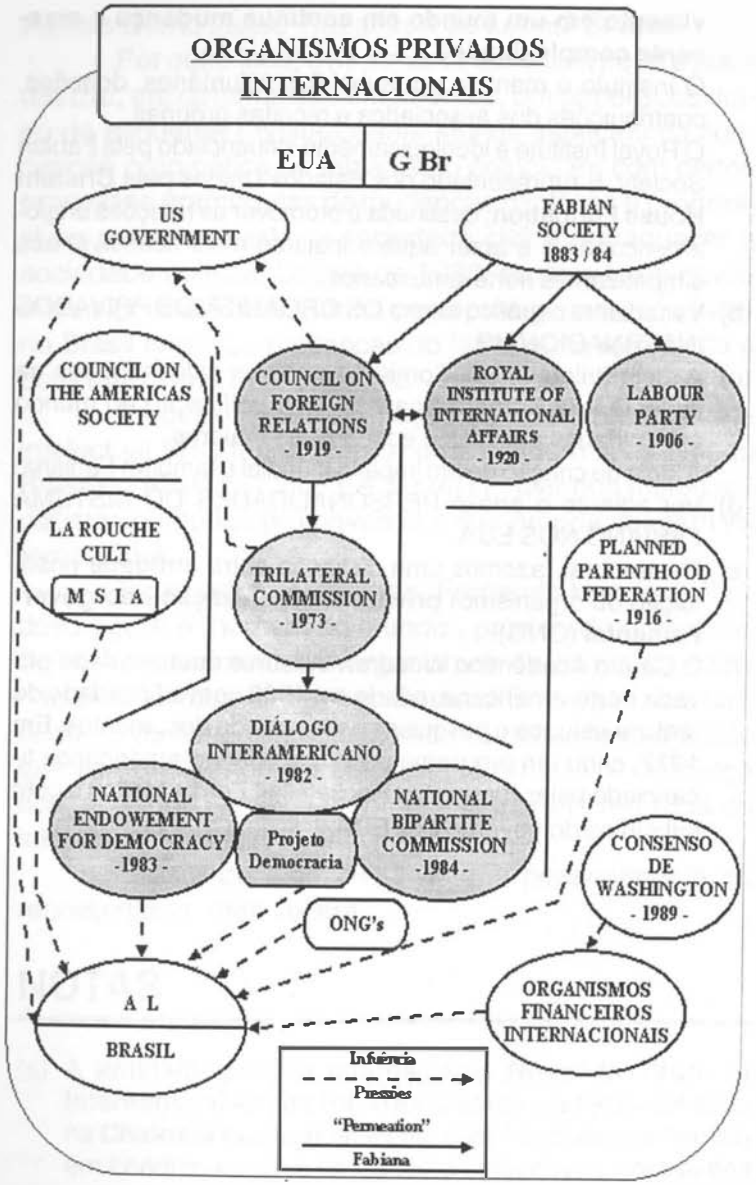
(c) A idéia "trilateral" da Comissão pode ter sido inspirada na sugestão de Bernard Shaw de uma unificação do mundo em unidades políticas e econômicas maiores.

A idéia de criação de um império mundial é também Fabiana.

(d) Ver adiante o anexo PERSONALIDADES DO SISTEMA FABIANO NOS EUA.

(e) Nesta obra, fazemos uma distinção entre **entidade** (instituição ou organismo) **privada** e **organização não-governamental** (ONG).

(f) O Centro Acadêmico Woodrow Wilson é uma entidade privada norte-americana, criada em 1968 com a finalidade de realizar estudos e pesquisas políticas e de documentos. Em 1977, criou um programa de estudos latino-americanos financiado pelas fundações Rockefeller, Ford e Mellon e com subsídios do governo dos EUA.



PERSONALIDADES DO SISTEMA FABIANO NOS ESTADOS UNIDOS

	COUNCIL ON FOREIGN AFFAIRS	TRILATERAL COMMISSION	DIÁLOGO INTERAMERICANO (DI)	COMISSÃO BIPARTIDÁRIA NACIONAL	NATIONAL ENDOWEMENT FOR DEMOCRACY (NED)
DAVID ROCKEFELLER			X	X	
ZBIGNIEW BRZEZINSKI				X	X
HENRY KISSINGER – Secret Est / Nixon	X	X		X	X
CYRUS VANCE – Secret Est / Carter			X	X	X
GEORGE SCHULTZ – Secret Est / Reagan			X	X	X
SAMUEL HUNTINGTON – Ideólogo Trilateral			X	X	X
HOWARD BAKER – Secret Est / Reagan				X	X
ROBERT MCNAMARA – Secret Defesa			X	X	
JIMMY CARTER – Presidente EUA			X	X	
BILL CLINTON				?	
GEORGE BUSH (pai) – Presidente EUA				X	
MacGEORGE BUNDY			X	X	
ELLIOT BICHARDSON			X	X	
PAUL VOLCKER				X	
LANE KIRKLAND	X	X			
JOHN SILBER	X	X			
ABRAHAN LOWENTHAL		X	X		
CARL GERSHMAN	X	X			
RICHARD FEINBERG			X		
LOUIS GOODMAN			X	X	

O CONSENSO DE WASHINGTON

Sergio A de A Coutinho

Consenso de Washington foi a denominação que o economista e pesquisador inglês John Williamson **(a)** do **Institute of International Economics** (IIE) com sede em Washington deu às conclusões a que chegaram os participantes de uma conferência por ele reunida com a finalidade de analisar a crise econômica ocorrida nos países emergentes da América Latina na década de 1980. Os Estados latino-americanos que, até então, tiveram papel decisivo na formulação de um projeto nacional e na realização do desenvolvimento econômico, foram atingidos pela crise e, progressivamente, paralisados pela dívida externa acumulada, pela estagnação e pela inflação.

John Williamson escreveu um artigo que serviu de base para a convocação, em novembro de 1989, de uma conferência que reuniu cerca de 50 pessoas, economistas de diversos países, dentre os quais vários latinos americanos, executivos do Governo e de agências econômicas dos EUA, do Fundo de Reserva Federal, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de membros interessados do Congresso norte-americano.

À primeira vista, pode parecer tratar-se de um conclave conspiratório do imperialismo econômico para dominar os países do Terceiro Mundo, em particular da América Latina. Na realidade, a reunião de Washington tinha por objetivo fazer a avaliação da crise e discutir a formulação de uma política de ajustes e de mudanças na estrutura econômica, recomendáveis para estes países sem qualquer intenção intervencionista.

Logo depois, 1990, as conclusões a que chegaram os participantes da reunião foram publicados pelo Professor Williamson em um livro a que deu o título de *O*

Consenso de Washington.

Entre os economistas e especialistas dos países desenvolvidos há realmente uma opinião coincidente sobre a natureza da crise dos países latino-americanos na época e sobre as reformas necessárias para superá-la. Na conferência de Washington, portanto, verificou-se uma razoável concordância sobre estes pontos. Numa visão comum, as causas fundamentais da crise seriam:

1) **Excessivo crescimento e presença do Estado** na economia, que se expressa particularmente por:
- Protecionismo
- Substituição de importações
- Excesso de regulamentação
- Empresas estatais

2) **Populismo econômico**, manifestado no:
- Atendimento das demandas salariais e paternalismo social
- Déficit público

Em suma, a crise latino-americana teria origem na indisciplina fiscal e no estatismo.

Deste diagnóstico, surgiram as dez recomendações mais ou menos óbvias e coerentes com o pensamento econômico dominante no seminário:

1) **Disciplina fiscal**
- Não mais déficit fiscal

2) **Fim da inflação**
- Estabilidade monetária

3) **Gastos Públicos**
Prioridades:
- Educação
- Saúde
- Investimentos na infra-estrutura
- Fim dos subsídios

Os gastos militares foram tratados como uma prerrogativa inalienável dos governos soberanos, portanto fora do monitoramento da tecnocracia internacional.

4) **Reforma Tributária**
- Ampliação da base de tributação
- Moderação das taxas

5) **Taxa de Juros**
- Determinada pelo mercado
- Competitiva

6) **Taxa de Câmbio**
- Determinada pelo mercado

7) **Política Comercial**
- Liberdade de importação
- Taxas aduaneiras recomendadas, entre 10 e 20%

8) **Investimentos Estrangeiros diretos**
- Ampliação

9) **Privatização**
- Reduzir a presença do Estado na economia
- Eliminar as atividades deficitárias

10) **Desregulamentação**
- Dar flexibilidade à economia

Note-se que nenhuma referência foi feita à dívida externa. Em resumo, o Consenso recomendou basicamente duas coisas: promover a estabilização da economia e reduzir o tamanho do Estado.

A política econômica e as reformas recomendadas pelo Consenso de Washington são orientadas pelos conceitos do capitalismo e do livre mercado, coerentes com o sistema econômico dos países do primeiro mundo; um programa neoliberal adaptado para a América Latina. Do ponto de vista ideológico são a expressão do neoliberalismo e do processo de globalização tornados hegemônicos após a derrocada do socialismo soviético em 1991.

Numa interpretação apressada, as políticas recomendadas parecem imposições. Não o são efetivamente; entretanto o sistema bancário privado e os organismos financeiros internacionais, progressivamente, as foram colocando como condição para a concessão de empréstimos e financiamentos aos países em dificuldade, tornando-se critério de garantia que o agente financeiro credor exige do tomador. Por isto, as esquerdas acusam o FMI de ser instrumento de dominação do imperialismo norte-americano para impor condições de submissão aos países latino-americanos, violando a sua soberania.

Com relação ao próprio Consenso de Washington e apesar das suas boas intenções, pode-se entender que suas recomendações não deixam de ser uma espécie de "ingerência tutelar", um ato de meter o bedelho nos países menos desenvolvidos e fragilizados pela crise econômica.

O Consenso sugere que é suficiente estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la para que o país retome o desenvolvimento. Entretanto não é bem isto que se

tem podido constatar. Países que adotaram as recomendações de Washington ou que as admitiram como condição de empréstimos internacionais, obtiveram êxito na estabilização mas não conseguiram retomar o crescimento econômico. Seja por má aplicação, seja por incompetência, o fato é que o resultado final desejado tem sido frustrado e o insucesso tem-se manifestado pela estagnação e pelos reflexos sociais negativos, particularmente pelo desemprego.

Tudo isto põe em dúvida a pertinência **(b)** e até mesmo a boa fé das recomendações do Consenso, reforçando as interpretações e argumentos das esquerdas que vêem nelas instrumentos de dominação das "oligarquias financeiras globalizadas" e das "potências imperialistas". Esta é uma visão ideológica de propaganda que não corresponde exatamente à realidade mas é uma explicação simplista que impressiona e convence, sem crítica, os patriotas ciosos de sua nacionalidade e frustrados pelos insucessos verificados em duas "décadas perdidas".

Apesar das experiências mal sucedidas, da má fé de certas interpretações e da crença generalizada no clima de conspiração internacional contra os países do Terceiro Mundo, é preciso, em nome do **bom senso**, que se diga que o Consenso de Washington não foi a invenção diabólica de manipulação do poder econômico e político mundial. Não é uma organização clandestina nem foi o instrumento de uma conspiração internacional. Não é o resultado de reuniões de organizações internacionais ou nacionais dos EUA. Não é FMI nem governo norte-americano, **simplesmente é o título de um livro** de conteúdo polêmico.

O Consenso de Washington é o resultado da consolidação de opiniões coincidentes e óbvias do ponto de vista capitalista liberal que se transformaram em recomendações para resolver a crise dos países latino-americanos **(c)**.

As boas intenções dos participantes do seminário reunido pelo Professor John Williamson não produziu resultados completos nos países que os adotaram **(d)**, seja pela incompetência dos governos, seja pelo irrealismo das pretensiosas recomendações do Consenso de Washington. Ou pelas duas coisas juntas. O que não se pode daí deduzir é que o socialismo ou inversamente o nacionalismo exacerbado possa ser uma boa alternativa.

Quem sabe se um **projeto nacional** criativo, inteligente, racional, e despreconceituoso não seria uma solução mais eficaz?

NOTAS

(a) O professor Williamson já residiu no Brasil; é casado com uma brasielira e tem um filho também brasileiro; fala bem o português.

(b) Em entrevista ao jornalista Boris Casoi, no seu programa de TV Passando a Limpo de 30 de agosto de 2003, o professor Williamson disse que as recomendações do Consenso de Washington, na verdade, não foram completas, deixando de considerar alguns aspectos importantes da economia dos países latino-americanos.

(c) "Vale lembrar que o Consenso do Washington não é obra de estadistas, por mais que se veja nele uma conspiração neoliberal. Foi resultado, sim, das observações de um acadêmico americano, preocupado com estratégias que pudessem por fim à inflação crônica de vários países, entre eles o Brasil. Defendeu a estabilidade da economia através de austeridade fiscal e monetária. E, por óbvio, tornou-se consenso e deu bons resultados". (Editorial, Jornal do Brasil, 19 de outubro de 2003).

(d) Na mesma entrevista a Boris Casoi, o professor Williamson disse que o Chile foi o único país, que seguindo as recomendações do Consenso de Washington teve êxito econômico.

O MOVIMENTO POLÍTICO DE LA ROUCHE

Sergio A de A Coutinho

O cidadão norte-americano Lyndon H. La Rouche Jr lidera um empreendimento de amplitude internacional, cujas idéias e maneira de operar assemelham-no a uma entidade radical. Alguns dos seus opositores e críticos identificam o movimento que dirige como uma espécie de seita ou culto político-ideológico.

O empreendimento não possui propriamente uma expressão ideológica declarada. Sua atitude e pregação se baseiam em alegadas elaborações conspiratórias internacionais das oligarquias econômicas dos Estados Unidos da América em conluio com as da Grã-Bretanha, para fundação de um império mundial permanente de língua inglesa, com a eliminação dos demais Estados nacionais soberanos.

Na explicação deste projeto internacionalista, a conspiração anglo-americana se torna fantástica quando La Rouche revela que nela está incluída *a idéia de Waffen – SS – internacionais como sucessoras das legiões romanas para o estabelecimento de um império mundial permanente, sem Estados soberanos. (...). E já começamos o caminho de criação do império mundial de língua inglesa na qual os Estados nacionais deixam de existir e as agências supranacionais, controladas principalmente pelos anglo-americanos, teriam o poder (EIR, Jun/Jul 2001)* **(a)**.

La Rouche faz a interpretação dos fatos históricos e dos acontecimentos contemporâneos com base em uma trama internacional de interesses políticos e econômicos, tudo explicado no contexto de uma assustadora "Teoria da Conspiração **(b)**.

Esta atração de La Rouche pela "teoria da conspiração" teria antecedente no crédito que consta ter atribuído ("*grande fundo de verdade*") ao livro PROTOCOLO DOS SÁBIOS DO SIÃO, cuja autenticidade é duvidosa e foi refutada por um tribunal suíço na década de 1930.

Com relação ao seu próprio país, La Rouche acredita que há dois Estados Unidos: um "*é o belo farol de esperança e templo de liberdade dos pais fundadores, de Lincoln e Martin Luther King*"; tradição que diz representar hoje. O outro EUA "*é a tradição do Império Britânico, da Confederação, do escravismo, da idéia de dominar o mundo através do império mundial*" (EIR, Jun/Jul 2002). La Rouche não revela como pretende mudar este quadro, ficando apenas na orquestração de denuncias e acusações que passam a ser o fundamento doutrinário e o motivo de permanência da sua organização política.

A entidade de La Rouche abrange um grande e complexo conjunto de organizações, institutos, comitês e fundações que atuam na difusão das idéias do seu fundador. Este sistema também se encarrega de gerar recursos financeiros com atividades comerciais, particularmente editoriais, com arrecadação de contribuições privadas e com a obtenção de empréstimos de pessoas físicas. Estes recursos não só financiam as atividades do sistema, mas também sustentam o seu líder e membros do numeroso quadro de militantes.

A grande rede de organizações de frente da complexa entidade internacional abrange unidades de diversas naturezas; umas são empresas e outras aparelhos privados de sustentação (difusão ideológica, propaganda e obtenção de recursos):

- Campaigner Publications, Inc (c);
- Caucus Distributors, Inc (c);
- New Benjamin Franklin House, Publishing Co;

- Premiere Services;
- Fusion Energy Foundation (c);
- The Club of Life;
- Schiller Institute;
- PM – Printing;
- International Caucus of Labor Committees;
- Hamilton Systems Distributors, Inc;
- Executive Intelligence New's Service;
- John Marshall Distributors, Inc;
- MMW Publications;
- Lafayette / Leesburg Ltda, Partners hip;
- Mid-West Circulation Corporation;
- Publication General Management;
- Publication Equities;
- Republic Security Services;
- Southeast Political Literature Sales;
- Word Comp.

Além das organizações, a entidade política de La Rouche possui publicações diversas:

- Executive Intelligence Review – EIR (a);
- EIR News for London County;
- Meddle East Insider;
- The New Federalist;
- 21st Century Science Technology.

* * *

A atuação da entidade La Rouche pode ser vista em três fases:

- 1960 (Aprox) a 1973
- 1973 (Aprox) a 1989
- 1989 aos dias atuais

• Fase 1960-1973

Na década de 1960, La Rouche foi um ativista estudantil, atuando numa organização de esquerda radical, Students for Democratic Society, junto à Universidade de Colúmbia no estado de Nova Iorque.

Esta foi a época da rebeldia dos estudantes no mundo todo, inclusive nos Estados Unidos, onde aderiram às palavras de ordem do comunismo internacional contra a presença americana na guerra do Vietnã. É interessante notar que, mesmo depois de ter mudado suas posições ideológicas a partir de 1970, La Rouche raramente faz declarações claramente contrárias ao comunismo e as esquerdas.

• Fase de 1973 a 1989

Este período vai desde o fim da Guerra do Vietnã (janeiro de 1973) até o processo judicial e condenação de La Rouche (janeiro de 1989) por fraude financeira e fiscal.

A partir dos anos de 1970, La Rouche, mudou suas posições assumindo uma linha política confusa e mal definida, com afirmações que abrangiam pontos de vista que iam da esquerda radical à direita extremada; para muitos de feição fascista.

Nesta época a atuação da entidade se dirigiu principalmente para campanhas anti-AIDS e antidrogas e para as tentativas de La Rouche se inserir na política do seu país.

Desde o início da sua atividade pública, mais do que realizar um objetivo político, fez-se notável pelas denúncias de espantosas conspirações internacionais, desenvolvendo assim sua promoção pessoal. Por exemplo, Jimmy Carter estaria envolvido no terrorismo internacional. Henry Kissinger, Secretário do Estado, e o Vice-Presidente Walter Mondale seriam agentes da KGB.

Nas campanhas contra as drogas e prevenção da AIDS, ele e seus seguidores produziam as mais fantásticas acusações e denúncias contra autoridades e personalidades norte-americanas e internacionais. Dentre outras coisas alegavam que judeus influentes, o FMI, banqueiros internacionais, os serviços de inteligência ingleses e israelenses faziam parte do narcotráfico mundial, chefiado pela Rainha da Inglaterra. O FMI seria o responsável pelo desenvolvimento do vírus HIV. Essa gente e o cartel internacional da droga na Suíça teriam usado o combate ao mosquito em certos países para espalhar o vírus da AIDS no mundo.

La Rouche se lançou candidato à Presidência dos Estados Unidos em quatro oportunidades (1976, 1980, 1984, 1988) pelo seu pequeno partido US Labor Party (já extinto), concorrendo às primárias pelo Partido Democrata.

Até 1984, a entidade de La Rouche agia como uma agência de obtenção e difusão de inteligência. A partir de então, as organizações integrantes se transformaram num aparato de contínua obtenção de fundos e recursos financeiros. Esta nova feição operativa acabou por levar a entidade e seus integrantes ao escândalo. Em 1987, La Rouche foi processado por estelionato, sonegação de impostos e obstrução da justiça em mais de uma instância da justiça federal dos EUA. O seu movimento político havia conseguido contribuições e tomado empréstimos financeiros privados estimados em cerca de US$ 30 milhões, com a alegada finalidade de financiar as campanhas políticas de La Rouche, as promoções de prevenção e tratamento da AIDS e de combate às drogas, bem como de custear as atividades de suas organizações. O processo foi iniciado pelas denúncias das pessoas lesadas, cujos empréstimos não foram remunerados como prometido e muito menos devolvidos, salvo para as pes-

soas importantes e influentes que poderiam criar problemas para a entidade.

Em janeiro de 1989, Lyndon La Rouche foi condenado a 15 anos de prisão. Igualmente, seis colaboradores foram também condenados a penas diversas. La Rouche se disse perante a Corte vítima da maquinação de membros comunistas do governo e de personalidades ligadas ao narcotráfico internacional. Declarou ainda que havia uma conspiração do serviço de inteligência britânico para assassiná-lo na prisão. De qualquer modo, não cumpriu integralmente a pena a que foi condenado, beneficiado por recursos e disposições legais. Em janeiro de 1994 foi solto na situação de liberdade condicional.

• Fase Atual a partir de 1989

Mesmo com a prisão de La Rouche as organizações e membros de sua entidade política continuaram ativas, principalmente pelo trabalho de sua esposa Helga Zepp–La Rouche, de nacionalidade alemã e presidente executiva do Instituto Schiller. Esta organização foi criada em 1984 com a finalidade de "*impedir o divórcio da Europa Ocidental e dos Estados Unidos*". Efetivamente, é um órgão de propaganda e de difusão das idéias de La Rouche.

Com a queda do Muro de Berlim (1989) e o colapso da União Soviética (1991), o foco da Teoria Conspiratória de La Rouche mudou. A partir de então os alvos das denúncias passaram a ser a Nova Ordem Mundial "de Bush" e a crise financeira mundial numa economia globalizada, tudo interpretado sob a ótica da conspiração do "Establishment" anglo-americano e da criação do império mundial sob a liderança dos Estados Unidos.

Segundo La Rouche, a Nova Ordem Mundial de Bush se caracteriza por três aspectos ou objetivos principais da oligarquia anglo-americana:

- Conceito de soberania limitada e fim dos Estados nacionais;
- Desmantelamento das forças armadas dos países do Terceiro Mundo;
- Sistema de livre mercado internacional.

Com relação à idéia de império mundial, La Rouche afirma que os Estados Unidos pretendem "*perpetuar-se no poder por meio da estratégia de guerras perpétuas para estabelecer um novo império romano anglófono, sobre as ruínas dos Estados nacionais subjugados*".

A crise financeira mundial não é muito nitidamente discutida por La Rouche, que simplifica as causas e exagera as implicações. O ex-operador de computador é tido por seus seguidores como um grande economista. Entretanto, suas teorias pessimistas não são levadas muito a sério. Usa-as para respaldar e difundir suas idéias e fundamentar interpretações dos fatos políticos e sociais nacionais e internacionais segundo suas conveniências. Seus argumentos e previsões catastróficas são geralmente desenvolvidos com base em afirmações fantasiosas e contidas num clima conspiratório, envolvendo a participação deliberada de personalidades, agências transnacionais e governos, tudo relacionado com complicadas tramas e interesses ocultos. Para ele, os vilões da bancarrota mundial são o FMI, demais agências financeiras internacionais e a globalização. As medidas de austeridade e de estabilização impingidas aos países do Terceiro Mundo, em particular da América Latina, pelo FMI ferem as suas soberanias, estimulam a subversão comunista e aumentam o desemprego; principalmente são um meio para destruir o Estado nacional soberano. Esta teoria também faz crer que a dívida externa dos países é a raiz de todos os problemas da América Latina. La Rouche se diz líder mundial contra a globalização.

• Atividades de La Rouche na América Latina e no Brasil

Os contatos internacionais iniciais de La Rouche foram tentados na Índia, Turquia e Itália. Com relação à América Latina, as primeiras referências se fazem em 1974, denunciando uma conspiração anglo-americana contra a soberania dos países do Continente. Fazia então citação de uma política do Presidente Carter de controle da natalidade, plano para esterilizar as mulheres nos países subdesenvolvidos para reduzir os nascimentos e as populações como via para impor a dominação sobre estes países. Nesta época, realmente apareceu no Brasil uma ONG denominada **Bem Estar Familiar** (Bemfam) promovendo o planejamento familiar e o controle da natalidade. Foi acusada de proceder a esterilização generalizada de mulheres pobres. A Bemfam recebia recursos financeiros da ONG ***Internacional Planned Parenthood Federation*** – IPPF **(d)**. Mais tarde, nos anos de 1980, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro instalou uma CPI para investigar a atuação da Bemfam no Estado. Na oportunidade, o jornalista mexicano da Executive Intelligence Review, Lorenzo Carrasco, declarou que "*documento reservado do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, afirma a participação do Governo americano e de entidades particulares daquele país nos programas de redução da natalidade em 13 países do Terceiro Mundo nas últimas décadas*". Henry Kissinger teria sido um dos artífices desse trabalho.

Ainda em torno de 1974, La Rouche referiu-se a uma denominada "Tese de McNamara" que propunha a criação de uma força interamericana para substituir as forças armadas na América Latina.

La Rouche começou a atuar mais efetivamente a partir de 1982, quando foi recebido pessoalmente pelo Presidente do México Lopez Portillo. A ocasião coincidia

com a Guerra das Malvinas e o início da crise da dívida externa dos países do Continente. Em setembro de 1982, o governo do México havia decretado unilateralmente a moratória do pagamento da sua dívida externa, marcando o início da chamada crise da dívida **(e)**.

Para La Rouche, a Guerra das Malvinas "*não era apenas um conflito pelas ilhas, mas que fora provocada por interesses financeiros anglo-americanos cada vez mais desesperados pela bancarrota do sistema financeiro mundial*".

Esta afirmação parece ser fantasiosa, pois historicamente é sabido que a iniciativa da invasão das Ilhas Malvinas foi da Argentina. A explicação corrente para tal ato de guerra (inclusive as esquerdas nacionais e internacionais também assim propalam) é que foi uma tentativa do governo militar de unir o povo argentino e desviar sua atenção dos problemas políticos e econômicos internos.

Continuando a fazer revelações sobre a conspiração contra estados nacionais latino-americanos, La Rouche coloca-se como defensor da soberania destes países e contra os planos de desestabilização a que estariam submetidos pelo "Establishment" anglo-americano, com a participação direta do Governo dos Estados Unidos. Logo depois de sua visita ao Palácio de Los Piños no México, em 1982, La Rouche propôs, como resposta à conspiração o "calote coletivo" dos países ibero-americanos: "*que visassem o ponto mais vulnerável das pretensas potências coloniais: o sistema financeiro*". Os países unidos deveriam decretar a moratória conjunta do pagamento da dívida externa e criar o mercado comum ibero-americano.

Em 1984, La Rouche foi recebido também pelo Presidente Raul Affonsin da Argentina.

Na sua pregação política, La Rouche apela para os sentimentos nacionalistas de políticos e militares (al-

vos prediletos do seu proselitismo), dirigindo-os para uma disposição antiamericana e chauvinista. As denúncias de uma conspiração anglo-americana que ameaça a existência soberana dos estados nacionais plantam a desconfiança, o temor e uma atitude de hostilidade emocional e cívica contra os EUA, agravando as frustrações decorrentes das próprias dificuldades políticas, econômicas e sociais.

O movimento político de La Rouche com sede nos Estados Unidos se projeta na América Latina por meio de visitas, conferências, publicações e de algumas organizações criadas nos países-alvo, principalmente na América Central, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Argentina e Brasil.

Os organismos principais de propagação de suas idéias na Íberoamérica são os Partidos Laborais, especificamente na Colômbia, México, Peru e Venezuela. Não são partidos autenticamente nacionais mas braços das organizações de La Rouche: Internacional Caucus of Labor Communities (ICLC) e Latin América Executive Communities.

O **Movimento de Solidariedade Ibero-americano** (MSIA) foi criado como parte da complexa entidade La Rouche (1992) na América Latina particularmente no México, Colômbia, Brasil e Argentina. Relacionou-se com o Movimento de Identidade Nacional e Internacional Ibero-Americana (MINEII) fundado pelo Coronel Mohamed Ali Seineldim, condenado a prisão perpétua por ter chefiado um levante armado nacionalista contra o Presidente Carlos Menen **(f)**.

No Brasil, o movimento La Rouche não fundou um partido laborista, possivelmente por não haver espaço político para tal. Entretanto, aproximou-se do Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA), partido de centro-direita, nacionalista, cujo presidente e fundador é o Dr Enéias Ferreira Carneiro. As esquerdas no Brasil o

têm estigmatizado como líder de extrema direita por suas posições ortodoxas de defesa da ordem social e da probidade. La Rouche possivelmente vê no PRONA e no seu líder uma via de difusão de seu discurso no País, onde o movimento só dispõe de um pequeno escritório de representação no Rio de Janeiro. Geraldo Luis Lino e Dennis Small são representantes da MSIA no Brasil.

Lorenzo Carrasco, jornalista mexicano e membro do Partido Laboral Mexicano (Marivilia Carrasco, presidente do Partido, é sua irmã) e Silvia Palácios, também mexicana, estão há muito tempo radicados no Brasil e têm filhos brasileiros. São representantes da entidade política de La Rouche no País, membros do comitê executivo da MSIA e correspondentes da publicação Executive Intelligence Review (EIR).

São muito ativos e insinuantes, procurando aproximações com políticos e, em particular, com militares brasileiros, tanto da ativa como da reserva. Já participaram de atividades na Escola Superior de Guerra (ESG) e como painelistas no Simpósio sobre "As Lições da Guerra no Golfo", na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Junho de 1991).

Em 1991, a entidade La Rouche lançou nos Estados Unidos uma campanha contra a realização da conferência sobre meio ambiente denominada Rio-92 programada para o Rio de Janeiro no ano seguinte. Segundo alegava, a Rio-92 seria um pretexto para os países ricos fazerem a "internacionalização da Amazônia". A campanha foi lançada no Clube Nacional de Imprensa em Washington com o propósito de impedir a realização da conferência. Em seu lugar propunha uma reunião para discutir a " nova ordem econômica" com base na igualdade dos Estados nacionais soberanos.

O jornalista Lorenzo Carrasco foi o principal orador. Acusou o Secretário de Meio Ambiente brasileiro José Lutzemberg de receber dinheiro da entidade britânica Gaia

Fundation para defender a preservação da Amazônia. Lutzemberg teria sido nomeado por indicação do Príncipe Charles. Segundo ainda Lorenzo Carrasco, a Rio-92 "*tem como objetivo central impor às nações, que ali estão representadas, a nova ordem mundial inaugurada sangrentamente pelo Presidente George Bush e seus aliados no holocausto contra o Iraque*". O jornalista mexicano expôs também suas teses sobre a Rio-92 e sobre a Internacionalização da Amazônia na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em agosto de 1991.O relatório da CPI assim se referiu às suas declarações àquele foro de investigação, sem as comentar:

> "O jornalista Lorenzo Carrasco trouxe à CPI uma infinidade de denúncias quanto à atividade de entidades transnacionais de inspiração anglo-americana que pretendem subjugar os países do Terceiro Mundo sob a orientação da chamada nova ordem internacional, da qual a Guerra do Golfo seria a primeira manifestação. Denuncia a intenção anglo-americana de reduzir as forças militares nacionais, e instituir o apartheid tecnológico entre outras medidas neo-imperialistas." (Diário do Congresso Nacional, 22 Fev 1994).

A presença em importantes eventos oficiais no Brasil mostra o ativismo e a capacidade de penetração dos representantes do movimento de La Rouche no País.

De 11 a 15 de junho de 2002, ocorreu uma visita a São Paulo de Lyndon La Rouche e de sua mulher Helga

Zepp-La Rouche. Não realizaram contatos com autoridades federais, que não lhes seriam simpáticas pela linha ideológica fabianista que adota o Presidente FHC. Aliás os seguidores de La Rouche acusam FHC de ser submisso aos planos do "Establishment" anglo-americano.

Entretanto realizaram muitos contatos com personalidades civis e militares da reserva nacionalistas e, em geral, antiesquerdistas e antiamericanistas.

Uma série de palestras e encontros foi realizada em São Paulo pelo casal La Rouche e por outros ilustres conferencistas, eventos organizados em conjunto pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra/São Paulo (ADESG/SP) e pela Executive Intelligence Review (EIR). Na Câmara Municipal, o visitante recebeu o título de cidadão paulistano, homenagem de iniciativa da vereadora Hevanir Nimtz do PRONA. Palestras foram proferidas no Parlamento Latinoamericano, na Associação Comercial de São Paulo e no Centro de Estudos do Tribunal criminal de São Paulo.

Além do Dr Enéas F. Carneiro, presidente do PRONA, duas outras ilustres personalidades convidadas, um militar da reserva e um membro do Congresso Nacional, proferiram também palestras sobre os temas trazidos pelo visitante. Embora tratando com atenção os pontos de vista de La Rouche, ambos, nas respectivas áreas de cogitação, fizeram alguns reparos às afirmações e interpretações por ele apresentadas.

O último evento desta visita de La Rouche, foi a sua rápida participação na 5ª Reunião Brasil-Argentina – A Hora da Verdade – organizada conjuntamente pelo Movimento de Solidariedade Ibero-Americano (MSIA) e o Movimento de Identidade Nacional e de Integração Ibero-Americano (MINEII), dirigida pelo Coronel Mohamed Ali Seineldin. Esta foi a primeira oportunidade em que o MSIA se reuniu em âmbito nacional.

* * *

Não é nosso objetivo fazer um juízo de valor sobre a entidade política de La Rouche, mas apenas descrevê-la tão precisamente quanto possível. Afinal de contas é mais um movimento internacionalista presente no Brasil.

Sua atitude ostensiva é de oposição a um "Establishment anglo-americano" que diz estar ligado à oligarquia financeira e ao narcotráfico internacionais, e que tem um projeto de império mundial sob domínio dos EUA. Na prática, a militância de La Rouche é dirigida contra o seu próprio país e suas acusações o aproximam da apostasia cívica. Por que e para que? Além do mais, apresenta-se na América Latina como paladino da soberania dos Estados nacionais, cuja existência afirma estar ameaçada de destruição pelo "Establishment". A sua pregação tem efetivamente provocado a hostilidade e o sentimento antiamericanista, sem qualquer crítica, em um amplo segmento de intelectuais brasileiros, particularmente entre políticos, militares, diplomatas, professores e empresários.

O sentimento de exacerbado nacionalismo com a exaltação dos valores de soberania nacional e de integridade territorial, acabarão criando certa "sintonia" com palavras-de-ordem de anticapitalismo e anti-imperialismo da esquerda revolucionária. As afinidades de posição contra os EUA poderão levar os nacionalistas dogmáticos ao "consenso" com as esquerdas revolucionárias. O fato é que o chauvinismo antiamericano pode propiciar a formação de uma aliança político-social entre "burgueses" e revolucionários com indesejadas conseqüências para o país. Um simples incidente internacional poderá ser o fato desencadeador do **bloco histórico**, "união dos contrários".

Um questionamento, que pode vir associado às perguntas do por quê e para quê do movimento, é o da origem dos recursos financeiros que sustentam o empreendimento e o numeroso quadro de militantes. Os processos judiciais de 1987 a 1989 que acabaram em condenação de La Rouche e de outros membros do movimento, deixam alguma dúvida quanto à finalidade do seu empreendimento.

• A Espantosa Conspiração Mundial

A maquinação anglo-americana que La Rouche denuncia não saiu simplesmente da sua imaginação, mas de uma interpretação pessoal da história, bastante discutível, e de fatos reais que ele relaciona com outros de forma nem sempre pertinente. Deste modo, as suas teses políticas se apresentam como uma fantástica e continuada conspiração internacional.

Transcrevem-se adiante algumas declarações e afirmações do líder e de seus seguidores. Devem ser lidas com atitude crítica quanto à coerência histórica, à lógica política, à racionalidade do argumento e ao bom-senso. Esta posição intelectual é indispensável para se fazer uma avaliação independente da sua concepção políto-ideológica e dos seus objetivos, pois algumas referências são fantásticas e outras parecem fantasiosas.

* * *

"Claro que ela (a Rainha Elisabeth II) está distribuindo drogas (...) isto em termos de responsabilidade: como chefe de uma quadrilha que está distribuindo drogas; ela sabe que isto está acontecendo e não está fazendo nada para impedi-lo" (Entrevista à NBC, "First Camara", Março 1984).

* * *

"A Monarquia Britânica, desde a virada do século (XX), esteve no centro do

complexo de instituições usadas para concretizar a Revolução Bolchevista" (EIR, Março 1986).

* * *

"O Senador Joseph Mc Carthy era amplamente controlado por três expressões da rede britânica: a família Kennedy (parvenus to the clivedon set and the British Fabian Society) na pessoa de Robert Kennedy, a família Buckley (...) e o Sionismo (...)" (New Solidarity, Jul 1978).

* * *

"Henry Kissinger, desde o início dos anos de 1950, foi um agente britânico e traidor dos Estados Unidos. Kissinger subverteu os EUA; tentou destruir as instituições políticas e os governos constitucionais estabelecidos, para comprometer a economia americana. Por estes crimes, Henry Kissinger é condenável por traição" (Campaigner Special Report 13, 1978).

* * *

"La Rouche atribuiu a responsabilidade principal pelo complô para assassinar Indira Ghandhi a uma facção da Inteligência Britânica... . Mas o trabalho foi efetivamente realizado por ordem da União Soviética" (New Solidarity, Nov 1984).

* * *

"Embora o atentado à vida da Primeira Ministra Gandhi (...) seja orquestrada por conta de Moscou, o terrorismo Sihi não funcionaria tão eficazmente, como tem demonstrado, sem a estreita cooperação do FBI, do Departamento de Estado dos EUA e do Ministério dos Assuntos Externos do Canadá" (EIR, Set 1985).

* * *

"Numa íntima divisão de trabalho, o Departamento de Estado dos EUA, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Liga Antidifamação (ADL) da B' nai B' rith desenvolveram uma combinação para ajudar a economia de Israel com apoio da Dope, Inc, cartel do narcotráfico" (EIR, Mar 1985).

* * *

"Com esta política, Alfonsin e seus amigos socialistas se propõem a dar o golpe de misericórdia a qualquer setor ou instituição nacionalista que se oponha ao "condomínio" que Washington tem arranjado com Moscou e que destina as nações subdesenvolvidas à lata do lixo" (EIR, Jul 1989, artigo de Cynthia Bush).

* * *

"A resposta (razão da prisão do Cel Seineldin) não está em Menen, mas em

seus padrinhos do "establishment" anglo americano, cujos objetivos políticos respondem ao acordo global de compartilhar o poder com Gorbatchov e os soviéticos" (EIR, Jul 1991, artigo de G Small e D Small).

* * *

"A política de desmantelar as instituições militares está em marcha há muitos anos. Nos anos de 1980 foi imposta pelo projeto Democracia de Henry Kissinger e Oliver North, (...)
(...) A preparação para uma nova era de cooperação entre as superpotências e de política econômica e internacionalista, tipo Fundo Monetário Internacional" , exige a reestruturação das instituições militares iberoamericanas sob a supervisão norte-americana e a criação de uma nova cultura política civil" (EIR, Jul 1991, artigo de G Small e D Small).

* * *

"Que conclusões pode tirar a história sobre um grupo de funcionários e assessores americanos que promoveram insurreições comunistas e guerra civil em países decisivos para combater a influência soviética na região, por exemplo Panamá e México (...)?" (EIR, Jul 1991).

* * *

"Hoje temos um novo conceito de política militar nos Estados Unidos (...); mas poder-se-ia traçar, de uma maneira imediata, o exemplo das "Waffen-SS", a idéia de uma "Waffen-SS" internacionais como sucessoras das legiões romanas para o estabelecimento de um império permanente, sem Estados nacionais soberanos (...)"
"Depois que Eisenhower, o último representante da tradição militar americana, saiu da Presidência, (...) que se passou ao redor do mundo? O que aconteceu na Inglaterra onde o governo caiu com a armação de um escândalo e assumiu o tipo terrível de Harold Wilson que iniciou o processo de destruição da civilização ocidental, por dentro, no campo econômico. Depois houve o atentado contra a vida de Charles de Gaule, que, à sua maneira, havia adotado a política de defesa estratégica. Houve ainda o assassinato de Érico Mattei da Itália. Houve o assassinato do Presidente Kennedy que faz parte do mesmo processo. Tivemos a expulsão de Adenauer do governo da Alemanha, para dar lugar a uma nova política.
Mais tarde, em 1965, tivemos a remoção de Erhard do governo alemão em outro golpe-de-estado(...).
Logo tivemos a Guerra da Indochina, a Guerra do Vietnã que é uma mudança fundamental na política militar (...).
E começamos o caminho na criação do império mundial de língua inglesa, em

que os Estados nacionais deixam de existir e as agências supranacionais, controladas principalmente pelos angloamericanos, teriam o poder mundial" (EIR, Resumo Executivo, Jul 2002).

* * *

"(...) La Rouche apresentou (...) o quadro de desintegração do sistema financeiro mundial e as tentativas da facção "utopista" anglo-americana de perpetuar-se no poder por meio de uma estratégia de "guerras perpétuas" para estabelecer um novo Império Romano anglófono sobre as ruínas dos Estados nacionais subjugados" (EIR, Resumo Executivo, Jul 2002).

* * *

"Em 1936 entrou um novo fator a conformar esta política [de Roosevelt]. Os britânicos que inicialmente colocaram Hitler no poder na Alemanha, com a intenção de que este fizesse guerra contra a União Soviética, para que logo os britânicos e franceses lhe caíssem sobre a sua retaguarda; subitamente descobriram que o Estado-Maior alemão havia convencido Hitler de atacar o Ocidente primeiro.
Daí os britânicos fizeram duas coisas: destituíram o rei pró-nazista, Eduardo VIII, para se aliarem aos americanos"

(EIR, Resumo Executivo, Jul 2002).

* * *

"A política que se desenvolveu dentro da instituição militar e de outras em torno da monarquia britânica e em torno da Wall Street nos Estados Unidos foi a de usar as lições das Waffen-SS para criar um exército profissional (...), para criar um império de língua inglesa no transcurso de uma ou duas gerações" (EIR, Resumo Executivo, Jul 2002).

* * *

"Durante o período posterior a 1971, houve uma mudança radical na atitude dos EUA com respeito às nações das Américas em particular e, igualmente, à África ao sul do Saara. Kissinger disse isso de forma muito clara em 1974 (...)."
"Os interesses fundamentais dos EUA são os seguintes: no Hemisfério Sul há recursos naturais imensos. Se permitirmos que as populações da África, do Centro e Sulamérica cresçam, esta gente se desenvolverá tecnologicamente e usará os recursos naturais que têm em seu próprio território. E, quando chegarmos para roubar estes recursos, já não estarão lá" (EIR, Resumo Executivo, Jul 2002).

* * *

"(...) aí incluída a variante neocolonialista que os britânicos e os pagãos do mesmo naipe (como os príncipes Philip e Charles), da família real britânica, promotora do culto a Gaia, a mãe de Satanás, pretendem impor ao mundo" (O Complô, pág 14).

* * *

"O projeto de desmembrar o Brasil provém da inteligência colonial britânica, (...), o que outorgaria à oligarquia reunida em torno da decadente Casa de Windsor uma vantagem estratégica na restauração do poder mundial (...)" (O Complô, pág 24).

* * *

"O comunismo está morto, o que deixa como única potência mundial a combinação anglo-americana: a inteligência britânica no comando da força estadunidense" (O Complô, pág 29).

* * *

"Um é o conjunto de axiomas adotados pelos que dirigem a política atual do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do imperialismo britânico, os que impelem a extensão maçônica estadunidense do imperialismo britânico, o Rito Escocês da Maçonaria, pelo menos nos níveis superiores, e católicos corruptos dos Estados Unidos, que são parte do mesmo esquema" (O Complô, pág 11).

* * *

"(...) hoje, um dos principais instrumentos da estratégia desmilitarizadora é o fomento de insurgência terroristas na Ibero-América" (O Complô, pág 21).

* * *

Este livro estava prestes a ser editado, quando nos chegou número do boletim "Solidariedade Ibero-Americano" (2ª quinzena de agosto de 2003) dirigido por Silvia Palácios. Por ele ficamos sabendo que o "Movimento de Solidariedade Ibero-Americano comunica o seu desligamento da organização política de Lyndon LaRouche" acrescentando que o movimento continuará suas atividades no México, Brasil e Argentina.

No mesmo boletim, os editores da Executive Intelligence Review (EIR) declararam que os ex-correspondentes ou colaboradores do EIR, Marivilia Carrasco (México), Lourenço Carrasco e Silvia Palácios (Brasil), Geraldo Terán e Diana Olaya de Terán (Argentina) e Angel Palácios (México) não estão mais associados à Executive Intelligence Review e organizações políticas associadas a Lyndon LaRouche. *"Estes ex-colaboradores romperam com ele, política e filosoficamente, em torno do tema substantivo da contínua exposição pública que LaRouche vem fazendo desde 1984 do* ***sinarquismo*** (grifo nosso) *o nome formal para o faxismo universal"*.

Nesta declaração, aparece novamente os argumentos próprios da **"teoria da conspiração"** adotada por LaRouche e seus seguidores para explicarem um complô

mundial das oligarquias anglo-americanas.

"Foi o mesmo sinarquismo, hoje associado a Cheney (Vice-Presidente dos EUA), que criou os governos fascistas da Itália, Alemanha, Espanha, França de Vicky e de Laval e outros, que tentaram conquistar o mundo sob a liderança de Adolfo Hitler. Estes sinarquistas estão mobilizados pelo Partido Nazista de Hitler por intermédio da Espanha de Franco, usaram seus canais no México para uma maciça penetração da América do Sul. Esta rede sinarquista, construída ao redor de uma ***cabala maçônica*** *oculta, continuou a operar nas Américas mesmo após a derrota nazista com componentes de* ***direita e esquerda*** *e está crescentemente ativa na atualidade".*

Com o rompimento do movimento de LaRouche com seus colaboradores no Brasil, ficam as dúvidas quanto ao seu futuro na América Latina e no País (quem o representará aqui?) e o do Movimento de Solidariedade Ibero-Americano (MSIA). Seus membros afirmam que o movimento continuará independentemente. Para que e com que meios?

NOTAS

(a) A publicação Executive Intelligence Review (EIR) é também editada em língua espanhola com o nome de EIR – Resumen Ejecutivo; circula no Brasil.

(b) Teoria da Conspiração é um tipo de especulação que atribui aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais explicações ligadas a uma trama ou jogo de interesses inconfessáveis de protagonistas ostensivos ou ocultos. Consiste em fazer relações entre fatos disparatados. Freqüentemente recorre à "petição de princípio" para demonstrar sua tese. Esta "teoria" é muito usada para impressionar as pessoas em geral ou grupos específicos.

(c) As organizações empresarias Campaigner Publications Inc, Caucus Distributors Inc e Fusion Energy Fundation foram judicialmente liquidadas em 1987 para pagamento de multas federais por atividades irregulares no valor de cerca de US$ 16 milhões.

(d) A Planned Parenthood Federation of América atua em âmbito mundial e afirma que "a mulher deve ser dona de seu próprio destino". A organização foi fundada em 1916 por Margaret Sanger.

(e) O Presidente José Sarney também decretou a moratória do pagamento da dívida externa brasileira, criando dificuldades políticas e econômicas para o país e para seu governo (1985-1990).

(f) Seineldim teve a pena indultada em maio de 2003; está em liberdade.

AS RECORRÊNCIAS FABIANAS DA TEORIA CONSPIRATÓRIA DE LA ROUCHE

Sergio A. de A. Coutinho

O conteúdo central da tese política do economista e, digamos, cientista político norte-americano Lyndon H. La Rouche Jr. se resume numa conspiração internacional que ele atribui ao "Establishment anglo-americano" (a oligarquia financeira mundial) que pretende criar um império mundial, anglófono.

Esta teoria conspiratória se completa com afirmações correlatas tais como: o envolvimento direto do Governo dos Estados Unidos na condução do projeto imperial, o desmantelamento das forças armadas nacionais e neutralização da Igreja Católica, dominação por meio do controle da natalidade e demográfico (esterilização das mulheres), subordinação aos organismos econômicos e financeiros mundiais, internacionalização ou desmembramento de áreas territoriais sob alegações de defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e das populações indígenas e o "apartheid" tecnológico. Tudo isto dirigido contra os países do Terceiro Mundo, para a América Latina em particular.

Segundo La Rouche, o projeto do "império mundial" teria recebido prioridade a partir de 1991, quando, no quadro de uma **Nova Ordem Mundial**, o "Establishment" começa a constatar a "bancarrota" do sistema financeiro globalizado e o agravamento da crise econômica internacional, a começar pelos Estados Unidos mesmos.

Esta idéia de um império mundial anglófono tem origem possivelmente no conhecimento das concepções internacionalistas de personalidades e intelectuais fabianos, ingleses e norte-americanos.

A existência nos Estados Unidos de organizações privadas internacionais ligadas a outras correlatas na Grã-Bretanha proporciona sustentação às acusações de La Rouche sobre a formação de um "Establishment anglo-americano", segundo ele, expressão de uma oligarquia financeira internacional. Estamos a nos referir às organizações privadas internacionais Council on Foreign Relations, Trilateral Commission e Diálogo Interamericano nos EUA e ligadas à Fabian Society, a London School of Economics e ao Royal Institute of International Affairs na Inglaterra (Rever o texto O FABIANISMO NAS AMÉRICAS).

Na década de 1970, ao denunciar a política de controle da natalidade de Jimmy Carter, La Rouche já acusava um plano "malthusiano" de dominação dos países do Terceiro Mundo por meio da redução das suas populações.

O Projeto Democracia da organização fabiana Diálogo Interamericano lhe deu motivo a interpretações que reforçam a teoria conspiratória de um império mundial. As recomendações do Projeto (1982) objetivamente se destinavam a forçar a abertura política nos países latino-americanos, então sob regime militar. Recordando, as "recomendações" eram principalmente as seguintes:

- Submissão das forças armadas ao controle político civil;
- Mudança do pensamento militar quanto à segurança interna e ao combate à subversão;
- Redução das forças armadas ou limitação de sua expansão;
- Participação das forças armadas no combate ao narcotráfico;
- Criação de uma força militar interamericana para intervir em casos de conflitos regionais e de violação dos direitos humanos;

- Direitos Humanos;
- Conceito de soberania limitada nas questões de meio ambiente e direitos humanos.

La Rouche e seus seguidores agravam as intenções destas recomendações ou ações, traduzindo-as em duas afirmações peremptórias:

- **Extinção** dos Estados nacionais soberanos e
- **Desmantelamento** das forças armadas ibero-americanas.

Com a expressão **Apartheid Tecnológico,** referem-se às restrições, imposições e pressões que realmente o Governo dos EUA exerce sobre os países emergentes para impedir que desenvolvam principalmente armas nucleares e veículos (mísseis) lançadores de armas de destruição em massa.

Para La Rouche, tudo isto faz parte da política oficial dos EUA e as organizações privadas citadas e outras são de "fachada" e instrumentos de execução, para o que recebem recursos financeiros oficiais. Outras vezes, afirma que as organizações privadas internacionais são, diferentemente, instrumentos do "establishment anglo-americano", que impõem as idéias de submissão dos países latino-americanos ao próprio governo norte-americano.

" *As medidas propostas pelo Diálogo Interamericano em escala regional provinham do temário global que o Establishment anglo-americano conseguiu impor como política oficial dos Estados Unidos*" (O Complô, pág 37).

" *(...) o Pentágono está envolvido em*

um plano para reduzir ou, mesmo abolir as Forças Armadas latino-americanas" (O Complô, pág 15).

Apesar de históricos antecedentes como o da política do "big stick" de Teddy Roosevelt, do intervencionismo ("diplomacia da canhoneira") e da prepotência norte-americanas e, a partir do colapso soviético (1991), da posição de potência hegemônica que os EUA adquiriram, não se pode afirmar que a criação de um império mundial seja objetivo nacional ou de governo daquele país. Nem que os denunciados empreendimentos de desmantelamento das forças armadas do Terceiro Mundo e da subseqüente eliminação da soberania dos Estados Nacionais o sejam. É verdade que há "interesses" e "pressões" políticas e econômicas de grupos privados que constrangem o governo norte-americano e que, direta ou indiretamente, acabam sendo incorporados à política oficial dos EUA, principalmente nos governos de políticos ligados ao fabianismo e às organizações difusoras desta linha ideológica como Jimmy Carter, Bill Clinton e George Bush (pai). (Ler o Texto AMEAÇAS E DESAFIOS).

* * *

Desde a fundação da "Nova República" no Brasil, tendo por marcos a promulgação da "Constituição Cidadã" de 1988 e a eleição de Tancredo Neves, a nação brasileira só acumulou frustrações e perdas de autoestima. Desesperançada, não encontra, em si mesma, motivação e iniciativa; não vê em seus dirigentes, desde 1985, capacidade para dar solução concreta para seus problemas conjunturais e estruturais, mas só discurso vazio, imobilismo, inocuidade. Principalmente não vê um **projeto nacional**. Na falta de uma referência, de uma expectativa concreta de reversão, anseia por mudança. Por isto, os brasileiros transformaram o medo numa aposta nas promessas eleitorais de 2002. Quem sabe se o novo Presidente não vai dar certo? Buscam também alguma compensação na criação de um "bode expiatório", de preferência, identificado com uma causa exterior que absolva a nação da culpa da própria desventura. Vem a calhar a teoria conspiratória de La Rouche. Apelando para o nacionalismo de um segmento intelectual e sensível da nação, denuncia o causador de todos os males e de todos os desencantos. Que melhor "bode" do que o "Satã do Norte"?. É um "bode" emblemático visível e consensual. Aí estão tanto os chauvinistas quanto os esquerdistas para apontá-lo. Por paradoxal que possa parecer, as duas linhas divergentes, por natureza ideológica, têm semelhante opinião, identificando a potência hegemônica, os Estados Unidos da América, como uma ameaça e como responsáveis dolosos por todas as dificuldades por que passa o País. Coincidência específica das posições de agrupamentos contraditórios que se movem no caminho do inevitável **consenso** buscado pelas esquerdas revolucionárias.

O preconceito (no sentido vernacular), o despeito, o rancor, o temor e outros sentimentos menores cegam todos e não os deixam ver (e nem a querer ver) as próprias omissões, negligências, insensatez e traições. O nacionalismo conclamado por um internacionalista estrangeiro não tem relação com um **projeto nacional** e ganha a feição de um nacionalismo dogmático. Perdendo a nitidez dos fatos e o poder de crítica pela radicalização, os patriotas passam a interpretar o momento histórico e os acontecimentos sob a ótica da alegada conspiração internacional que visa à destruição das soberanias nacionais. Curiosamente, as linhas ideológicas antiamericanas têm inspirações no exterior: as do marxismo-leninismo nas suas três tendências mundiais

(stalinismo, trotskismo e gramscismo) e as do "larouchismo" sincrético.

Voltando a La Rouche, podemos dizer que a sua teoria da conspiração parece ser uma interpretação pessoal da ideologia fabiana e dos seus projetos objetivos, particularmente os referentes à América Latina. Se, nos seus textos, livros e conferências, fossem substituídas as expressões "Establishment anglo-americano", "oligarquia financeira internacional" e "política governamental dos EUA" pela expressão "**movimento fabiano internacional**", com toda a certeza, o leitor ou ouvinte encontraria um discurso mais lógico, mais compreensível e mais próximo da verdade. Repetimos a indagação já feita:

-A troco de que, o senhor La Rouche se apresenta como voluntário paladino dos países da América Latina que diz ameaçados em sua existência nacional soberana, pelo seu país de nascimento?

TERCEIRO CADERNO

O MUNDO CÃO

Depois do Muro de Berlim – As surpresas desagradáveis que poderiam ter sido adivinhadas com o surgimento da Nova Ordem Mundial.

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Sergio A. de A. Coutinho

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), os países, que tanto aspiraram uma paz duradoura, logo se viram em um mundo bipolarizado entre os Estados Unidos, gigante militar e econômico, e União Soviética, colosso militar e territorial. Esta realidade determinou uma ordem internacional, caracterizada por fatores permanentes de tensão, por ameaças à paz mundial e pela formação dos antecedentes à situação que hoje vivemos.

Em primeiro lugar, pelo surgimento do antagonismo entre as superpotências que ficou conhecido por **Guerra Fria**, uma oposição político-ideológica e, principalmente, uma disputa pela hegemonia mundial. De um lado, os EUA, democráticos e capitalistas; de outro, a URSS, totalitária e socialista. Do ponto de vista militar, os aspectos marcantes foram a corrida armamentista, o equilíbrio armado precário ("paz nuclear") e a criação das alianças militares opostas – a OTAN e o Pacto de Varsóvia, respectivamente.

O planeta ficou dividido em áreas de influência: o

mundo livre ocidental e o mundo socialista. O equilíbrio entre as superpotências era o delicado resultado da administração do antagonismo de modo a não se deixar transformar numa terceira guerra mundial. O confronto direto era evitado e, assim, a oposição se manifestava nos conflitos periféricos (Coréia, Indochina e Vietnã) e nas crises agudas episódicas como a de Berlim (1948) e a dos mísseis em Cuba (1961).

O segundo fator de tensão e de ameaça à paz mundial foi a "exportação" da **revolução socialista mundial**, projeto patrocinado pela Internacional Comunista soviética. Daí resultaram as revoluções violentas na Grécia, Malásia, China, Cuba, as guerras de libertação na África e a subversão na América Latina e no Terceiro Mundo.

Adicionalmente, o pós-guerra acentuou a disparidade dos níveis de desenvolvimento político, econômico, social e cultural dos países, colocando-os em "mundos" diferentes: Primeiro Mundo, os países ricos (EUA, França, Grã-Bretanha e os derrotados e restaurados Japão, Alemanha e Itália); no Segundo Mundo, os países socialistas, militarmente fortes mas socialmente deficientes; no Terceiro Mundo, os países subdesenvolvidos.

Neste mundo bipolar, o Brasil alcançou uma posição de certa projeção e de certa comodidade nas relações internacionais. Sua participação militar efetiva na Segunda Guerra Mundial junto com o bloco das nações aliadas o levou ao natural alinhamento com o mundo livre. Tornou-se o "aliado desejado" pela sua participação na guerra, sua posição geo-estratégica, sua economia em desenvolvimento e sua tradição cultural cristã e ocidental. Além do mais, nos anos de 1970 atingiu o status de "nação emergente" ao alcançar o oitavo PIB mundial, um crescimento médio anual de 6 a 8 por cento, embora ainda com sérias deficiências sociais.

A partir de 1982 a União Soviética começou a apre-

sentar os primeiros sinais de crise econômica e de perda da capacidade de competir com os Estados Unidos, particularmente nos campos militar e tecnológico. O denominado programa norte-americano "Guerra nas Estrelas" foi o golpe definitivo. Gorbatchev (1986–1991) ainda tentou solucionar a crise com os programas Perestroika e Glasnost, mas tudo em vão.

A queda do Muro de Berlim em 1989 foi o acontecimento emblemático da derrota soviética no confronto ideológico com os Estados Unidos.

O inesperado colapso da União Soviética (1991) foi o desfecho da crise do **socialismo real**, ineficiente em si mesmo e incapaz de superar a competição econômica e tecnológica com o ocidente capitalista e liberal. Com a superpotência socialista, sucumbiu também a Internacional Comunista soviética (Terceira Internacional), a linha ortodoxa do Movimento Comunista Internacional

Remanesceram, todavia, as repúblicas socialistas distantes, a China Popular, Cuba, Coréia do Norte e Vietnã, as linhas e os partidos revolucionários stalinistas, trotskistas e gramscistas em diferentes países. Mas, o confronto das superpotências, o foco de difusão do comunismo soviético e a ameaça da guerra catastrófica, já tinham deixado de existir.

O desaparecimento da superpotência socialista pôs fim à Guerra Fria e uma **Nova Ordem Mundial** se estabelece, com uma aparência não menos aflitiva, cheia de desajustes e de plantadas desconfianças e suspeitas.

A Nova Ordem Mundial pode ser caracterizada pelos seguintes "fatos novos":

- A **potência hegemônica** mundial (os Estados Unidos da América);
- A **globalização econômico-financeira** (liberalismo econômico em escala mundial);

- A **Guerra Fria** com uma nova feição;
- **Os Coadjuvantes Notáveis.**

Acrescentam-se ainda outros ingredientes negativos que perturbam a vida e as relações das nações: o terrorismo internacional (nacionalista, religioso ou como parte da nova face da Guerra Fria), o crime organizado mundializado e ligado ao contrabando, ao lenocínio e ao narcotráfico. E mais: a proliferação **das organizações não-governamentais**, o ativismo destas e de grupos "politicamente corretos", exercendo pressão sobre os governos e a opinião pública.

Anteriormente, a bipolaridade do poder mundial representava um referencial para os países da América Latina em geral e para o Brasil em particular. O alinhamento com os EUA era uma posição política lógica para os países democráticos e também ameaçados pela subversão patrocinada pela Internacional Comunista soviética. Os países do continente americano eram considerados pelos Estados Unidos seus aliados; por isto as relações entre todos eram relativamente boas e cooperativas.

O advento de uma **potência hegemônica**, sem maiores oposições internacionais nos campos econômico, militar e político criou uma situação nova e desconfortável para as nações menos poderosas, gerando um sentimento oculto de inferioridade e uma aberta sensação de ameaça pairando sobre a soberania dos Estados nacionais. Mas é preciso reconhecer que:

> *"A superpotência americana resulta, por uma parte, somente da vontade e da criatividade dos americanos; por outra, é devido aos fracassos acumulados do resto do mundo: - falência do comunismo, naufrágio da África, as divisões européias e os atrasos democráticos da América Latina e Ásia".*
>
> (Jean-François Revel – A Obsessão Antiamericana, tradução, 2002)

A **globalização**, na verdade, é o surto imediato do liberalismo econômico e da franca expansão do livre mercado em âmbito mundial que irromperam naturalmente com o desaparecimento do sistema socialista soviético. A eclosão deste fenômeno político-econômico apanhou os países latino-americanos despreparados e fragilizados. Para o Brasil, coincidiu com a crise da dívida no fim da década de 1970, com a hiperinflação, com o fracasso dos planos de estabilização da moeda e com a recessão. Tudo isto resultou em estagnação que restringiu a capacidade competitiva de sua economia (Ler o texto A GLOBALIZAÇÃO PARA LEIGOS) e gerou uma grande taxa de desemprego.

O fim da União Soviética e da Internacional Comunista a ela associada, não significou o fim do Movimento Comunista Internacional como já comentamos em Texto anterior (Ler o Texto O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL). No campo ideológico, permaneceu o antagonismo Socialismo versus Capitalismo que se manifesta numa nova **Guerra Fria** na qual o MCI vai se utilizar do antagonismo dos grupos fundamentalistas islâmicos e da **guerra assimétrica** para golpear os EUA.

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as torres gêmeas de Nova Iorque e contra o Pentágono em Washington mostraram um tipo inédito de confronto global (Ler o texto A NOVA FACE DA GUERRA FRIA) e exibiram a monstruosidade do terrorismo internacional como fenômeno novo, pela sua ousadia e pelo alcance mundial.

Os acontecimentos nos Estados Unidos produziram nos brasileiros sentimentos contraditórios: de um lado,

repulsa, indignação e reprovação à violência inédita; de outro, o constrangimento, intelectual de alguns e político-ideológico de outros, que impediu a manifestação franca de solidariedade aos EUA, olhados com ressentimento e como inimigos potenciais. Perdendo o espírito nobre e solidário próprio do caráter coletivo nacional, alguns compatriotas quebraram o dilema, manifestando regozijo, discreto ou ostensivo, pelo êxito dos terroristas fanáticos na ação espantosa contra o "império"; justo castigo, justificaram, à sua arrogante hegemonia **(a)**.

Embora o mundo ainda não se apresente bipolarizado, muitos brasileiros já antecipam uma posição de restrição e de suspeita em relação à potência hegemônica.

A globalização e uma nova guerra fria são fenômenos da nova ordem mundial que, à primeira vista, só teriam relação com a potência hegemônica. Entretanto, também estão envolvidos outros protagonistas de peso a que denominamos **coadjuvantes notáveis**:

- A **União Européia**, no seu conjunto, pela sua expressão econômica e pelo poder militar de seus membros mais destacados: Alemanha, França e Itália.
- **Grã-Bretanha**, país do grupo dos ricos (G7), potência militar nuclear, aliada histórica da potência hegemônica.
- O **Japão**, a segunda economia do mundo.
- A **República da Rússia**, potência militar com grande arsenal nuclear herdado da URSS.
- A **República Popular da China**, potência militar nuclear, com potencialidade econômica, territorial e demográfica para vir a ser uma **superpotência** capaz de representar o papel de antagonista da potência hegemônica, como

foi a URSS de 1946 a 1991.

- *"A China, a exemplo da ex-URSS, é ideologicamente propensa à dominação regional, se não mundial (...!"*

"O fortalecimento militar da China, aliado ao crescimento de sua economia, inevitavelmente é um desafio à posição dos EUA na Ásia (...)".
(Henry Kissinger) **(b)**.

Os **protagonistas de peso** não têm poder, isolada ou coletivamente, para constituírem o contraponto da potência hegemônica. Entretanto têm expressão suficiente para serem levados em consideração pelos EUA **(c)**. Este elemento da nova ordem mundial é importantíssimo para o Brasil porque lhe abre alternativas nas relações com os Estados Unidos. O mundo não fica assim tão exclusivo.

A Nova Ordem Mundial gera ou agrava certos antagonismos, mais de natureza subjetiva do que de natureza objetiva, e deixa de ser apenas o desdobramento histórico e lógico da ruína soviética e do surgimento inevitável da potência hegemônica norte-americana. O poder incontrastável produz, sem dúvida, certas tentações e inclinações de arrogância, prepotência e de liberdade de ação para agir unilateralmente quando prevalecerem seus interesses, principalmente de segurança nacional. A parceria política e militar com os países latino-americanos perdeu sua razão de ser. Esta é uma realidade incômoda com a qual as nações do Continente têm que conviver e **resolver**; a hostilidade ou a resignação são inúteis. É preciso encarar os fatos com realismo, e formular um **Projeto Nacional** factível e com base em dados

concretos. Antes porém, é preciso conhecer e compreender objetivamente os componentes da Nova Ordem Mundial sem o que, as interpretações e ações serão meramente passionais e, portanto, inócuas.

NOTAS

(a) Jean-François Revel cita no seu livro "A Obsessão Antiamericana" as declarações de Celso Furtado e Frei Boff solidários aos terroristas e reconhecendo o merecido castigo infligido ao "império".

(b) Henry Kinsiger, in Nuvens de Tempestades se Acumulam, o Estado de São Paulo, 12 Set 1999.

(c) Em 2003, Alemanha, França e Rússia se opuseram à intervenção militar no Iraque, contra Saddan Hussein, levando os Estados Unidos a irem à guerra contando apenas com a sua aliada histórica, a Grã-Bretanha.

A GLOBALIZAÇÃO PARA LEIGOS

Sergio A. de A. Coutinho

O termo globalização se tornou de uso vulgar e ganhou ampla difusão na última década. Veio, desde logo acompanhado de uma forte carga interpretativa ideológica que, muitas vezes torna difícil entender o verdadeiro significado do complexo processo que representa. O conceito pode ser aplicado nos campos político, cultural e, mais comumente, econômico quando estendido ao âmbito mundial.

Neste último campo, **globalização é o processo de integração e de interdependência da economia, em âmbito mundial, entre países, sociedades e grupos econômicos, particularmente**:

- Na produção de bens e serviços;
- No comércio exterior;
- No mercado financeiro;
- Na difusão de dados e informações.

Na prática, o processo se identifica não só pela amplitude planetária mas também pela presteza, flexibilidade e facilidade das seguintes operações:

- Processo produtivo multinacional, buscando menores custos operativos (mão-de-obra barata, incentivos fiscais, facilidade de obtenção de insumos, proximidade de mercados, segurança, etc).
- Trocas comerciais sem fronteiras, com ampla e rápida circulação de mercadorias e procura de novos mercados.
- Circulação instantânea de capitais para investimentos, aplicações e até para especula-

ção, buscando rendimento e segurança.
- Disponibilidade imediata de informações e comunicações.

A globalização, como fenômeno econômico, ganhou a percepção pública generalizada no início dos anos de 1990, quando tomou as características atuais. No entanto, já era um fenômeno antigo, existindo a partir das Grandes Navegações e dos Descobrimentos, (Século XV) que abriram o mundo à cultura, à economia e à política européias. Até então havia áreas econômicas auto-suficientes e isoladas, cujos contatos entre si eram episódicos, raros ou intermitentes:

1) A área da **Europa**, com três centros autônomos: do Mediterrâneo (Gênova, Veneza, Milão e Florença), do Mar do Norte (Lille, Bruges e Antuérpia) e do Mar Báltico (Lubeck e Hamburgo). 2) A da **Ásia Menor e Oriente Médio**, o comércio bizantino dominado pelo Império Otomano, atuando no Mar Egeu e no Mar Negro. 3) A da **China** (Cantão e Xangai), projetando-se na Coréia, Mar da China e Ásia Central. 4) A da **Índia** (Bombaim, Calcutá e outros portos), atuando no Oceano Índico e Golfo Pérsico. 5) A da **Arábia e África do Norte**, projetando-se na África Negra, Mar Vermelho e costa africana oriental. 6) Finalmente, isolada e desconhecida, a área do **Novo Mundo**, com três centros autônomos das civilizações Pré-Colombianas: Astecas, Maias e Incas.

Depois do século XV, o mundo estava aberto economicamente. Os "países ricos" eram, inicialmente, Portugal e Espanha e, em seguida, a Inglaterra, França e Holanda.

A partir daí, podemos reconhecer três fases distintas da globalização:

1ª FASE	1450 - 1792	Mercantilista
2ª FASE	1792 - 1950	Capitalista Industrial
3ª FASE	1950 - 1991	Capitalismo x Socialismo
	1991 - hoje	Capitalista Tecnológica

A **primeira fase** vai do início das Grandes Navegações à Revolução Industrial; a **segunda fase** vai da Revolução Industrial à Revolução Tecnológica e a **terceira fase** vai da Revolução Tecnológica aos dias atuais. Na terceira fase podemos identificar dois períodos: de 1950 a 1991, o da Guerra Fria, do confronto de dois sistemas ideológicos, e, finalmente, da globalização atual, pós-1991, em que se dá o surto e o predomínio do liberalismo econômico e expansão do livre mercado em âmbito mundial.

A moderna globalização é o resultado de três fatores determinantes principais:

1) Tecnológicos

- As telecomunicações diretas e instantâneas, resultante dos avanços da eletrônica e do uso de satélites;
- A cibernética, proporcionando a automação, os robôs industriais e o teleprocessamento de dados (informática);
- Transportes de longo alcance rápidos, seguros e baratos.

2) Econômicos

- Aumento do consumo de bens e serviços;
- Crescimento da produção e aumento da produtividade;
- Competição e busca de mercados;
- Acumulação de capitais.

3) Políticos

- Fim da Guerra Fria;
- Desaparecimento do sistema socialista soviético.

Duas características identificam a globalização contemporânea e desmentem certas interpretações ideológicas:

- Primeiramente, o sistema econômico mundial é **predominantemente privado** e funciona segundo as leis de mercado.
- Entretanto, os Estados têm marcado presença no processo econômico mundial, principalmente em defesa dos interesses nacionais, exercendo o que se denomina **protecionismo** – taxação de certos itens de importação, subsídios à produção e à exportação, substituição de importações e apoio administrativo–diplomático às empresas nacionais.

A ingerência do Estado na economia não como agente, mas como regulador econômico, é o que caracteriza o **neoliberalismo**, palavra atualmente "satanizada" pelas esquerdas. É bom que se diga também que não existem empresas internacionais, extranacionais ou transnacionais. Todas são nacionais embora atuando no mercado internacional e, eventualmente, associadas a empresas estrangeiras ou com filiais em outros países.

O protecionismo é um mecanismo de defesa de certos setores econômicos internos que se apresentam sem capacidade de enfrentar a concorrência internacional na arena do livre mercado, muitas vezes perturbada pela competição desleal e fraudada. O protecionismo geralmente visa não só favorecer a atividade econômica nacional, mas principalmente evitar conseqüências sociais negativas como o desemprego. Evidentemente, seja praticado por países ricos, seja praticado por países em desenvolvimento, as medidas protecionistas são perturbadoras do livre mercado e, quase sempre, os parceiros de economia mais fraca são, em termos relativos, os que levam maior desvantagem. O protecionismo norte-americano (taxação) dificulta as exportações brasileiras de aço, sapatos e suco de laranja para aquele mercado. O protecionismo de países da Comunidade Européia

(subsídios à agricultura) prejudica nossas exportações de produtos agrícolas e agroindustriais para aquela área. O protecionismo é uma realidade e não uma conspiração. Para superá-lo serão necessárias medidas e negociações comerciais e políticas objetivas, resolvidas bilateralmente ou com a intermediação de organismos internacionais. Sem dúvida, é um óbice à prosperidade das nações subdesenvolvidas ou intermediárias. Lamentar ou deblaterar não leva a nada, entretanto.

Passada a primeira década da globalização moderna pode-se constatar o óbvio – ela favorece muito mais os países ricos industrializados do que os países em desenvolvimento. Entretanto, mesmo aqueles, encontram também dificuldades, tanto assim que recorrem às medidas protecionistas. Igualmente, os países procuram integrar áreas de livre comércio regionais (CE, CEI, ALCA, MercoSul, etc) para preservar um espaço econômico melhor controlado e menos competitivo. Com tudo isto, parece que há uma crise financeira mundial, produzida pelos desequilíbrios gerados pelo vertiginoso processo de globalização, que afeta tanto os países pobres quanto os ricos.

A globalização surpreendeu os países de Terceiro Mundo fragilizados. O Brasil chegou à era globalizada depois da "década perdida" dos anos de 1980. Mesmo assim, a globalização não lhe tem sido favorável mais por falta de competência administrativa e política do que pela adversidade da competição e dos "interesses" internacionais.

A inserção em um sistema econômico globalizado exige que o país realize as seguintes condições principais:

- Poupança interna (capitais).
- Tecnologia própria ou dominada.
- Produção de significativo volume e de boa

qualidade.
- Mercado interno amplo e dinâmico.

O Brasil atende razoavelmente a estas condições particularmente as duas últimas. Entretanto, não se tem desempenhado bem, o que se mostra no péssimo crescimento do seu produto interno bruto: de 465 bilhões de dólares em 1990, passou para apenas 513 bilhões em 2001, acompanhado de uma taxa de desemprego que subiu de 3,7 para 6,4 por cento no mesmo período.

Enquanto isto, a República Popular da China fez crescer o seu PIB de 387 bilhões em 1990 para 1 trilhão, cento e cinqüenta bilhões de dólares em 2001, com taxa de desemprego que subiu apenas de 2,5 para 3,1 porcento em igual período. Não foi milagre do socialismo, mas a decisão de entrar "de cabeça" na globalização, sem preconceitos ideológicos e sem se lastimar da Nova Ordem Mundial. "*Ironicamente, os comunistas chineses ajudaram a provar que o capitalismo é indispensável para tirar as pessoas da pobreza*" (VEJA, 29 Mai 2002).

O liberalismo econômico, a economia de mercado e o capitalismo passaram a ser o sistema dominante na globalização, constituindo concretamente a negação e o **óbice dominante** ao socialismo. A constatação desta evidência cria para as esquerdas, principalmente para as de inspiração marxista, uma dificuldade doutrinária constrangedora. Por isto, passaram a incluir no elenco de suas palavras-de-ordem a estigmatização ideológica da globalização:

- A globalização é o capitalismo selvagem mundializado;
- A globalização é o instrumento de domínio e de exploração engendrado pelos países ricos;
- A globalização é invenção do imperialismo

dos EUA;
- A globalização é a causa de todas as dificuldades econômicas dos países do Terceiro Mundo;
- Globalização é sinônimo de especulação financeira (investimentos especulativos).

Apesar de todas as aparências, das interpretações apressadas ou comprometidas ideologicamente, dos discursos de conveniência ou a pretexto de explicação de fracassos, a globalização é um fato, uma realidade que oferece oportunidades e obstáculos aos países intermediários:

> "*Não existe conspiração dos países ricos para penalizar as nações em desenvolvimento, mas poucas conseguiram colher os frutos da globalização.*" (VEJA, 29 Mai 2002)

A afirmação é verdadeira mas pessimista. Sendo uma realidade que os países em desenvolvimento não podem mudar, só lhes resta encarar a globalização como um desafio que deve ser aceito com competência e determinação, sem lamúrias, com **"engenho, arte e jeito"**.

A NOVA FACE DA GUERRA FRIA

Sergio A de A Coutinho

Guerra Fria foi o nome que se deu à situação de ostensivo antagonismo, uma aguda oposição, entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no período de 1946 (pós Segunda Guerra Mundial) e 1991 (colapso da URSS e do comunismo soviético). Foi um conflito não declarado, que se caracterizou pelo continuado estado de tensão entre as duas potências, refletindo uma quase beligerância em que as hostilidades se faziam particularmente nos campos político, econômico e psicológico, em guerras periféricas **(a)** limitadas, envolvendo aliados e satélites, em incidentes diplomáticos e militares, na intensa atividade de inteligência e na corrida armamentista.

O desfecho ideológico, político e militar foi a extinção da superpotência soviética, a desarticulação momentânea do movimento comunista internacional – MCI – e o desaparecimento de seu principal centro irradiador. Passada a inicial perplexidade das esquerdas mundiais, o MCI foi aos poucos retomando o seu protagonismo agora enriquecido com o resgate da concepção revolucionária de Antônio Gramsci e com o surgimento de uma autodenominada Internacional Rebelde de inspiração anarquista. A esquerda marxista-leninista denominada ortodoxa, até então vinculada à Internacional Comunista soviética (III Internacional), não desapareceu, remanescendo nos históricos partidos comunistas nacionais que perseveram nas antigas concepções (como o novo PCB e PCdoB no Brasil) e nos sobreviventes países socialistas: Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e China Popular. Esta última tem potencialidade para vir a ser a nova superpotência, mas há ingênuos que acreditam que a RPC

está aos poucos se tornando capitalista e democrática.

O Troskismo (IV Internacional) não se deu por afetado pelo desastre soviético, conservando as suas diversas tendências e partidos em diferentes países do mundo, como o PSTU no Brasil. O Gramscismo (digamos, a "V Internacional") vem à cena do comunismo internacional como uma opção renovada do marxismo-leninismo, oportuna e adequada ao momento histórico, particularmente nos países do "tipo Ocidental" entre os quais se inclui o Brasil. Finalmente, o movimento **anarco-comunista** começa a ganhar nova expressão a partir de 1999, reunindo milhares de organizações não-governamentais de "segunda geração", isto é, ligadas à agitação e propaganda do movimento socialista revolucionário e do anarquismo.

O MCI rapidamente se reorganizou e as esquerdas marxistas internacionais vão retomando consistentemente seu ativismo, particularmente na Europa e na América. Para se ter certeza disto, basta ver o mar de bandeiras vermelhas e negras mostrado nas televisões e fotos nos noticiários das demonstrações "pacifistas" e manifestações de protesto lá e aqui. Parece que, neste particular, a África foi esquecida, com suas misérias, conflitos, regimes socialistas inviáveis que o MCI deixou como herança de sua fórmula de guerra revolucionária de libertação.

Superada a Guerra Fria entre as superpotências URSS e EUA, o **antagonismo (b) capitalismo** vs. **socialismo marxista** todavia permanece, com a mesma natureza de rivalidade e competição político-ideológica. Concretamente, este antagonismo passa a se definir pelo processo de oposição entre os **EUA** e o **MCI**, com uma aparência menos nítida: de um lado, a potência hegemônica evidente, de outro, um conjunto difuso de organizações e entidades pouco visíveis. Neste confron-

to, o mais ativo protagonista do Movimento Comunista tem sido o anarco-comunismo, tanto na Europa como dentro dos próprios Estados Unidos. Evidentemente, não se omitem as demais tendências da linha marxista-leninista, freqüentemente contando com o apoio e a eventual participação dos socialistas não marxistas e social-democratas.

O antagonismo **MCI vs. EUA** é o primeiro e principal elemento da configuração de uma **nova e peculiar Guerra Fria**.

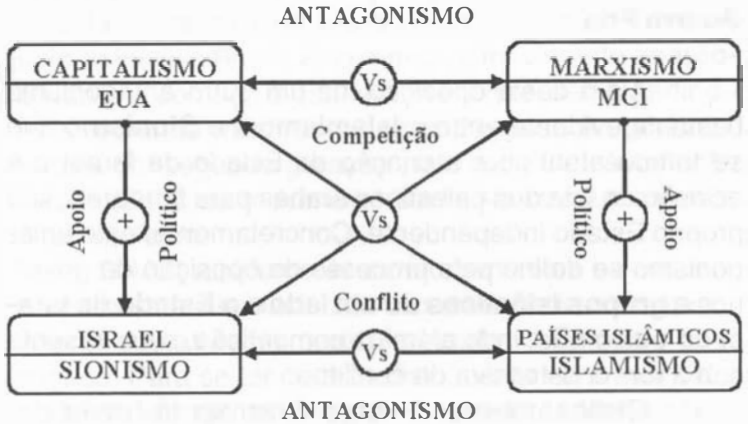
Além desta oposição, há um outro antagonismo bastante evidente entre o **Islamismo** e o **Sionismo** que se tornou atual com a criação do Estado de Israel e a eclosão da luta dos palestinos árabes para fundarem seu próprio Estado independente. Concretamente, este antagonismo se define pelo processo de oposição de governos e **grupos islâmicos de um lado e o Estado de Israel de outro** que, indo além da competição, se apresenta sob a forma ostensiva de conflito

Curiosamente, Antonio Gramsci já havia desenvolvido uma argumentação que hoje pode dar uma explicação, sob a ótica marxista, das interações agressivas que ocorrem entre os opositores identificados neste antagonismo. Em carta à sua cunhada Tatiana Schucht datada da prisão de Turi em 5 de outubro de 1931, o comunista italiano comenta:

> *"Mas também os árabes são semitas, irmãos carnais dos judeus e tiveram o seu período de agressivi-dade e de tentativa de império mundial. Na medida, então, em que os judeus são banqueiros e detentores de capital financeiro, como dizer que os mes-*

mos não participam da agressividade dos Estados imperialistas?" (A. Gramsci, Cartas do Cárcere, Civilização Brasileira, 1966).

O esquema abaixo ilustra os dois antagonismos e suas decorrências:



Os dois **antagonismos** – EUA **vs.** MCI e países islâmicos ou grupos fundamentalistas **vs.** Israel não acontecem independentemente. Em âmbito mundial vão gerar recíprocas interações, **afinidades (c)** e novos antagonismos, completando a complexa configuração da Segunda Guerra Fria. Com efeito, Israel, desde a sua criação em 1948, tem recebido apoio político e moral dos Estados Unidos da América, caracterizando uma **afinidade** de nível cooperação e supostamente de nível aliança militar.

Efetivamente os EUA são garantes do Estado de Israel. Este fato é a causa objetiva que se identifica no antagonismo governos islâmicos e grupos fundamentalistas versus EUA nos dias atuais, **terceiro elemento da configuração da nova Guerra Fria** (ver esquema).

Este antagonismo, tem causas subjetivas mais profundas e anteriores – a frustração do sonho imperial islâmico e a sensação de insegurança gerada pela presença da potência hegemônica, a quem grupos islâmicos radicais consideraram obstáculo às suas aspirações e ameaça à sua existência **(d)**.

A atualidade deste **antagonismo** também vem a explicar a **afinidade** oportunista do MCI com os países e grupos islâmicos, expressa pelo apoio político e moral, embora estes, em geral sejam radicalmente antimarxistas.

Finalmente, como decorrência lógica destas complexas interações, estabelece-se o **antagonismo** MCI versus Israel. Este é o **quarto e último elemento que completa a configuração da nova face da Guerra Fria** (ver esquema).

Objetivamente, este é o confronto político-ideológico e militar que se estabeleceu entre os Estados Unidos da América (e de Israel) de um lado e o MCI (e os países islâmicos) de outro – **a Segunda Guerra Fria**.

No quadro desta Segunda Guerra Fria é que se dá o confronto a que se tem denominado **Guerra Assimétrica**, caracterizada pelo terrorismo internacional de origem islâmica e pelo acionamento paralelo de uma ampla campanha de propaganda adversa das esquerdas em escala mundial contra os chamados países imperialistas.

Guerra Assimétrica pode ser definida como o conjunto de ações armadas irregulares e ações psicológicas continuadas, conduzidas em âmbito mundial contra uma potência por organizações radicais ou ilegais (criminosas). Os agentes hostis podem ter o incentivo e o apoio velado de governos radicais simpáticos ou coniventes, de movimento político-ideológico internacional ou de Estado antagônico, visando exaurir a potência-alvo, desgastá-la

internacionalmente e limitar a sua ação política e militar.

As organizações radicais ou terroristas podem ter ligações com movimentos políticos ou religiosos fundamentalistas como a AlKaeda e o Hamás. Redes Internacionais ilegais (narcotráfico, contrabando, lenocínio, etc) podem ter relação com as organizações terroristas.

Os objetivos da Guerra Assimétrica são ideológicos, políticos ou religiosos (fundamentalistas). O antagonista real da potência, não podendo agir diretamente contra seu opositor, por conveniência ou por falta de poder para tal, "delega" a execução das ações armadas – incursões, golpes-de-mão, sabotagem e atentados terroristas – a organizações radicais e às "redes" hostis, caracterizando um conflito da periferia para o centro. As organizações e redes são usadas como "braço armado" do antagonista principal.

Os atentados terroristas ocorridos em âmbito mundial, particularmente após 1991, contra os Estados Unidos e outros países "imperialistas" e "capitalistas" são ações armadas de uma guerra assimétrica que substituiu a guerra periférica.

Nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque e Washington, as manifestações de espanto e de repúdio foram logo seguidas de uma campanha pacifista mundial visando a inibir uma resposta militar norte-americana. As esquerdas, fazendo a opinião pública, tratou de convencer pessoas e governos de que as principais vítimas seriam crianças inocentes atingidas pelos bombardeios indiscriminados para eliminar os terroristas ocultos e abrigados. Ao mesmo tempo insinuaram que os atentados foram justa resposta do mundo árabe contra a prepotência, arrogância e agressividade imperialista norte-americanas. Esta indução realmente surtiu efeito, fazendo aflorar o ressentimento geral anti-ameri-

cano, - inclusive no Brasil, a despeito da irracionalidade de tal atitude nas circunstâncias dos indiscriminados atos terroristas, vitimando civis inocentes e cidadãos estrangeiros.

Terminada a intervenção militar no Afeganistão, o terrorismo palestino é retomado contra Israel; o mesmo esquema psicológico e de propaganda pacifista se repete. Ainda que aparentemente desaprove os insanos atentados dos homens-bomba contra a população civil indefesa, novamente o MCI conduz a campanha internacional contra a retaliação militar israelense e a alegada aliança dos EUA. Idêntica campanha foi desencadeada contra os Estados Unidos para inibir sua ação política e militar e retirar o apoio de outros países à pretendida intervenção armada contra Saddan Hussein (Segunda Guerra do Golfo), como parte de uma política de "tolerância zero" ao terrorismo internacional. Desta vez, a campanha psicológica teve grande êxito, isolando, politicamente a potência hegemônica, levando-a a agir unilateralmente.

Aqui está a nova face da guerra fria, aliás, não tão "**fria**" como aquela em que se confrontaram EUA e URSS de 1946 a 1990, uma guerra de propaganda com eventuais conflitos periféricos, agora não tão periféricos assim.

Estamos assistindo o confronto de duas ideologias no qual fica evidente que o comunismo não morreu, embora se faça de morto para desarmar os espíritos e a resistência das sociedades democráticas.

NOTAS

(a) Guerra Periférica – Na guerra fria ou no confronto entre duas potências, conflito secundário entre uma delas e um Estado apoiado ostensivamente pela outra; ou guerra entre dois Estados, cada um apoiado ostensiva ou veladamente pelas potências antagônicas.

(b) Antagonismo – Processo de interação política, econômica, psicossocial ou militar de **oposição** entre dois estados, grupos humanos, organizações ou movimentos, que se manifesta pela rivalidade, competição ou conflito.

(c) Afinidade – Processo de interação política, econômica, psicossocial ou militar de **integração** entre dois Estados, grupos humanos, organizações ou movimentos que se manifesta pela simpatia, cooperação ou aliança.

(d) Para Jean-François Revel: "A causa principal deve achá-la, sem dúvida, no ressentimento que não sessa de se intensificar contra os Estados Unidos, sobretudo depois da derrocada comunista e da emergência deste como única superpotência mundial".

Os ressentimentos fundados ou resultantes da frustração de aspirações não realizadas, se completam com a sensação de insegurança diante da potência hegemônica e, abrangendo tudo, o sentimento coletivo de inferioridade.

ATENTADOS TERRORISTAS
Contra os EUA

ANO	ALVO	MEIO	M	F
1975	Aeroporto La Guardia	Bomba	17	75
1983	Embaixada no Líbano	Suicida	63	-
1983	Base Militar no Líbano	Bomba	241	-
1984	Embaixada no Líbano	Carro Bomba	73	70
1988	Avião em vôo	Bomba?	281	-
1993	World Trade Center – NY	Bomba	6	100
1995	Oklahoma	Bomba	168	200
1996	Atlanta (Olipíada)	Bomba	2	110
1998	Embaixada em Nairobi	Bomba	244	
1998	Embaixada na Tanzânia	Bomba		
2001	World Trade Center – NY Pentágono – Washington	Colisão de Aviões	2.823	
2000	Destroier USS Cole	Bomba submersa	17	
2001	Avião em vôo	Bomba?	265	
2002	Personalidades (seletivo)	Biológico (Antraz)	?	
2002	Consulado no Paquistão	Carro Bomba	11	45
2003	Embaixada em Riad	Carro Bomba	20	

AMAZÔNIA EM PERIGO

Sergio A. de A. Coutinho

A Amazônia no imaginário universal é uma imensa e exuberante floresta tropical ("rain forest") cobrindo vastíssima bacia fluvial, rios caudalosos, onde vivem serpentes enormes (as terríveis "anacondas"), jacarés vorazes (os "alligators") e tribos de índios exóticos e canibais. A esta imagem fascinante, acrescentam-se noções mais objetivas mas, em certa medida, equivocadas: o vazio demográfico, a espantosa fertilidade do solo e a riqueza mineral oculta. Esta opinião generalizada há muito tempo tem atraído a curiosidade e o interesse pela região, estimulando especulações, sugestões, projetos mirabolantes e fora de propósito de personalidades estrangeiras. Também o espírito de pesquisa e de aventura trouxe à Amazônia exploradores, cientistas e excursionistas ilustres, cujos relatos atraíram mais atenção para a região.

Antecedentes Históricos

Em 1743, o astrônomo francês Charles Marie Condamine realizou uma expedição à América do Sul com a finalidade de medir o arco de meridiano terrestre, próximo ao equador. Neste empreendimento científico, desceu o Rio Amazonas e sobre esta viagem publicou um livro.

O naturalista alemão Alessander Von Hunboldt, em viagem com o francês Aimé Conjaud Bonplaud, pelas regiões tropicais do Novo Mundo, de 1799 a 1807, esteve na Amazônia dando-lhe a denominação de Hiléia, em grego, "a floresta de verdade". É curioso e educativo recordar que o Governo Português, ao tomar conhecimento da presença dos viajantes na região, deu ordens terminantes aos governadores do Grão-Pará e do Maranhão

proibindo a entrada de estrangeiros em seus domínios. Humbolt publicou os resultados de suas viagens no livro **"Viagens às Regiões Equinociais do Novo Mundo"**, obra em trinta volumes.

No início do século XIX, a borracha havia chamado a atenção como nova matéria prima. Antes apenas usada artesanalmente para a impermeabilização de panos e confecção de botas, calçados, chapéus e bolsas; aos poucos ganhou importância para diversos usos industriais **(a)**.

Várias plantas produzem látex, entretanto a seringueira amazônica (Hevea Brasiliensis) é a que melhor pode ser utilizada. A procura do novo material deu origem a um novo ciclo econômico, o Ciclo da Borracha, que durou de 1827 a 1947 gerando grandes riquezas, fazendo prosperar as cidades de Belém e Manaus.

Com a crescente importância da borracha, não só a curiosidade atraiu a atenção para a Amazônia mas, a partir de meados do século XIX, também as potencialidades econômicas da região. Surgiu então em certos setores norte-americanos interesse de natureza colonialista em relação à região. Em 1850, o Tenente de Marinha Matthew Fontaine Maury iniciou uma campanha para a abertura dos rios amazônicos à navegação internacional, alegando o **interesse da humanidade** e a **incapacidade brasileira** para gerir a região. A campanha publicitária que conduziu, despertou o interesse de empresas privadas e do próprio Governo americano.

Nos anos de 1851 e 1852, dois oficiais de marinha dos Estados Unidos – Lardner Gibbon e William Lewis Herdon – reconheceram o Rio Amazonas. O primeiro desceu o rio a partir de Iquitos, e o segundo subiu o curso de água, saindo de Belém. Terminaram a expedição, encontrando-se em Itacoatiara.

Ainda nesta mesma época é fundada a "The Steam Navegation Company of New York". O navio "Amazon" do

Comandante Clerk chega a Belém, entretanto as autoridades brasileiras não permitiram a entrada do barco no Rio Amazonas.

Em 1853, o Governo dos Estados Unidos apresentou pedido formal de abertura do Amazonas à navegação internacional, recorrendo à mobilização da opinião pública mundial. A resposta brasileira foi negativa.

As questões surgidas no Caribe (Antilhas e Cuba) arrefeceram o interesse norte-americano na Amazônia. Entretanto o Império do Brasil entendeu que, mais cedo ou mais tarde, teria que permitir a navegação do Rio Amazonas a navios de outras bandeiras, como ele próprio já havia exigido no Prata. Para isto, preparou as condições de garantia dos interesses e da soberania nacionais: fundação da Companhia de Navegação do Amazonas de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), criação da Província do Amazonas (presença da autoridade no interior) e estabelecimento dos postos aduaneiros. Só então abriu o Rio Amazonas à navegação internacional (1867). Infelizmente, a companhia de navegação nacional não prosperou. Em 1873, a empresa inglesa "The Amazon Steam Navegation Company" sucedeu a organização de Mauá. Os ingleses pretenderam então investir na cultura da borracha, mas não lhes foi permitido. Coincidentemente, o inglês Henri Alexander Wickman obteve e levou 70.000 sementes da seringueira para aclimatação da planta no Jardim Botânico de Kew na Inglaterra.

Após a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1860 – 1865) algumas organizações filantrópicas (hoje as chamariam de organizações não-governamentais) pretenderam assentar na Amazônia os ex-escravos, libertos pela União ao vencer os Confederados do Sul. A iniciativa não vingou como anteriormente foi bem sucedida outra semelhante na África **(b)**.

Na mesma época, muitas famílias de confederados saíram dos Estados Unidos, emigrando para outros

países. Para o Brasil, vieram dois grupos; um deles veio para o Pará onde esperava estabelecer uma colônia agrícola. Não prosperou e o núcleo de imigrantes norte-americanos não deixou vestígio de sua presença. Outro grupo emigrou para a Província de São Paulo e lá teve êxito **(c)**.

Em 1876, os ingleses levaram sementes da seringueira já aclimatada na Inglaterra para a Ásia, iniciando o seu cultivo e exploração de forma racionalizada na Malásia, Ceilão, Tailândia, Borneo e em outras áreas. Tiveram êxito, obtendo um produto de melhor qualidade para a indústria e mais barato. Iniciava-se uma concorrência que viria a ser fatal para a produção brasileira de borracha.

De qualquer modo, a demanda mundial provocou uma verdadeira corrida de nordestinos para a Amazônia. No início do ciclo, as seringueiras foram exploradas na foz do Rio Amazonas e, progressivamente a exploração se foi interiorizando para as bacias dos afluentes Tapajós, Xingu, Madeira, Juruá, Purus e Javari, penetrando no Acre a partir de 1877, na época ainda território boliviano. Os seringais acreanos eram particularmente produtivos, atraindo, milhares de brasileiros que, de boa fé, entraram em território estrangeiro, daí surgindo inevitavelmente o conflito. Tem início a Questão Acreana em 1899. Decorrentes foram os choques armados com forças bolivianas e a revolta que culminou com a declaração de independência do Acre. O governo boliviano, tentando garantir a posse do território, o deu, em concessão de exploração, a uma empresa privada, The Bolivian Syndicate of New York City in North América, consórcio de empresários norte-americanos e financistas ingleses. A concessão autorizava a companhia manter uma força de segurança própria. Consta que se juntou ao grupo de empresários um dos filhos de Theodore Roosevelt, então presidente dos EUA, o que não significava, necessariamente o apoio oficial ou

velado do governo ao empreendimento.

A questão se resolveu com o hábil trabalho diplomático do Ministro das Relações Exteriores Rio Branco. Negocia e indeniza (110 mil libras esterlinas) o Bolivian Syndicate que desiste da sua concessão. Faz acordo com a Bolívia, trata dos limites, tudo acertando no Tratado de Petrópolis de 1903.

A competente atuação de Rio Branco deu solução definitiva à Questão do Acre. Nesta ocasião, é bom que se diga, não houve qualquer ingerência ou pressão de algum Estado ou Governo estrangeiro que pudesse constranger a soberania nacional, embora estivessem envolvidos interesses privados de empresas transnacionais **(d)**.

Dez anos depois de resolvida a Questão do Acre, o próprio Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, veio em excursão ao Brasil, visitar os sertões de Mato Grosso e Amazonas (1913 a 1914). Qualquer suspeita de intenção imperialista nesta viagem perde consistência quando se sabe que foi acompanhado na expedição pelo General Rondon, aliás a pedido de Roosevelt e indicação do Governo brasileiro. Em seu livro publicado logo depois da viagem, referiu-se a Rondon de modo admirável, reconhecendo o seu caráter, cultura e conhecimento dos sertões brasileiros.

Na preservação e ampliação do fascínio internacional pela Amazônia, mais notável do que a expedição do ex-presidente Roosevelt foi a exploração que o Coronel inglês Fawcett realizou em duas viagens aos sertões brasileiros.

Na sua segunda excursão (1925), em busca de uma cidade lendária no interior das florestas do Brasil Central, o explorador inglês desapareceu com o seu filho, possivelmente morto pelos índios calapagos. A tragédia e o mistério acrescentaram novos motivos de curiosidade e de interesse pela Amazônia.

Na década de 1920 a borracha ainda tinha grande

valor econômico. A vantagem competitiva, quase monopólio, dos ingleses na produção da borracha extraída nos seringais cultivados na Ásia, levou alguns empresários norte-americanos a tentar o cultivo da seringueira. A companhia Firestone investiu num projeto na Libéria (1926). Henry Ford desenvolveu dois empreendimentos no Brasil: Fordlândia (1928) e Belterra (1929) no Vale do Tapajós. Encontrou dificuldades técnicas e estas plantações de seringueiras nunca chegaram à produtividade do cultivo asiático. O surgimento da borracha sintética (1946), melhor e mais barata, praticamente acabou com a borracha extraída da seringueira. Estava findo o Ciclo da Borracha.

As notícias dos grandes investimentos privados na região somadas aos relatos dos viajantes e exploradores sobre a exuberância e mistérios da selva equatorial fizeram crer, aos que não a conheciam, que se tratava de um promissor paraíso e nova fronteira da civilização. Daí então começam a aparecer projetos e propostas grandiosas mas pouco adaptados à realidade amazônica.

Algumas publicações recentes e alguns conferencistas fazem referência ao Japão que teria, na década de 1930, sugerido a ocupação da Amazônia com excedentes populacionais de outras áreas do mundo. Parece ser improcedente esta informação, mas pode ter uma equivocada relação com um fato verdadeiro na qual figura o ex-ministro da Índia S. Chamdrasekhar. Tendo sido representante do seu país na ONU, aí fez um discurso que ficou célebre, ameaçando os países que faziam restrição à imigração asiática embora possuíssem espaços vazios; referia-se especificamente ao Brasil, Canadá e Austrália. Neste discurso, referiu-se também ao Alasca entre os detentores de espaços vazios. O ex-ministro indiano escreveu depois o livro **"Hungry People and Empaty Lands"** (Povos Famintos e Terras Vazias), valendo-se de estatísticas de 1949. Disse o autor: "Como não há mais Novos Mundos a descobrir e conquistar, as populações

do Sudeste asiático não podem ser confinados nos seus limites geográficos enquanto há espaços vazios ao redor do mundo. Eles não podem respeitar o fato de que estas terras tenham proprietários" **(e).**

Em 1948, a ONU, por intermédio da UNESCO, propôs a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica com a finalidade de realizar pesquisas científicas. Na verdade seria uma ingerência nos assuntos internos dos países da região e do Brasil em particular. Felizmente, a intrometida iniciativa não foi além da incômoda proposta.

Em 1960, o Instituto Hudson, entidade privada com sede nos EUA, patrocinou o projeto dos Grandes Lagos ou Mar Mediterrâneo Amazônico de invenção do professor Hermann Kahn. Seria construída uma barragem no Rio Amazonas na altura de Gurupá que, inundando a floresta, proporcionaria franca navegação no interior do continente, interligação entre as bacias fluviais e a geração de imensa quantidade de eletricidade. O projeto nem foi cogitado.

Os governos do período da Revolução Restauradora de 1964 (1964–1985) dispensaram uma objetiva atenção à Amazônia, realizando grandes projetos de integração da região ao restante do país, de desenvolvimento econômico auto-sustentado e de ocupação demográfica racional.

As realizações valorizaram a região e, evidentemente, atraíram outra vez as atenções internacionais para ela, além de criar novas oportunidades de investimentos e de empreendimentos econômicos. Serve de exemplo o Projeto Jarí do empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig que instalou uma fábrica de celulose para produção de papel e uma vasta área de reflorestamento para fornecer a matéria-prima necessária. Embora o empreendimento tenha progredido razoavelmente, o empresário encontrou dificuldades. Acabou desistindo do projeto,

passando-o para um grupo empresarial nacional.

Desde 1750 até os anos de 1960 não se pode efetivamente reconhecer qualquer iniciativa ou tentativa estrangeira que tenha representado violação da soberania brasileira na Amazônia, embora algumas de suas posições tivessem nítida motivação colonialista como a campanha do Tenente Matthew F. Maury e a concessão cedida pela Bolívia ao Bolivian Syndicate. A "cobiça" alienígena ficou restrita ao interesse comercial e a alguns investimentos, principalmente na exploração extrativa da seringueira nativa e na tentativa do seu cultivo racional.

A única demanda de origem oficial, isto é, de governo estrangeiro, foi referente à abertura do Amazonas à navegação internacional.

O fato mais claro de ameaça à nossa soberania neste período não tem origem na Inglaterra ou nos Estados Unidos, mas na França; a Questão do Amapá, em que os franceses pretenderam estender a sua Guiana até o Rio Araguari sob alegação de tratar-se do Rio Vicente Pinzón **(f)**.

É importante reconhecer que o governo brasileiro soube, até hoje, dar soluções oportunas, competentes e definitivas a todos os problemas até aqui surgidos.

A "cobiça" Internacional

A partir dos anos de 1970, as ingerências internacionais em assuntos da Amazônia passam a ser de natureza política e, principalmente, a ter razões ideológicas. Entretanto, parece que a nossa percepção do problema está geralmente incompleta quando damos ênfase apenas aos interesses econômicos capitalistas e imperialistas mundiais, de certa forma concordando com teses e palavras-de-ordem das esquerdas marxistas. A **cobiça** dos países ricos nos imensos recursos naturais da Amazônia passou a ser quase a única razão reconhecida da ameaça que pairaria sobre a nossa soberania na região.

Os recursos que geralmente são citados como alvo da "cobiça" imperialista podem ser classificados em quatro categorias: minérios, petróleo, biodiversidade e água potável.

Quanto aos recursos minerais da Amazônia, sua natureza e localização são razoavelmente bem conhecidas desde os levantamentos iniciados pelo projeto RADAN nos anos de 1960. As principais reservas são de bauxita (Pará), cassiterita (Rondônia), ferro (Carajás, PA) e manganês (Amapá). Estes minérios estão sendo normalmente explorados e exportados a preços de mercado. Há ainda reservas significativas de metais importantes como o titânio e o nióbio. Este último tem sido apontado como o principal alvo da "cobiça" internacional.

As principais reservas deste metal (cerca de 86% das reservas mundiais) estão em Araxá (MG) e Catalão (GO). São exploradas e o minério é exportado **(g)**. As ocorrências descobertas no Parque Nacional do Pico da Neblina (Amazonas) praticamente dobram as reservas brasileiras. O fato de o nióbio ser um metal raro e de ser indispensável para os projetos de foguetes espaciais não significa liminarmente que a Amazônia está ameaçada de invasão. Antes Minas Gerais e Goiás estariam sob a mesma ameaça.

O petróleo da Amazônia não é abundante. As reservas de Urucu (Amazonas) são pequenas, embora o óleo seja de excelente qualidade. A prospecção é da PETROBRAS. A exploração comercial é viável, mas apresenta restrições econômicas, particularmente pelas dificuldades de acesso à área e de transporte **(h)**. Por si só, as reservas amazônicas de petróleo não justificam a "cobiça" internacional, possivelmente nem para o futuro (reserva técnica), quando houver escassez absoluta do pro-

duto no mundo. Até lá, uma fonte de energia alternativa provavelmente já estará em uso.

Outro recurso natural que tem sido apontado como motivo de "cobiça" é o que passou a se chamar **biodiversidade**. A expressão foi inventada para indicar justamente o conjunto dos recursos da flora e da fauna amazônica **(i)**. Na realidade, a variedade de espécies animais e, principalmente, de espécies vegetais é assombrosamente rica na região, mas o seu valor econômico é pequeno. Tirando os produtos extrativos (castanha, essências, frutas, fibras, etc) só podemos apontar como de valor comercial a madeira de lei e a borracha, esta já sem grande expressão. A exploração ilegal e predatória da madeira e o seu descaminho para compradores no exterior é uma prática duplamente criminosa, infelizmente motivada pela "cobiça" de brasileiros.

A flora medicinal é apontada como uma riqueza cobiçável. Realmente há uma grande potencialidade para a pesquisa e identificação de princípios ativos importantes. Entretanto, este valor só existe para quem tem capacidade de pesquisar, identificar e, principalmente, de sintetizar a droga em laboratório. A "biopirataria" é um escândalo mais pela falta de vigilância, incompetência, corrupção e cobiça de pessoas inescrupulosas, do que pela atividade dos coletores estrangeiros disfarçados de missionários, turistas, viajantes e amantes da natureza. A pesquisa nacional independente ou mesmo associada a grandes laboratórios internacionais é algo mais racional do que acreditar na "sabedoria milenar dos pajés" ou continuar a deblaterar a "cobiça" dos países ricos e imperialistas **(j)**.

Ainda sobre interesses internacionais, recentemente tem sido apontada a vasta disponibilidade de água potável dos rios da Bacia Amazônica. Os recursos hídricos, como se diz, vão se tornando cada vez mais importantes

pela escassez de água que já começa a se antecipar pelo crescente consumo nos países do Primeiro Mundo.

Deste modo a Amazônia seria, a curto prazo, o grande manancial da humanidade, foco da "cobiça" dos países ricos, particularmente da América do Norte, Europa e Extremo-Oriente. A afirmação é uma simplificação semelhante àquela que os ambientalistas diziam e as personalidades estrangeiras repetiam: "a Amazônia é o pulmão do mundo". A bacia hidrográfica amazônica constitui realmente uma grande disponibilidade de água doce. Porém, as maiores reservas do líquido estão bem espalhadas pelo planeta, nas calotas polares, nas geleiras das montanhas e cordilheiras e na precipitação da neve nos países frios. Dois exemplos ilustrativos: O Canadá retira água doce das geleiras e até cogitou de exportá-la para a Califórnia; na Serra da Estrela em Portugal há barragens (muros de pequena altura) ao longo de sucessivas curvas de nível das encostas para deter a neve, capitar a água do degelo e dirigi-la para as tubulações que a levam a uma usina hidrelétrica antes de ser distribuída para consumo **(l)**.

Realmente a Amazônia possui riquezas naturais variadíssimas que podem sustentar seu próprio desenvolvimento. Entretanto não possui nada tão extraordinário que possa ser causa de "cobiça" internacional e de uma conseqüente invasão militar.

Os recursos disponíveis não são negados aos países interessados e têm sido exportados sem restrições, com vantagens recíprocas para os vendedores nacionais e compradores estrangeiros. O bom senso indica que não há necessidade da conquista física das fontes produtoras para se obter os bens desejados. É uma questão de investimento e de comércio, contratos livremente negociados, como tem sido há mais de 200 anos. Por isto, não parece provável uma guerra de conquista desencadeada

pela potência hegemônica ou por qualquer outro país ambicioso.

Ameaça Continuada – O "Humanismo" das Esquerdas

As reais ameaças à soberania brasileira na Amazônia começam a aparecer depois de 1970 com o surgimento do ativismo comunista disfarçado por uma espécie de humanismo prático e moderno, que se manifesta pelos movimentos de defesa da paz, dos direitos humanos e do meio ambiente em âmbito internacional. Têm por objetivo inibir e enfraquecer os estados capitalistas e, na década de 1970, desestabilizar os governos militares anticomunistas no poder de vários países da América do Sul. A estrutura deste movimento diversificado não está diretamente ligada aos Partidos mas tem por base uma rede de numerosas organizações não-governamentais (ONG) "aparelhos privados voluntários", na concepção de Gramsci.

As ONG são instrumentos que exercem **"pressão de base"** sobre os governos democráticos e conduzem a **"agitação e propaganda"** para mobilizar as massas e usá-las nas demonstrações, manifestações e protestos em favor das suas palavras-de-ordem.

As teses do "humanismo" prático das esquerdas, por força do ativismo das ONG e de intelectuais orgânicos, tornaram-se afirmações "politicamente corretas", incorporando-se à opinião pública generalizada (senso comum modificado) à qual os governos democráticos (particularmente nos regimes parlamentaristas europeus) são muito sensíveis e dispostos a atuar de conformidade.

Na linha do **pacifismo**, os principais alvos são os governos dos países membros da OTAN, em especial, os Estados Unidos, buscando inibir as suas ações políticas e militares e retirar-lhes o prestígio e o apoio da opinião

pública nacional e internacional.

Na linha dos **direitos humanos**, a atuação das ONG foi principalmente dirigida contra os governos militares na América Latina (denúncias da tortura) e contra os países que possuem minorias étnicas (acusações de genocídio).

Depois de 1985, o Brasil tem sido especialmente alvo de campanhas em "defesa" do índio, não como indivíduo, mas como etnia, minoria e "nação". Muitas reservas indígenas, pela pressão (nacional e internacional) das ONG, antropólogos engajados e personalidades "politicamente corretas", tornaram-se áreas de segregação e, cada vez, mais afastadas do controle do Estado, sob a alegação de preservação da cultura (sic) original dos povos. Nestas áreas, a presença de "especialistas" estrangeiros individualmente ou de ONG subvencionadas pelo próprio governo brasileiro tem-se tornado maior do que a dos agentes e autoridades nacionais. Algumas reservas indígenas se estão transformando em verdadeiros enclaves dentro do território nacional. Atualmente há aproximadamente 250 reservas no Brasil, das quais cerca de 70 estão na faixa de fronteira. Na Amazônia, algumas têm enorme extensão, maior que muitos países europeus.

- Caiapós..... 133.466 km²
- Ianomâmis ..... 96.649 km²
- Javari ..... 83.380 km²
- Alto Rio Negro ..... 81.649 km²

A criação de grandes reservas indígenas na Amazônia, estimulada, como dissemos, por organizações internacionais, personalidades estrangeiras e brasileiras geralmente de esquerda, principalmente as situadas na faixa de fronteira e contíguas a outras reservas semelhantes em país vizinho podem representar uma perigosa

vulnerabilidade **(m)**. Mais tarde, poderá vir a ser alegada (dentro e fora do Brasil) a autodeterminação da "nação indígena" e exigida a sua independência ou internacionalização, sob proteção e administração de algum organismo internacional. Um incidente como o chamado "massacre" dos sem-terra em Eldorado dos Carajás (Pa) poderá ser usado como pretexto até para uma intervenção militar internacional, como aconteceu em Kosovo na ex-Iugoslávia. A verdade é que nós e o governo temos contribuído para que isso possa acontecer. A mediata causa da ameaça à soberania nacional não é estrangeira mas o resultado das continuadas omissão e imprudência dos brasileiros e dos seus governantes.

Na linha da **ecologia**, as pressões se fizeram e se fazem em defesa do meio ambiente, colocando embaraços a projetos de desenvolvimento, denunciando as atividades industriais capitalistas ou o uso da energia nuclear como poluidores.

Com relação ao Brasil, os dois alvos principais são o programa nuclear (já inviabilizado) e a Amazônia. Nesta, as alegações têm sido o desmatamento e as queimadas.

O mito do "pulmão do mundo" acabou por impressionar personalidades internacionais proeminentes, as mais conhecidas Margareth Teatcher, Al Gore, Françoise Mitterrand, John Major, Gen Patrick Hugles e Gorbachov. Fizeram declarações ameaçadoras ao Brasil. Embora já não mais ocupassem cargos de governo em seus países e os pronunciamentos não expressassem a posição oficial destes, pareceram-nos ameaças claras de uso da força militar para defender a ecologia na Amazônia **(n)**. As manifestações arrogantes foram feitas na década de 1980 e tinham muito de populismo político e de posição "politicamente correta" que perdeu importância com a desmistificação da fantasia da Amazônia – pulmão do mundo, e com a recusa dos Estados Unidos de ratificarem o Protocolo de Kyoto (1997), documento com evidente significado político-ideológico para constranger os países capitalistas **(o)**.

O Brasil tem dado uma resposta razoável ao problema da preservação ambiental e às críticas internacionais com a criação das unidades de conservação: parques nacionais, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Entretanto tem proporcionado algumas condições de vulnerabilidade; particularmente:

- Grande extensão das unidades
- Contigüidade com reservas indígenas
- Contigüidade com a fronteira
- Convênio com ONG conservacionistas nacionais e estrangeiras
- Aceitação da condição de patrimônio da humanidade.

Para ilustrar, o Estado de Roraima tem 70 por cento da sua área destinada às reservas indígenas e unidades de conservação, fora portanto da jurisdição estadual. São consideradas imprudentemente patrimônio da humanidade pelos próprios brasileiros, a floresta amazônica, a Mata Atlântica e o Pantanal.

Novamente podemos dizer que a maior ameaça à soberania nacional não é estrangeira mas a incompetência, a demagogia e a imprudência dos nossos governantes e a traição dos intelectuais orgânicos brasileiros propagadores do "humanismo de resultados" da esquerda internacional. Com isto, criam condições e dão pretexto para que outros governos, principalmente europeus, eventualmente proponham a internacionalização de áreas amazônicas ou mesmo tomem a iniciativa extrema de realizar uma intervenção militar em defesa dos índios e da preservação ambiental.

Perigo Concreto – a "Narcoguerrilha" Colombiana

No período de 1956–1974, o Movimento Comunista Internacional foi ofensivo na América Latina, por intermédio de suas diferentes tendências revolucionárias. Teve êxito em Cuba (1959) mas foi severamente derrotado no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e, tardiamente, no Peru. Entretanto, na Colômbia ainda remanescem dois movimentos guerrilheiros que hoje controlam duas extensas áreas do país, cuja localização permite o acesso de grupos armados às fronteiras do Brasil:

- As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de inspiração leninista-maoísta, criadas em 1964.
- O Exército de Libertação Nacional (ELN) de inspiração marxista-guevarista, criado em 1965.

O presidente André Pastrana, assumiu o governo com o projeto de obter a paz com os movimentos guerrilheiros. Unilateralmente criou uma "zona desmilitarizada", acreditando que esta concessão pudesse fazer progredir negociações de paz com as FARC. O ELN também pleiteou uma "área desmilitarizada" obtendo idêntica concessão.

Como se poderia esperar de negociações com movimentos comunistas, nada foi conseguido de construtivo para a paz. Mas os dois grupos guerrilheiros obtiveram sem luta "áreas liberadas" que ficaram sob seus respectivos controles. As FARC ainda aproveitaram as condições propostas de negociação para criar o seu "braço político", o Movimento Bolivariano, na tentativa de ganhar projeção internacional e reconhecimento de beligerante. Com este objetivo, mantêm escritório de representação no Brasil, ingressou no Foro de São Paulo e têm freqüentado o Foro Social Mundial, com apoio de importantes políticos brasileiros de esquerda.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia,

têm de 15.000 a 20.000 guerrilheiros e controla uma área de cerca de 42.000 km², uma extensa faixa que vai desde as fronteiras do Equador e Peru até a fronteira da Venezuela. Esta área se estende de Sudoeste (região de Caquetá) a nordeste (região de Vichada) em torno da fronteira do Brasil ("Cabeça do Cachorro"), mas muito distante desta (aproximadamente 700km)

Ainda assim, elementos da guerrilha têm entrado em território brasileiro para cumprirem diferentes fins. Mais significativo foi um ataque guerrilheiro das FARC contra um posto militar brasileiro em 2002, daí resultando a morte de um soldado do Exército.

O Exército de Libertação Nacional tem cerca de 5.000 guerrilheiros e atua numa área de aproximadamente 4.500 km², região de Araucá, próximo a fronteira da Venezuela.

Para complicar mais ainda este quadro interno da Colômbia, existem grupos paramilitares ilegais, financiados por fazendeiros e narcotraficantes, que combatem a guerrilha. O grupo mais atuante é o que se denomina "Autodefesas Unidas da Colômbia" (AUC).

Completando a complexa situação de contestação à ordem institucional colombiana, soma-se o **narcotráfico**.

A Colômbia é o maior produtor de cocaína no mundo e o quinto de heroína. Fornece 80% da droga consumida nos Estados Unidos.

O cultivo da coca, a produção e o tráfico mundial de cocaína são controlados por "cartéis", o mais mencionado o de Cali. O Brasil é um importante mercado consumidor da droga e seu território é usado como rota para os Estados Unidos e Europa. O narcotráfico tem sido a principal atividade do crime organizado no nosso país, assumindo crescente gravidade. Diversas entradas (campos de pouso clandestinos e vias fluviais) introduzem a droga

no Brasil, via Amazônia. Há indício de trânsito de insumos químicos para processamento da coca e de armas para a guerrilha pela região, bem como de instalação de unidades de refino em território nacional.

A associação do narcotráfico com a guerrilha, principalmente com as FARC, voltada para a proteção das atividades de plantio, trânsito e refino da coca, proporcionou aos movimentos guerrilheiros expressivas vantagens operativas e condições de permanência em atividade:

- Consideráveis recursos financeiros
- Acesso a fornecedores de armas no exterior
- Facilidade de movimento de representantes da guerrilha em outros países.

O Governo da Colômbia perdeu a capacidade de eliminar o narcotráfico e os movimentos revolucionários. Com o objetivo de criar condições para combater o narcotráfico, por extensão, a guerrilha e desenvolver medidas de recuperação sócio-econômica do país (irradicação e substituição do cultivo da coca, direitos humanos e desenvolvimento econômico), o governo elaborou o **Plano Colômbia** (2000). O governo dos EUA aprovou a ajuda financeira de US$ 1,3 milhão ao Plano Colômbia, dos quais 70% destinados à área militar (reaparelhamento e treinamento militar), incluindo o fornecimento de helicópteros e de assessores militares.

A posição do governo brasileiro tem sido até o presente (2003) a de não ingerência nos assuntos colombianos. O governo dos Estados Unidos porém insiste em um maior envolvimento do Brasil, principalmente na repressão do narcotráfico na fronteira.

Caso as ações repressivas ao narcotráfico e à guerrilha a ele associada na Colômbia sejam conduzidas com vigor e o confronto se tornar grave, são de esperar reflexos políticos, psicossociais e militares no Brasil. Numa imediata cogitação podem ser listadas os seguintes implicações:

- Pressões internacionais ou norte-americanas para obter a cooperação e a participação (inclusive militar) na execução do Plano Colômbia. Possivelmente, o atual governo brasileiro não estará disposto a concordar.
- Pressões externa e interna, particularmente das esquerdas, para manter o Brasil fora do conflito e para tolerar o homizio de guerrilheiros fugitivos.
- Dificuldade do Governo brasileiro de mostrar-se neutro perante os governos e a opinião pública internacional, se tiver que impedir militarmente o refluxo de guerrilheiros para o território nacional; involuntariamente estará cooperando com o cerco da guerrilha (papel de "bigorna").
- Eventual expansão do conflito ao território da Venezuela, podendo ameaçar a soberania brasileira em Roraima, justamente coincidente com a Reserva Ianomâmi, dando pretexto a pressões internacionais em defesa dos índios.
- Transferência do narcotráfico para o território brasileiro (depósitos e instalações de processamento da coca).
- Pressões de organizações internacionais (ONG e outros pacifistas, de direitos humanos e de defesa do meio ambiente, inibindo a ação militar brasileira em defesa da soberania nacional.
- Refluxo da população civil (refugiados) para território brasileiro, particularmente em Tabatinga.
- Aliciamento de brasileiros pela guerrilha, principalmente índios e garimpeiros para constituir a **força de sustentação** no Brasil.
- Possibilidade de violação do território nacional, acidental ou intencional, por forças regulares colombianas em perseguição a guerrilheiros, para impedir o apoio externo ou destruir áreas de homizio. Ainda, violação por grupos guerrilheiros em

fuga ou para usar o território brasileiro como "santuário" ou área de homizio.
- Possibilidade de recontro de forças brasileiras com grupos guerrilheiros ou com unidades regulares que tenham penetrado no território brasileiro.
- Passagem pelo território nacional de armas e suprimentos para a guerrilha, com ou sem a conivência de brasileiros.
- Escalada da luta na Colômbia resultando na intervenção direta de forças internacionais ou dos EUA unilateralmente no conflito.

Aparentemente, o Plano Colômbia ainda não foi plenamente implementado, indicando uma perenização do problema. O governo colombiano, numa demonstração de fraqueza, voltou a falar de negociações com a guerrilha. A médio prazo, depois de encaminhado o problema do Oriente Médio, pode acontecer uma participação militar direta de uma força internacional ou norte-americana. Uma intervenção militar na Colômbia pode produzir uma interferência estranha direta ou indireta na Amazônia brasileira, relacionada com o conflito ou a pretexto de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos das "nações indígenas".

* * *

A defesa da soberania e da integridade territorial nacionais é um dever institucional das Forças Armadas da Nação que não pode ser negligenciado. Fazem bem os militares que se preocuparam com todas as possíveis ameaças, por menores e mais remotas que sejam, adotando medidas dissuasórias e tomando iniciativas preventivas concretas e razoáveis para enfrentar as hipóteses adversas. Também cumprem uma obrigação ao exigirem meios para tal, com base em fatos e na exata me-

dida da necessidade.

Ao apresentarmos, de forma menos contundente, os argumentos com que geralmente são citados os perigos e ameaças atuais e potenciais à soberania brasileira na Amazônia, não estamos tentando desqualificar as denúncias e advertências que são feitas enfática e calorosamente. Porém, quando se fala de defesa da soberania e da integridade territorial nacionais, admite-se a possibilidade extrema da guerra. E quando se fala de guerra, é preciso serenidade e bom senso. Os argumentos têm que ser claros, objetivos e baseados na inteligência e nas informações seguras. Na discussão do tema não há lugar para declarações bombásticas e ações passionais.

NOTAS

(a) O Governo Português (1802) fez o cirurgião Francisco Xavier de Oliveira voltar a Belém para aí instalar uma fábrica de artefatos de borracha. Os Estados Unidos tornaram-se apreciável importador de sapatos impermeáveis e de outros artigos de borracha nela fabricados.

(b) Em 1821, mediante um acordo com os sobas nativos, a Sociedade Americana de Colonização tomou posse do Cabo Mesurado na costa ocidental da África, onde hoje está Monróvia. No ano seguinte, desembarcaram os primeiros negros livres logo seguidos por Jehudi Ashmun, branco norte-americano que se tornou o verdadeiro fundador da Libéria. Em 1843, o país tornou-se independente; língua oficial, o inglês.

(c) Um grupo de famílias confederadas emigrou para São Paulo onde se estabeleceu com êxito. Deixaram como marca de sua presença a progressista cidade de Americana e seus descendentes (quinta geração) lá ainda vivem, completamente integrados e absorvidos na sociedade brasileira.

(d) Alguns autores e escritores da esquerda, engajados com interpretações marxistas da histórica, têm divulgado versões que não correspondem à verdade dos fatos e tentam demonstrar a intervenção imperialista dos EUA na Ques-

tão do Acre em benefício dos seus interesses e dos empresários do Bolivian Syndicate. Primeira versão: A canhoneira americana Wilmington sob comando do Capitão Chapman Tood subiu os rios Amazonas e Purus para levar os representantes do Sindicato, e impor a ocupação do Acre. Segunda versão: As forças de Plácido de Castro se confrontaram com combatentes bolivianos e americanos na Revolta Acreana.

Realmente, a canhoneira Wilmington, na ocasião do conflito, aportou em Belém (início de 1899). Não consta ter subido o Amazonas sem autorização do Governo Brasileiro embora alguns autores afirmem que tal tenha acontecido. A verdade porém é que este navio nunca subiu o Purus com representantes do Sindicato. Parece que veio ao Brasil com missão de colher informações sobre o conflito no Acre. O Capitão Tood teve mais de um contato com o cônsul boliviano em Belém. A versão para estes "suspeitos" encontros tem sido a de que houve entre eles uma conspiração contra o Brasil. Todavia, nada aconteceu e a canhoneira Wilmington, inopinadamente, suspendeu e deixou Belém de regresso ao seu país (maio de 1899). É importante saber que havia uma flotilha da Marinha do Brasil no Amazonas e que em 1900, subiu até o Acre sem que tenha havido qualquer incidente bélico.

Uma delegação de representantes do Bolivian Syndicate só chegou ao Brasil em 1902, subindo para o Acre em embarcações fretadas em Belém. Eram 15 ou 20 pessoas. Chegaram à Vila de Antimaci (região de Cachoeira Purus), abaixo de Porto Alonso (hoje Porto Acre) então ocupado pelos revoltosos de Plácido de Castro. Assim não puderam entrar no Acre e aí estabelecer o núcleo inicial da empresa na sua concessão. A delegação desistiu do seu intento e resolveu retornar a Belém. O Bolivian Syndicate, assim, nunca chegou a se implantar no Acre.

Com relação à presença de combatentes americanos no conflito, não há qualquer registro ou testemunho fundamentado que confirme esta versão tendenciosa. O próprio Plácido de Castro, chefe da Revolta Acreana, não faz qualquer referência a este fato, nem na sua correspondência nem no minucioso relato que fez da Revolta a pedido de

Euclides da Cunha, escrito em viagem marítima de Manaus para o Rio de Janeiro em 1906 (Genesco de Castro, o Estado Independente do Acre e Plácido Castro, 1930).

(e) Estas informações me foram passadas por Jarbas Passarinho, fazendo referência ao livro "Povos Famintos e Terras Vazias" do indiano S. Chandrasekhar.

(f) É oportuno lembrar que a França é o único país europeu que tem fronteira com o Brasil por extensão do seu território no Departamento da Guiana, capital Caiena.

(g) Há denúncias veiculadas na imprensa de que as companhias mineradoras de nióbio em Minas Gerais e Goiás subfaturam as exportações, possivelmente para manter contas bancárias privadas ilegais no exterior. Embora estas denúncias deixem insinuado um complô com capitalistas estrangeiros, esta irregularidade, se verdadeira, nada tem a ver com a "cobiça" na Amazônia, pelo menos de empresas ou de governos estrangeiros. Seria um caso de crime fiscal ou de corrupção que deveria ser apurado pela polícia.

(h) A exploração do campo de Urucu foi iniciada em 1988. Atualmente, a extração de petróleo é de 100 mil barris/dia, correspondendo a 5,5% da produção nacional. O óleo extraído é levado por um oleoduto de 285km até a localidade de Coari. Projeto em fase final de elaboração prevê a construção de um gasoduto de Coari a Manaus (423km) para alimentar quatro usinas termelétricas, substituindo o uso de óleo diesel como combustível (5 milhões de m^3/dia). Deverá estar pronto em 2006. Outro gasoduto está sendo projetado para levar o gás natural (2 milhões de m^3/dia) para Porto Velho, Rondônia (263km).

(i) O termo **biodiversidade** é de criação recente. Só as edições posteriores ao ano 2000 do Dicionário Aurélio e do Dicionário Howaiss o registram.

(j) A expressão pejorativa "biopirataria" poderia também nos criar certo constrangimento: As espécies vegetais economicamente mais importantes para o Brasil, cana-de-açúcar, café e soja, nenhuma é nativa; foram "pirateadas" no Oriente. Sem esquecer de outras plantas que se supõem brasileiras: coco da Bahia, manga, caju, arroz, feijão, etc. E os animais domésticos: o boi, cavalo, carneiro, cabra, o

búfalo, a galinha, etc.

(l) Como curiosidade, o Lago Baikal na Sibéria é o mais profundo do mundo chegando a 1750m de profundidade máxima. Medindo 674km de extensão por 50km (média) de largura; profundidade média de 700m. Isto representa um reservatório de 34 trilhões de metros cúbicos de água doce.

(m) A demarcação da Reserva Ianomâmi, por exemplo, com 9 milhões de hectares, foi anunciada pelo Presidente Collor de Mello em novembro de 1991. Está na faixa de fronteira (oeste de Roraima) com a Venezuela. Idêntica medida foi antecipada pelo governo venezuelano. Em julho de 1991 o Presidente Andrés Perez havia criado um parque nacional indígena ianomâmi na faixa de fronteira contígua. As duas áreas justapostas constituem um "país da nação ianomâmi". O Projeto Calha Norte previa a instalação de um pelotão de fronteira em Surucucu no interior da Reserva. Sua instalação foi retardada por uma forte oposição de antropólogos, ecologistas, clérigos católicos e ONG brasileiras sob alegação de que a presença militar levaria doenças de todo tipo, inclusive venéreas, e o estupro das índias da Reserva. A verdadeira razão era impedir a presença da autoridade federal na área.

(n) Diversas personalidades internacionais se manifestaram na década de 1980 sobre a defesa do meio ambiente da Amazônia e puseram em dúvida os direitos soberanos do Brasil sobre aquela área. Estas declarações são muito citadas para demonstrar a existência de interesses territoriais dos países ricos na Amazônia ou de um projeto para internacionalizar a região e abri-la às nações para a pesquisa e desenvolvimento como foi feito na Antártica.

Vamos citar algumas declarações arrogantes destas personalidades, lembrando apenas que, quando as fizeram, não eram chefes de governo e, portanto não falavam em nome dos seus Estados.

- **Margareth Teatcher**, 1983, ex-primeiro ministro da Grã-Bretanha:

- "Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas."

- **Al Gore**, 1985, então senador norte-americano e, depois,

Vice-Presidente dos EUA:

"Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós."

- **François Mitterrand**, 1989, ex-presidente da França:

- "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia."

- **John Major**, ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha:

- As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todo o mundo. As campanhas ecologistas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandista para dar início a uma fase operativa que pode definitivamente ensejar intervenções militares sobre a região."

- **General Patrick Hugles**, então chefe da organização de inteligência das forças armadas dos Estados Unidos, em palestra num estabelecimento de ensino militar:

- "Caso o Brasil resolva fazer uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper este processo imediatamente."

O general foi formalmente desautorado pelo governo dos EUA, porém suas declarações permanecem como a expressão de uma opinião pessoal adversa.

- **Mikail Gorbatchov**, 1992, ex-presidente da União Soviética:

- "...o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes."

(o) Nenhum dos 168 países signatários do Protocolo de Kyoto o ratificaram até 2002. Os membros da União Européia só o ratificou em maio de 2002, 5 anos depois. O Presidente George Bush retirou a adesão americana a este protocolo, depois de o Senado não o ter ratificado.

AMEAÇAS E DESAFIOS

Sergio A. de A. Coutinho

A nova ordem mundial surgida com o colapso da União Soviética em 1991 e o fim do sistema comunista a ela ligado agravaram a complexidade da inserção internacional dos Estados-nação e das relações multilaterais, com reflexos perturbadores e intranqüilizadores.

O Brasil entrou nesta nova era já em desvantagem e fragilizado pelo desgaste de sua posição de nação emergente. Os anos de 1980 foram a "década perdida", seguida por outra de ainda pior desempenho político, econômico, social e moral. Nesta situação de penúria, as adversidades exógenas se apresentaram mais graves do que realmente são.

Começando pela **Globalização**, ela é para nós muito mais um desafio do que uma ameaça como muitos acreditam e outros querem fazer crer. O Brasil tem, potencialmente todas as condições para se inserir na economia globalizada e dela tirar vantagens. O que é preciso, preliminarmente é recuperar internamente a sua própria economia. Estamos perdendo tempo a lastimar e a nos queixar das medidas protecionistas (taxas e subsídios) praticadas pelos Estados Unidos e União Européia. Como já dissemos (Ler o Texto GLOBALIZAÇÃO PARA LEIGOS), estas medidas dos países ricos (e de qualquer outro país) não têm o objetivo deliberado de prejudicar o Brasil, mas o de proteger certos setores da própria economia da concorrência globalizada e garantir emprego para seus cidadãos. Negociações bilaterais e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), conduzidas com habilidade e competência, poderão levar a soluções alternativas satisfatórias. O que devemos procurar são novos mercados, valendo-nos de "vantagens comparati-

vas". Se certos produtos nacionais são sobretaxados pela potência hegemônica, visando impedir sua entrada no país (por exemplo, suco de laranja, aço e sapato), isto significa que são competitivos e que têm condições de disputar melhor outros mercados. O grande desafio que a nova ordem mundial faz ao Brasil na área da globalização é **competitividade**.

A nova **Guerra Fria**, até o momento, não tem afetado diretamente o Brasil. Deste modo, pelo menos por enquanto, não temos nada a ver com as intervenções militares norte-americanas no Oriente Médio. São um problema deles, embora um país que deseja ter projeção mundial, como o nosso, não pode ficar indiferente ao terrorismo internacional, muito menos ser-lhe simpático porque golpeia a potência hegemônica que invejamos e tememos. Fora disto, melhor faríamos se não déssemos opinião e se não emitíssemos juízos de valor sobre problemas reais dos outros.

Ainda que a Guerra Fria não nos diga respeito, o Movimento Comunista Internacional, que está por trás dela, efetivamente nos ameaça diretamente, na medida em que as organizações não-governamentais a ele ligadas atuam no Brasil e tentam levar a efeito um projeto revolucionário aqui. É o caso da Internacional Rebelde de inspiração principalmente anarco-comunista que tem proporcionado projeção internacional ao Foro Social Mundial (FSM) que se reúne anualmente em Porto Alegre e, proximamente, em Belo Horizonte. De forma indireta, outras tendências do MCI dão estímulo e apoio ao movimento comunista no Brasil para realização do seu objetivo de tomar o poder e de implantar o socialismo protocomunista no País.

O Movimento Comunista Internacional, nas suas diferentes linhas político-ideológicas e na sua influência nos partidos comunistas no Brasil, é uma ameaça à de-

mocracia representativa, somando-se a todas as nossas precaridades políticas.

Os países a que estamos denominando **"coadjuvantes notáveis"** no cenário da nova ordem mundial são aqueles que, pelo seu destacado poder nacional gozam de uma certa autonomia em relação à potência hegemônica. São outros **centros de poder mundial** que proporcionam ao Brasil alternativas econômicas e políticas, atenuando a presença dominante dos EUA. Não se trata de encontrar neles aliados para desenvolver um antagonismo nacionalista, mas para abrir maiores espaços de atuação e de independência para melhor atender os interesses nacionais. Considerar, aprioristicamente, que todos os países capitalistas são imperialistas ou que fazem parte de uma conspiração global contra os países pobres é uma atitude chauvinista e preconceituosa, contraproducente porque só contribuirá para o isolamento do Brasil. Na verdade, a existência dos países coadjuvantes notáveis em número significativo é particularmente vantajosa e reduz, de alguma forma, as preocupações e ameaças que a presença da potência hegemônica possa representar.

O aspecto mais sensível da nova ordem mundial é, sem dúvida, o advento da **potência hegemônica**, os Estados Unidos da América. Seu poder, político, econômico, psicossocial, militar e tecnológico é incontrastável, conferindo-lhe uma postura imperial e uma conduta autônoma, liberdade de ação que tem sido qualificada de arrogante e ameaçadora. A simples existência de um país de singular poder é muito desconfortável para as demais nações, produzindo, inevitavelmente, uma permanente sensação de insegurança.

Os Estados Unidos porém têm dado inúmeros exemplos de respeito e generosidade como foram reco-

nhecidos na maneira como tratou os inimigos derrotados na Segunda Guerra Mundial. Além de garantir a independência da Alemanha Ocidental, Itália e Japão, solidariamente contribuiu para o soerguimento destas nações. Porém, surpreendentemente, também são conhecidos exemplos históricos de prepotência para fazer valer os interesses nacionais **(a)**. Além do mais, os norte-americanos freqüentemente arrogam-se um papel messiânico e se atribuem a função de "gendarmes do mundo". Trata-se de uma potência que muitos identificam como de postura imperial.

Apesar de tudo, quer queiramos, quer não queiramos, a potência hegemônica é uma realidade e com ela temos que, inevitavelmente, conviver e lidar. Para isto teremos que ter sabedoria, isenção e competência, qualidades que certamente serão apreciadas pelo interlocutor. Antes de mais nada temos que entender, sem juízos antecipados, os pontos de vista da potência hegemônica antes de julgá-los deliberadamente imperialistas e perigosos. Temos que buscar e manter relações francas, objetivas e construtivas, indo além da acadêmica combinação de argumentos apoiados em ideais da ordenação jurídica internacional (legitimidade) com argumentos ligados a aspectos econômicos conjunturais (justiça e equidade).

Vejamos algumas dificuldades nas relações com os Estados Unidos no passado recente e na atualidade, identificando-se três períodos de definição da política norte-americana:

- 1946-1991 – Guerra Fria
- 1991-2001 – Hegemonia dos EUA
- 2001-hoje – "Tolerância Zero" para com o terrorismo

No período da Guerra Fria (1946-1991) a política norte-americana com referência ao Brasil foi, de uma

maneira geral cordial e cooperativa, relações de aliados na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Uma das vias alternativas de franco entendimento foi a dos contatos de militares. Na intimidade, chama-se esta prática de "diplomacia militar". Muitas vezes, de maneira informal, diversas dificuldades foram contornadas ou mesmo resolvidas em nosso benefício pelas relações entre camaradas militares.

Somente no período presidencial de Jimmy Carter (1976-1980) as relações do Brasil com os EUA foram de certa forma difíceis. Sob a influência das teses fabianas (Ler o Texto O FABIANISMO NA AMÉRICA) e da entidade internacionalista Diálogo Interamericano, certos pontos da política do Presidente Carter nos foram bastante incômodos. Na época, estávamos no governo Geisel e havia uma campanha da esquerda internacional acusando os governos militares de violação dos direitos humanos, tortura de presos políticos e genocídio indígena. Na mesma época, o Brasil deu ênfase a seu programa nuclear criando agências governamentais, desenvolvendo a pesquisa, construindo a primeira usina nuclear de geração de energia elétrica e, posteriormente, assinando acordo com a então República Federal da Alemanha para o desenvolvimento de um processo de enriquecimento do urânio para reatores.

A política fabianista de Carter incluía os seguintes pontos incômodos para o Brasil:

- Política de controle da natalidade nos países de Terceiro Mundo, evidente intromissão nos seus assuntos internos. À época, operou no Brasil uma ONG denominada Bem-Estar da Família (BENFAM). Suspeitou-se de ser subsidiada indiretamente pelo Governo Carter, por intermédio de outra ONG com sede nos EUA _ Planned Parenthood Federation – fundada em 1916.
- Política de Direitos Humanos que, na verdade,

tomou forma de pressão política e econômica. A tal ponto chegou a impertinência do Governo Carter, que levou o Presidente Geisel a reagir com altivez, denunciando (1977) o Acordo Militar Brasil-EUA, gesto simbólico de desagrado e de independência

- Não-proliferação de armas nucleares. A insistência norte-americana sobre o governo alemão acabou por esvaziar o acordo de cooperação na área nuclear entre o Brasil e a Alemanha.

A não proliferação de armas nucleares tem sido um ponto permanente da política norte-americana. Por isto, não foi de estranhar a insistência para o Brasil aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

No período que se seguiu à derrocada da URSS (1991) até o atentado às torres gêmeas de Nova Iorque (11 Set 2001), governos de George Bush (pai) e de Bill Clinton, a política norte-americana passou a dar atenção a pontos coerentes com o fim da Guerra Fria.

Na Conferência de Comandantes dos Exércitos das Américas, o Secretário de Defesa Dick Cheney (governo George Bush, pai, 1988-1992) **(b)** dirigiu-se aos participantes expondo os pontos de vista norte-americanos, evidentemente contidos na política de governo naquela ocasião.

- Incentivo à adoção do sistema de livre mercado nas Américas.
- Redução das forças armadas como medida de economia, a exemplo das forças dos EUA (corte de 25% no orçamento militar, redução do arsenal militar, etc).
- Não difusão da tecnologia dos mísseis pela observação do Regimento de Controle da Tecnologia

de Mísseis ("recado" ao Brasil).
- Não realização de vendas de armas para regiões onde haja tensão, por exemplo Oriente Médio ("recado" para o Brasil).
- Subordinação das forças armadas à autoridade civil **(c)**.
- Combate ao narcotráfico.
- Adesão ao tratado de não proliferação de armas nucleares ("recado" ao Brasil).
- Preservação da paz na região com reestruturação das forças militares e prevenção dos conflitos.

No que diz respeito ao Brasil os "recados" mais evidentes nesta época dizem respeito ao desenvolvimento de armas modernas e à indústria bélica.

De 1992 a 2002, os governos brasileiros (Collor de Mello e FHC), por iniciativa própria, contribuíram para o desmantelamento da indústria de armamento e puseram, literalmente, uma "pá de cal" no programa nuclear brasileiro. O insano gesto simbólico de Fernando Collor de Mello é completado por Fernando Henrique Cardoso com a assinatura em 1996 do acordo banindo os testes nucleares. Formalmente, condicionamos nossa soberania, como comentou o falecido jornalista Paulo Francis:

> "Abdicamos de armas nucleares antes de tê-las, o que é uma cessão de soberania nacional".

É instrutivo saber que o Congresso dos Estados Unidos não ratificou o acordo que os próprios EUA haviam assinado.

Finalmente, 1998, o Presidente Fernando Henrique assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TPN) na presença do Secretário Geral da ONU, Kafi Annan **(d)**.

O fato é que, em termos de grandeza nacional, só

nos restaram os projetos do Veículo Lançador de Satélite (VLS) e do submarino nuclear, ambos definhando por falta de recursos.

No período que se seguiu aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, no governo George W. Bush (filho) a visão geral da estratégia Internacional dos EUA é praticamente a mesma da década de 1990, acrescida da preocupação específica com a "tolerância zero" ao terrorismo internacional **(e):**

- Defender as aspirações pela **dignidade humana** (direitos humanos).
- Derrotar o **terrorismo global** e impedir os seus ataques contra os EUA.
- Trabalhar com outros países para dissipar **conflitos regionais.**
- Impedir que os inimigos (também terroristas) ameacem os EUA com **armas de destruição em massa (f).** Inclui-se aí o impedimento de transferência para outros países de tecnologia relacionada com estas armas e seus vetores.
- Dar início a uma era de crescimento econômico global através do **livre mercado** e do **livre comércio**.
- Desenvolver a **abertura das sociedades** e a **construção da democracia**.
- Desenvolver a cooperação com **outros centros principais de poder global** (os "coadjuvantes notáveis").
- Transformar as **instituições de defesa nacional** para atender os desafios e oportunidades do momento.

Destes pontos, chamam a nossa atenção em particular:

Primeiro, a defesa dos direitos humanos. Já co-

mentamos o possível desdobramento internacional de um incidente que envolva a morte de índios em confronto social que possa ser taxado de massacre.

Segundo, a prevenção do desenvolvimento e produção de armas consideradas de destruição em massa. Nelas se incluem os vetores de lançamento, particularmente os mísseis de médio e longo alcance. O Brasil não deve esperar do Primeiro Mundo transferência de tecnologia na área de armamentos e de certos equipamentos nem facilidades técnicas, econômicas e financeiras para desenvolver seus próprios projetos. Por isto, se pretende ganhar maior expressão nacional e no âmbito internacional, terá que desenvolver, longa e penosamente, tecnologia própria e perseverar na execução dos seus programas estratégicos.

Terceiro, a não menção ao narcotráfico, que sabemos ser permanente preocupação dos EUA e ter implicações na narcoguerrilha na Colômbia. Parece que, momentaneamente, perdeu prioridade para o antiterrorismo.

* * *

Na **nova ordem mundial** indiscutivelmente, o principal ator é a potência hegemônica. Mas não é o único; há outros protagonistas: aliados, concorrentes e antagonistas... E o resto do mundo. Nós brasileiros temos que pensar seriamente onde nos inserir ou nos conformar em ser o "resto do mundo", fragilizados e vulneráveis, ressentidos e temerosos. Estamos precisando de um **projeto nacional**, e de um posicionamento definido, realista e soberano neste mundo novo e em relação aos seus protagonistas. É perda de tempo a lamúria e a imprecação contra o "satã do norte".

Para entender as posturas norte-americanas a primeira consideração a se fazer é compreender os seus objetivos nacionais permanentes:

- Segurança nacional
- Prosperidade nacional
- "The american way of life"

Observando com um pouco de atenção, podemos constatar, com certo desapontamento que os três princípios correspondem àqueles que abandonamos a partir de 1985 – **Segurança e Desenvolvimento**, deixando a nação sem uma referência de progresso político, econômico e social. Perdemos grandeza e, por isso, ficamos fracos, desconfiados, amedrontados, vendo ameaças por todos os lados.

Todas as atitudes "imperiais", arrogâncias, ações políticas e militares "unilaterais" dos EUA quando não têm a concordância de outras nações se explicam na realização de seus objetivos e, somos obrigados a reconhecer, legítimos.

Uma atitude preliminarmente de reserva, crítica e hostilidade aos EUA não será construtiva nem útil para os interesses brasileiros e para a realização dos nossos objetivos nacionais permanentes (aliás já nem se fala mais neles). E mais, contribuirá para o nosso isolamento externo e para a formação do **consenso** com as esquerdas revolucionárias no País. Serão mais profícuas e mais seguras as relações soberanas e o bom entendimento com a potência hegemônica, do que exacerbar antagonismos, suspeitas, ressentimentos e rancores. Trata-se de agir com **bom senso** e não em função de um **senso comum modificado**.

A **nova ordem mundial**, encarada com objetividade, competência e disposição política é muito mais um desafio estimulante do que uma ameaça global.

NOTAS

(a) As atitudes aparentemente contraditórias da política externa dos EUA (generosidade versus prepotência) possivelmente refletem um traço do caráter dos norte-americanos: espontaneamente são solidários, gentis e generosos, mas rudemente ciosos, egoístas e até implacáveis na exigência dos seus direitos, interesses e precedência.

(b) Dick Cheney é atualmente Vice-Presidente dos EUA, na gestão George W. Bush (filho).

(c) A tese de subordinação das forças armadas latino-americanas ao poder civil é de inspiração fabiana e constou dos temas apresentados na reunião do Diálogo Interamericano em 1992, da qual participou o Senador Fernando Henrique Cardoso. A criação do Ministério da Defesa no Brasil tem origem nesta idéia do socialismo fabiano a que aderiu FHC.

(d) A assinatura do acordo banindo os testes nucleares foi feito no período do governo de Bill Clinton, sabidamente membro da Conferência Trilateral, entidade internacional pertencente ao movimento socialista fabiano (Ler o Texto O FABIANISMO NAS AMÉRICAS). Coincidentemente, FHC é membro do mesmo movimento internacional.

(e) Documento "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América", Setembro de 2002.

(f) Arma de destruição em massa – aquela que produz devastação ou elevadas baixas nas forças militares atingidas e na população civil, geralmente artefato nuclear ou sistema de lançamento de agentes letais químicos, biológicos e nucleares.

EPÍLOGO

Sergio A. de A. Coutinho

A Libertação Intelectual – A partir do momento em que conhecemos os fatos históricos e não as versões ideológicas difundidas e orquestradas como "politicamente corretas", nós brasileiros podemos fazer interpretações e emitir opiniões sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, livres da "prisão sem grades", do senso comum modificado que nos induzem os movimentos intelectuais de esquerda.

Retomando alguns temas políticos relacionados com a atualidade brasileira e mundial que, vulgarmente, são difundidos de forma falseada, queríamos alertar que somos prisioneiros de um empreendimento de reforma intelectual e moral conduzido por um movimento político-ideológico. Apresentamos determinados fatos correntes e históricos para que o leitor tivesse oportunidade de comparar com as versões que são divulgadas e que já foram assimiladas no senso comum da sociedade nacional.

Duas verdades precisam ser ditas ou, até mesmo, reveladas para muitas pessoas:

1º - **O Comunismo não morreu**; perdeu a referência e o respaldo da Internacional Comunista Soviética, é verdade, mas não morreu.

2º - **A Nova Ordem Mundial não é uma cons-**

piração planetária, embora seja adversa para um país fragilizado como o Brasil. Não é elaboração da potência hegemônica ou da oligarquia financeira internacional para liquidar os Estados soberanos do Terceiro Mundo.

A nova ordem mundial não é em si uma ameaça, mas um desafio cujo enfrentamento exige **"engenho, arte e jeito"**. Antes porém, exige uma **restauração nacional** em todos os campos, principalmente moral.

O Comunismo revolucionário, este sim, é uma ameaça para a sociedade brasileira, se esta ainda quiser conservar suas aspirações de liberdade, de dignidade e de individualidade humanas e os valores ocidentais e cristãos.

A **subversão** no Brasil, velha expressão que pode muito bem ser retomada e atualizada, corresponde às fases precedentes do que pode vir a ser a quarta tentativa de tomada do poder **(a)** pelo movimento comunista. O caminho revolucionário ainda é indefinido, em razão da "pluralidade" das esquerdas. A tendência político-ideológica que conquistar primeiro a **hegemonia**, dirá se usará a **via pacífica**, a **via da violência armada** ou a **via campesina**.

Os avanços revolucionários chegaram a um ponto tal que alguns intelectuais democratas acham que já é irreversível.

Sem chegar a tal pessimismo, também as pessoas esclarecidas têm manifestado grande preocupação com a evolução política e moral do país. Realmente, a mudança induzida do senso comum, geralmente atribuída, sem muito critério, a uma amoralidade e tendenciosidade ideológica da mídia, é parte de uma intencional reforma intelectual e moral da sociedade, conduzida pelo processo de subversão cultural. Já atingiu extensão e profundidade de tais que produziram estragos morais e culturais

irreversíveis ou de reversão demorada e extremamente penosa.

A corrupção que hoje contamina, de alto a baixo, a sociedade nacional é outro fenômeno que constrange os brasileiros.

Subversão e corrupção aparentam ser coisas distintas; são processos independentes, sem dúvida, mas se complementam e somam os efeitos perversos. A incompetência político-administrativa dos governantes reforça e completa o processo catastrófico.

A corrupção desenfreada, despudorada, debochada não chega a inviabilizar a Nação pelo que rouba, pelo que sonega, pelo que frauda, mas pela desmoralização, pela permissividade, pela impunidade e pelo clima de degradação moral e cívica que gera, contaminando o Estado e a própria sociedade. Faz com que não haja mais bons empreendimentos de interesse público, mas negócios que trazem vantagens, boas comissões e benefícios para homens de governo ímprobos e funcionários públicos cínicos e petulantes. Aliás, esta cultura também já contamina as pessoas comuns e a iniciativa privada. Há uma "cultura" de propina, favorecimentos, facilidades, agrados, envolvendo sempre uma "comissão" pecuniária ou uma vantagem ilícita. A corrupção se institucionalizou: vai desde o flanelinha ilegal da esquina até os mais altos executivos e governantes. Assim ela exaure o tesouro do país e dos particulares e desmantela a estrutura física e moral da sociedade e do Estado nacionais. Com isto e por isto, os desmandos somados à **incompetência** político-administrativa, com toda a certeza, estão a nos levar para um trágico desfecho.

A reversão do quadro adverso de subversão despercebida e de corrupção evidente só poderá ser feita por uma reação **orgânica** da sociedade nacional. Para isto, é preciso, antes de mais nada, restabelecer o **bom senso** e, depois, mobilizar as vontades que estão inibi-

das, que carecem de motivação, de espaço e de um mínimo de organização inicial para se manifestarem e agirem construtivamente. Não se pode esperar o surgimento de personalidades e de lideranças salvadoras ("cesaristas", como as denomina Gramsci). Neste clima de passividade e de adesão tácita, homens do momento aparentemente não estão disponíveis hoje no Brasil.

Em resumo, grandes ameaças à soberania nacional e à existência dos brasileiros como nação ocidental e cristã estão dentro do próprio país.

Repetindo, a solução tem que ser **orgânica** nascida no seio da sociedade para que seja factível, eficaz e definitiva.

Para que isto venha a acontecer, ESTOU FAZENDO A MINHA PARTE.

Rio, 20 de outubro de 2003.

NOTAS

(a) Recordando: O movimento comunista, como já vimos, fez três tentativas concretas de tomada do poder no Brasil:
- 1935 – A Intentona Comunista; usou a violência revolucionária (assalto armado ao poder).
- 1961/64 – O Tentame de 1964; ensaiou a "via pacífica" para o poder.
- 1968/74 – O Terrorismo Urbano; preliminar frustada do que seria a guerrilha "foguista" de orientação cubana.
- A Guerrilha rural; modelo maoísta (revolução do campo para a cidade), que fracassou no sul do Pará.

BIBLIOGRAFIA

- **Coutinho**, Sergio A. de A., **A Revolução Gramscista no Brasil**, Estandarte Editora, Rio, 2002.
- **Mir**, Luis, **A Revolução Impossível**, Editora Best Seller, S. Paulo, 1994.
- **Huntfort**, Roland, Modelo Vivo do Novo Totalitarismo, Revista Por Que, Rio, 1989.
- **Castro**, Genesco de, **O Estado Independente do Acre**, Rio, 1930.
- **Araújo Lima**, Cláudio, **Plácido de Castro, um Caudilho contra o Imperialismo**, Civilização Brasileira Editora, Rio, 1973.
- **Downs**, Robert B., **Fundamentos do Pensamento Moderno**, Biblioteca do Exército, Rio, 1969.
- **Revel**, Jean-François, **A Obsessão Antiamericana**, Univer-Cidade, Rio, 2003.
- **Del Nero** Augusto, Agnaldo, **A Grande Mentira**, Biblioteca do Exército, Rio, 2001.
- **Carvalho**, Ferdinando de, **Lembrai-vos de 35**, Biblioteca do Exército, Rio, 1981.
- **Meira Penna**, J. O. de, **A Ideologia do Século XX**, Nórdica, Rio, 1994.
- **Távora**, Araken, **Brasil, 1º de Abril**, Bruno Buccini Editora, Rio, 1964.
- **Pinheiro**, Paulo Sergio, **Estratégias da Ilusão**, Editora Schwary, São Paulo, 1992.
- Grupo de Autores, **O Complô**, EIR Editora, Rio, 1997.

Anotações

Anotações

IMPRESSÃO

SOGRAFE - EDITORA E GRÁFICA LTDA
Rua Alcobaça, 745 - Bairro São Francisco
Tel/Fax: (0XX31) 3492-9077 - Belo Horizonte - MG
e-mail: sografe@uaivip.com.br